



CONTAS DE GOVERNO

EXERCÍCIO DE 2022

VOLUME 2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Secretaria de Fazenda



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Órgão Central e Assessorias Setoriais de Contabilidade.....	6
1.2 Lista de Siglas e Abreviaturas	10
1.3 Lista de Tabelas.....	13
2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	16
2.1 Processo de Convergência aos Padrões Internacionais.....	17
2.2 Introdução Conceitual às Demonstrações Contábeis	19
2.3 Critérios de Mensuração	25
2.4 Consolidação das Demonstrações Contábeis	30
3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	37
3.1 Balanço Patrimonial – Quadro Principal	38
3.2 Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	39
3.3 Balanço Patrimonial – Quadro das Contas de Compensação	39
3.4 Balanço Patrimonial – Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.....	40
3.5 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.....	41
3.6 Demonstração das Variações Patrimoniais	42
3.7 Balanço Orçamentário – Quadro Principal	43
3.8 Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	44
3.9 Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados	44
3.10 Balanço Financeiro.....	45
3.11 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro Principal.....	47
3.12 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas....	48
3.13 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Pessoal e Demais Despesas por Função	49
3.14 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Juros e Encargos da Dívida	50
4. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DCASP - CONSOLIDADO.....	51
4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa	52
4.2. Créditos a Curto Prazo.....	55
4.2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	58
4.3 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	65
4.4 Estoques.....	66
4.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	66

4.6 Créditos a Longo Prazo	67
4.7 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.....	70
4.8 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	74
4.9 Estoques.....	74
4.10 Investimentos.....	75
4.11 Imobilizado.....	81
4.11.1 Bens Móveis	81
4.11.2 Bens Imóveis	83
4.12 Intangível	86
4.13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	87
4.14 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	89
4.15 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo.....	90
4.16 Obrigações Fiscais a Curto Prazo.....	92
4.17 Obrigações de Repartições a Outros	92
4.18 Provisões a Curto Prazo	93
4.19 Demais Obrigações a Curto Prazo.....	94
4.20 Dívida Flutuante / DDF.....	99
4.21 Restos a Pagar	100
4.22 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo.....	105
4.23 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	105
4.24 Fornecedores a Longo Prazo.....	107
4.25 Obrigações Fiscais a Longo Prazo.....	108
4.26 Provisões a Longo Prazo	108
4.27 Demais Obrigações a Longo Prazo.....	109
4.28 Resultado Diferido	110
4.29 Patrimônio Líquido / DMPL	111
4.30 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	113
4.30.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Acumulados.....	115
4.30.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados....	117
4.31 Resultado Patrimonial / DVP.....	117
4.31.1 Variações Patrimoniais Aumentativas.....	119
4.31.2 Variações Patrimoniais Diminutivas	119
4.32 Superávit/ Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial	122
4.33 Análise dos Quocientes do Balanço Patrimonial	125
4.34 Análise dos Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais	129

4.35 Resultado Orçamentário / BO	129
4.35.1 Receitas e Despesas Intraorçamentárias	131
4.36 Análise dos Quocientes do Balanço Orçamentário	132
4.37 Resultado da Execução Financeira / BF	137
4.38 Análise dos Quocientes do Balanço Financeiro	139
4.39 Resultado dos Fluxos de Caixa / DFC	141
4.40 Análise dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	147
5. LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	149
6. CONSIDERAÇÃO FINAIS	160

1. Introdução

1.1 Órgão Central e Assessorias Setoriais de Contabilidade

A Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado - SUBCONT é o Órgão Central do Subsistema de Contabilidade do Poder Executivo. Dentre outras atribuições, compete à SUBCONT coordenar e normatizar os procedimentos contábeis dos atos e fatos da administração pública nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, orientando tecnicamente as Unidades de Contabilidade - UCT, supervisionando as atividades para padronização, racionalização e controle das ações.

É de sua competência também, elaborar, manter e aprimorar o plano de contas, os tipos, itens e operações patrimoniais a serem utilizados pelos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; emitir pareceres e notas sobre assuntos de natureza técnica afetos à área contábil; fornecer aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual orientação e apoio técnico na aplicação de normas e na utilização de técnicas contábeis.

Ainda nesse contexto, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado - SUBCONT é responsável pela divulgação e **elaboração da Prestação de Contas de Governo e do Balanço Geral do Estado do Rio de Janeiro**. No cumprimento desta competência, esta SUBCONT elabora os volumes 1, 2 e 3 desta Prestação de Contas e reúne os demais volumes dos diversos responsáveis. Deste modo, cabe ressaltar que as Notas Explicativas são subsidiadas também pelos demais volumes em conjunto e não isoladamente no Volume 2 – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativa.

COMPOSIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- **VOLUME 01** Relatório Gerencial
- **VOLUME 02** Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
- **VOLUME 03** Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal
- **VOLUME 04** Demonstrativos Contábeis das Sociedades de Economia Mista
- **VOLUME 05** Demonstrativo do Estoque da Dívida Ativa
- **VOLUME 06** Relação dos Imóveis Próprios Estaduais
- **VOLUME 07** FUNDEB – Relatório e Parecer do Conselho Estadual – (Parte I e Parte II)
- **VOLUME 08** Relatório de Realizações dos Programas Finalísticos do Plano Plurianual

Assim sendo, este Relatório Técnico (Volume 2) está estruturado de modo a apresentar sistematicamente as demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas do exercício de 2022.

Quanto às Unidades de Contabilidade – UCT (denominada Assessoria de Contabilidade – ASSCON ou equivalentes), compete dentre outros:

- Realizar o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam o patrimônio das entidades do setor público, respaldado por documentos que comprovem a operação e seu registro na contabilidade, mediante classificação em conta adequada, visando à salvaguarda dos bens e à verificação da exatidão e regularidade das contas;
- Certificar a regularidade da liquidação das despesas;
- Promover análise e acompanhamento das contas analíticas garantindo seu registro com individualização do devedor ou do credor, quanto à especificação da natureza, importância e data do vencimento;
- Observar as instruções baixadas pela Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado quanto à aplicação do Plano de Contas Único, Eventos, Rotinas Contábeis e os Manuais de Procedimentos;

Desta forma, observa-se que as atribuições da SUBCONT e das UCT's são bastante distintas. Enquanto a SUBCONT tem competências de caráter orientador e controlador das atividades contábeis, as UCT's tem por competência a execução dessas atividades.

Todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Rio de Janeiro estão relacionados no Volume 1 – Relatórios Gerenciais, item 1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.

Ainda em observância às competências das Assessorias de Contabilidade (Unidades Gestoras Setoriais), a Portaria SUBCONT nº 001 de 02/10/2018, determina a obrigatoriedade de emissão da declaração anual do contador e dá outras providências, com o objetivo principal de zelar pela qualidade da informação contábil quanto aos critérios de fidedignidade, mensuração, apresentação e divulgação das

demonstrações contábeis, dentre outras considerações.

Contudo, algumas Assessorias de Contabilidade (Unidades Gestoras Setoriais) não enviaram a esta SUBCONT a **Declaração Anual do Contador** no prazo estabelecido de 60 dias após o encerramento do exercício. São elas:

UG'S QUE NÃO ENTREGARAM A DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATÉ A CONCLUSÃO DESTA PRESTAÇÃO DE CONTAS		
040100	SEPLANIG- Extinta	SEC. EST.DE INTEG.GOVERNAMENTAL - Extinta
046500	FRSCPER	FDO.DE REGULACAO SERV.CONCED.PERMIT. DO ERJ
070200	CEDAE ACOES DESC.	CEDAE - ACOES DESCENTRALIZADAS
120100	SEPLAG-Em Extinção	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO - Em Extinção
123100	IPERJ - Extinto	INST. DE PREV. DO ESTADO DO RJ - Extinto
124200	RJPREV	FUNDAÇÃO DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR DO ERJ
144100	FENORTE - Em Extinção	FUNDAÇÃO ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - Em Extinção
196200	FEHIS	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
200399	SUBCONT	SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO
200900	SUBIFIN/SEFAZ	SUBSECRET. DE FINANÇAS - PGTO CONCESSIONARIAS
207100	CFSEC	COMPANHIA FLUMINENSE DE SECURITIZAÇÃO S.A.
230100	SEDHSP-GS - Extinta	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS - Extinta
244100	FEEMA - Em Extinção	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENG. DE MEIO AMBIENTE - Em Extinção
244200	IEF - Em Extinção	FUND. INST. ESTADUAL DE FLORESTAS - Em Extinção
280100	SEJDC - Extinta	SEC.DE ESTADO DE JUSTICA DEFESA DO CONSUMIDOR - Extinta
300200	FUNRIO	FUNDO DE FOMENTO AO TRABALHO RENDA E CREDITO.
306100	FEFEPS	Fundo Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária
306200	FTRJ	FUNDO DO TRABALHO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
320200	SUBSEC.JUST/DIR.HUM - Em Extinção	SUBSECRETARIA DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - Em Extinção.
370300	EGE-PREC.JUDICIAIS.	ENCARGOS GERAIS - PRECATORIOS JUDICIAIS/SEFAZ
420100	SEIJ - Extinta	SECRETARIA DE ESTADO_INFANCIA E JUVENTUDE - Extinta
480100	SEPREVDEPQ - Em Extinção	SECRETARIA ESTADO PREV. DEPENDENCIA QUIMICA - Em Extinção
486100	FESPREN	FUNDO DE PREV. FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO A ENTORPECENTES
496420	FUNDEPI	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
550100	SEVIT	Secretaria de Estado de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência
999900	TESOURO ESTADUAL	TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
999901	SUTES	SUTES
999902	SUCOMF	SUCOMF

Ainda no sentido de aprimorar as informações apresentadas, consoante o Decreto nº 46.566 de 01 de fevereiro de 2019, art. 20, §§ 3º e 4º, foi determinado aos órgãos da Administração Direta, Entidades Autárquicas e Fundacionais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundos Especiais que, dentro do prazo estabelecido para o bloqueio de cada mês, devem estar com as Validações Contábeis referentes às inconsistências regularizadas, sendo que a não observância implica em suspensão automática no documento Nota de Empenho – NE do sistema SIAFE-Rio até a sua total regularização.

1.2 Lista de Siglas e Abreviaturas

AGE-RIO	AGÊNCIA ESTADUAL DE FOMENTO
AGETRANSP	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS, METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALERJ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ART	ARTIGO
BERJ	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL)
BO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BP	BALANÇO PATRIMONIAL
CEDAE	COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CEPERJ	CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA E DE FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO
CFC	CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
CGE	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CIDE	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
CODIN	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CP	CURTO PRAZO
CUTE	CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DCASP	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
DEA	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
DER-RJ	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DETRAN	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DFC	DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA
DMPL	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DVP	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EMOP	EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ERJ	ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EXTRA-OFSS	EXTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FAETEC	FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA

FAF	FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
FDP	FUNDO DA DÍVIDA PÚBLICA
FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
FREMF	FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES
FUNDEB	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
FUNDES	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
ICMS	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
IO	IMPrensa OFICIAL
INTER-OFSS	INTERORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
INTRA-OFSS	INTRAORÇAMENTÁRIO – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
IPSAS	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
IR	IMPOSTO DE RENDA
IVB	INSTITUTO VITAL BRAZIL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
LP	LONGO PRAZO
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO
NT	NOTA TÉCNICA
PCASP	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO
PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
RGF	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
RIOPREVIDÊNCIA	FUNDO ÚNICO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RIOTRILHOS	COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS
RP	RESTOS A PAGAR
RPNP	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
RPP	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL
SEOBRAS	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS

SEPLAG	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SETRANS	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SIAFEM	SISTEMA INFORMATIZADO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS
SIG	SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBCONT	SUBSECRETARIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUNOT	SUPERINTENDENCIA DE NORMAS TÉCNICAS
TCE-RJ	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TJ-RJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UFIR-RJ	UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA
UG	UNIDADE GESTORA
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

1.3 Lista de Tabelas

- Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa
- Tabela 001.1 – Bancos
- Tabela 001.2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
- Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo
- Tabela 002.1 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo
- Tabela 002.1.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio
- Tabela 002.1.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados
- Tabela 002.1.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo
- TABELA 003 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo
- Tabela 005 – VPD Pagas Antecipadamente
- Tabela 006 – Créditos a Longo Prazo
- Tabela 006.1 – Dívida Ativa
- Tabela 006.1.1 – Dívida Ativa Tributária LP
- Tabela 007 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo
- Tabela 007.1 – Direitos sobre Concessões
- Tabela 008 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo
- Tabela 009 – Estoques
- Tabela 010 – Investimentos
- Tabela 010.1 – Participações Societárias
- Tabela 010.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial
- Tabela 010.3 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária
- Tabela 010.4 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos
- Tabela 010.5 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores
- Tabela 010.6 – Cálculo da Participação dos Não Controladores
- Tabela 011 – Imobilizado
- Tabela 011.1 – Bens Imóveis
- Tabela 011.1.1 – Bens de Uso Especial
- Tabela 011.1.2 – Bens Imóveis em Andamento
- Tabela 011.1.3 – Demais Bens Imóveis
- Tabela 012 – Intangível
- Tabela 013 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo
- Tabela 013.1 – Pessoal a Pagar
- Tabela 013.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar
- Tabela 013.3 – Encargos Sociais a Pagar
- Tabela 014 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo
- Tabela 015 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- Tabela 016 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo
- Tabela 017 – Obrigações de Repartições a Outros Entes
- Tabela 018 – Provisões a Curto Prazo

- Tabela 019 – Demais Obrigações a Curto Prazo
- Tabela 019.1 – Valores Restituíveis
- Tabela 019.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo
- Tabela 020 – Demonstrativo da Dívida Flutuante
- Tabela 021.1 – Restos a Pagar por Poderes – Posição Acumulada em 2022
- Tabela 021.2 – Restos a Pagar por Poderes - Comparativo com o Exercício Anterior
- Tabela 021.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira por Fonte de Recurso para fins de Inscrição de Restos a Pagar Não Processados
- Tabela 021.4 – Restos a Pagar Não Processados a Liquidar
- Tabela 022 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP
- Tabela 023 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo
- Tabela 024 – Fornecedores a Longo Prazo
- Tabela 025 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo
- Tabela 026 – Provisões a Longo Prazo
- Tabela 027 – Demais Obrigações a Longo Prazo
- Tabela 028 – Resultado Diferido
- Tabela 029 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
- Tabela 029.1 – Resultados Acumulados
- Tabela 030 – Ajustes de Exercícios Anteriores
- Tabela 031 – Composição do Resultado Patrimonial
- Tabela 032 – Superávit / Déficit Financeiro apurados no Balanço Patrimonial
- Tabela 032.1 – Comparativo entre os Anexos 14.1 e 14.3 do Balanço Patrimonial
- Tabela 033.1 – Quociente da Liquidez Imediata
- Tabela 033.2 – Quociente da Liquidez Corrente
- Tabela 033.3 – Quociente da Liquidez Seca
- Tabela 033.4 – Quociente da Liquidez Geral
- Tabela 033.5 – Índice de Solvência
- Tabela 034 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais
- Tabela 035 – Resultado Orçamentário
- Tabela 035.1.1 – Receitas Intraorçamentárias do Balanço Orçamentário
- Tabela 035.1.2 – Despesas Intraorçamentárias do Balanço Orçamentário
- Tabela 036.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário
- Tabela 036.2 – Quociente de Execução da Receita
- Tabela 036.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação
- Tabela 036.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação
- Tabela 036.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro
- Tabela 036.6 – Quociente de Execução da Despesa
- Tabela 036.7 – Quociente do Resultado Orçamentário
- Tabela 037 – Resultado da Execução Financeira
- Tabela 37.1 – Deduções da receita Orçamentária
- Tabela 038 – Dados para Apuração dos Quocientes do Balanço Financeiro

- Tabela 038.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro
- Tabela 038.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros
- Tabela 039 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético pelo Método Direto
- Tabela 039.1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
- Tabela 039.1.1 – Transferências Concedidas e Recebidas
- Tabela 039.1.3 – Juros e Encargos da Dívida
- Tabela 039.2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos
- Tabela 039.3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento
- Tabela 039.4 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa
- Tabela 040.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial
- Tabela 040.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida
- Tabela 040.3 – Quociente da Atividade Operacional

2. Principais Práticas Contábeis

2.1 Processo de Convergência aos Padrões Internacionais

O Estado do Rio de Janeiro vem trabalhando desde 2011 no processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais, implantando novos procedimentos de acordo com as orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Durante esse período, muito se avançou, e pode-se destacar a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 8ª edição (Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e a identificação e mensuração dos bens pertencentes ao Ativo Imobilizado e Ativo Intangível. Diversas rotinas já foram modificadas, em consequência do reconhecimento de ativos e passivos pelo regime de competência, e outras ainda estão em processo de implantação.

Para a contabilização da execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é utilizado o regime de caixa para as receitas orçamentárias e o regime de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da Lei 4.320/64, de forma integrada com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL de 23/09/2016 e com os normativos editados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, a fim de torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Dando sequência ao processo, a STN publicou a Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre os novos prazos - limite obrigatórios relativos à implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios brasileiros em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, e estabelece que os entes da federação deverão evidenciar em notas explicativas, o estágio de adequação ao PIPCP (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais). Em atendimento à referida Portaria, segue o Cronograma dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Estado do Rio de Janeiro:

CRONOGRAMA DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (CRESCENTE) - ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PCP	Preparação de sistemas e outras providências de implantação	Obrigatoriedade dos registros contábeis	Verificação pelo Siconfi	Estágio Atual de Implantação no Estado do Rio de Janeiro*
De acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes	(até)	(a partir de)	(a partir de)	Status
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2016	01/01/2017	2018 (Dados de 2017)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Em implantação
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2018	01/01/2019	2020 (Dados de 2019)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Em implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Implantado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Não iniciado

LEGENDA:

Implantado - O procedimento encontra-se adotado e alinhado às regras estabelecidas nas NBC TSP e do MCASP vigentes.

Em implantação - Estudos estão sendo elaborados ou foram realizados e estão em processo de operacionalização.

Não iniciado - Estudos ainda serão iniciados.

2.2 Introdução Conceitual às Demonstrações Contábeis

Com base nos dados extraídos do SIAFE-Rio são elaboradas as demonstrações contábeis consolidadas, por poder e por tipo de administração, que incluem além dos Órgãos e entidades do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público.

As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (accountability) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações:

- a. sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros;
- b. sobre como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa;
- c. úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos;

Esses demonstrativos são acompanhados de Notas Explicativas onde são informados os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Este volume inclui as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), apresentadas de forma consolidada, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, 8ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18 de Dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07 de 18 de Dezembro de 2018 e Portaria STN nº 877 de 18 de Dezembro de 2018, as demonstrações que estão enumeradas na Lei nº 4.320/64, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012; e as demonstrações exigidas pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. São elas:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);



- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e;
- Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis consolidadas e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais.

Nas demonstrações consolidadas de 2022, as transações INTRA-OFSS não foram totalmente eliminadas, devido à dificuldade na compatibilização das transações recíprocas entre os diversos órgãos estaduais. Com vistas a viabilizar este processo, o PCASP especifica o 5º nível de codificação das contas como identificador de transações INTRA-OFSS, melhor descrito no item “o” das Principais Práticas Contábeis deste Volume.

Neste Volume, os saldos intragovernamentais que foram eliminados quando da consolidação dos balanços estão apresentados no item 2.4 – Consolidação dos Balanços, deste Volume 2.

O Balanço Orçamentário é a única Demonstração Contábil em que não há exclusões INTRA-OFSS para fins de consolidação, pois o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

Para um maior entendimento das Demonstrações Contábeis, a seguir são apresentados conceitos constantes nas legislações citadas acima:

Balanço Patrimonial – Demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Ativo – Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Circulante – Devem ser assim classificados quando estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante – Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Passivo – Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante – Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante – Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, sendo exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis

Patrimônio Líquido – Corresponde à participação residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Superávit/ Déficit Financeiro – Corresponde à diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Para fins de abertura de crédito adicional, devem-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 2º do artigo 43 da Lei n.º 4.320/1964.

Ativo Financeiro - Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente – Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro – Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Passivo Permanente – Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Patrimônio Social e Capital Social - Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Reservas de Capital - Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial - Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros - Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido, para finalidades específicas.

Demais Reservas - Compreende as reservas não classificadas como de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados - Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos das empresas, e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

Participação de não Controladores - Compreende a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível, direta ou indiretamente, à controladora.

Contas de Compensação – São contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, compreendendo as compensações do ativo e do passivo, ou seja, são contas relacionadas às situações não compreendidas no patrimônio, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, exclusive as que dizem respeito a atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira e as contas com função precípua de controle.

Demonstração das Variações Patrimoniais – Demonstração que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – A DMPL evidencia a movimentação havida em cada componente do Patrimônio Líquido. Dentre as mutações, podemos citar:

- a) os ajustes de exercícios anteriores;
- b) as transações de capital com os sócios, por exemplo: o aumento de capital, a aquisição ou venda de ações em tesouraria e os juros sobre capital próprio;
- c) o superávit ou déficit patrimonial;
- d) a destinação do resultado, por exemplo: transferências para reservas e a distribuição de dividendos;
- e) outras mutações do patrimônio líquido.

Alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

Balanço Orçamentário – Demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário apurado no exercício.

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, são incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar.

Balanço Financeiro – Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve

recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A DFC deve ser elaborada pelo método direto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos seguintes fluxos, de acordo com as atividades da entidade:

- a) das operações;
- b) dos investimentos; e
- c) dos financiamentos.

O Fluxo de Caixa das Operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimentos ou financiamentos.

O Fluxo de Caixa dos Investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

O Fluxo de Caixa dos Financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas – Contêm informação adicional em relação àquela apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Com vistas a alcançar os vários segmentos da sociedade, e assim proporcionar maior transparência, procurou-se empregar linguagem simples e didática, por meio de tabelas comparativas e demonstrativos contendo análises verticais, horizontais e percentuais.

2.3 Critérios de Mensuração

a) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Incluem as aplicações financeiras de liquidez imediata que são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Obrigações

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente, enquanto os pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Adiantamentos Concedidos

O adiantamento concedido é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui uma despesa orçamentária, ou seja, para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.

Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em

que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Com a implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, com ênfase no Patrimônio, os valores concedidos a título de Suprimento de Fundos deverão ser reconhecidos no Ativo a título de adiantamento. O registro em Variação Patrimonial Diminutiva-VPD será efetuado quando ocorrer o ato da prestação de contas do suprido, tendo como contrapartida a conta do ativo que registrou o adiantamento, em atendimento aos princípios contábeis da competência e da oportunidade. Essa adequação atende ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

d) Estoques

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos de estoques abrangem todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Os custos posteriores de armazenagem ou entrega ao cliente não são absorvidos pelos estoques.

O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado, conforme Resolução CFC n.º 1.437/13.

e) Investimentos Permanentes

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f) Imobilizado

Os bens móveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição, produção ou construção e para os bens sem contraprestação (exemplo: doação) a recomendação é de realização de avaliação inicial antes de seu reconhecimento quando são transferidos com valores que não condizem com o valor justo.

Já os bens imóveis estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição ou construção e para os bens recebidos sem contraprestação (exemplo: doação) são reconhecidos pelo valor do termo de transferência.

A Subsecretaria de gestão Administrativa e Patrimonial (Casa Civil) encaminhou à SUBCONT as avaliações dos imóveis próprios estaduais extraída do Sistema de Patrimônio Imobiliário – SISPAT em atendimento o inciso XII, do artigo 13, do Decreto nº 48.242, de 01 de novembro de 2022.

Para fins de início dos procedimentos relativos ao Ajuste Inicial e a Depreciação dos bens móveis, a Portaria CGE nº 179 de 27 de março de 2014 definiu como data corte 1º de Janeiro de 2014 para a Administração Direta, Autarquias e Fundações. Logo, os bens móveis adquiridos a partir desta data passam a ser depreciados de acordo com os prazos de vida útil e valor residual previstos no Anexo I desta Portaria e atualizações posteriores, não sendo necessário submetê-los previamente ao procedimento de ajuste inicial. Para os bens adquiridos e postos em operação anteriormente a 1º de janeiro de 2014, ficou estabelecido cronograma limite para implantação do ajuste inicial, de acordo com a tabela disposta no Anexo II desta Portaria.

O método de depreciação utilizado é o linear (quotas constantes) em conformidade com o item 5.2 do Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis.

g) Intangível

Compreende o ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais. Estão registrados pelo custo histórico e são mensurados pelo seu valor de aquisição menos a amortização acumulada.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 44.489/2013, que institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão, foi editada a Portaria CGE nº 192/2015 que orienta a realização do ajuste inicial e o registro da amortização dos bens intangíveis do Estado, alterada pela Portaria CGE nº 201/2016. Também foi publicado o Manual de Tratamento Inicial dos Bens Intangíveis.

h) Créditos

A Dívida Ativa Tributária do Estado é avaliada pelo valor de recebimento e atualizada pela UFIR/RJ do final do exercício. Conforme os ditames do Decreto de Encerramento do Exercício, a Procuradoria Geral do Estado deve encaminhar anualmente a esta Subsecretaria de Contabilidade Geral os Relatórios Gerais do Estoque da Dívida, bem como o Relatório dos cálculos do Ajuste a Valor Recuperável, para fins de verificação dos registros contábeis.

i) Restos a Pagar

Os Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores constam das demonstrações contábeis de 2022, exceto aqueles referentes ao exercício de 2017, cancelados por força do Decreto Estadual nº 48.242 de 01//11/22, do art. 8º, concordante com o Art. 206, § 5º, inciso I, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Os Restos a Pagar Não Processados, em 2021, foram inscritos até o limite das disponibilidades de caixa apuradas no encerramento do exercício, por fonte de recursos, obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes. Os Restos a Pagar foram processados de acordo com o que estabelece os incisos, I, II, III e IV do art. 7º do Decreto de Encerramento do Exercício de 2021 e os procedimentos operacionais solicitados através do SIAFE-Rio.

Quanto à autorização da inscrição dos Restos a Pagar do exercício de 2022, a Subsecretaria de Contabilidade Geral publicou a Portaria SUBCONT nº 019 de 03/02/2022, aprovando as inscrições.



j) Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 97 do ADCT, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos.

Com a eminência da publicação da decisão do STF, de março de 2013, que declarou inconstitucional parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, atingindo a vigência do regime especial, o Estado se tornaria inadimplente perante o seu passivo de precatórios.

Porém, em cumprimento às Leis Complementares Estaduais de nº 147, de 27 de junho de 2013 e nº 163, de 31 de março de 2015 o Estado do Rio de Janeiro foi autorizado a utilizar até 25% do saldo dos depósitos judiciais junto ao Banco do Brasil para o pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal. Os valores depositados nas contas judiciais de precatórios serão levantados pelos beneficiários mediante autorização do Tribunal de Justiça – TJ.

k) Dívida Fundada Interna e Externa

Foram avaliadas por seus saldos devedores acrescidos dos juros de competência de cada obrigação. No caso da Dívida Externa, apurou-se o equivalente em moeda estrangeira, que foi convertido para Reais (R\$) pela cotação de fechamento do dia 31 de dezembro de 2022.

l) Outras Obrigações

Foram avaliadas pelos valores a pagar em 31 de dezembro de 2022, incluídos os juros e encargos, por competência, devidos até o fechamento do ano.

m) Apuração do Resultado

Os resultados patrimonial e orçamentário foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes.

2.4 Consolidação das Demonstrações Contábeis

A consolidação das demonstrações contábeis consiste em somar saldos ou grupos de contas, com o objetivo de ter uma visão global dos resultados do Estado do Rio de Janeiro. As transações ocorridas entre as próprias Unidades Gestoras são excluídas destes demonstrativos, com o intuito de eliminar duplicidades, formando uma unidade consolidada de maneira mais precisa possível.

Este não é um processo plenamente seguro, tendo em vista a dificuldade em manter paridade dos saldos dos diversos entes que compõem o resultado macroagregado. As contas patrimoniais, em especial, geram maior complexidade no momento da exclusão, pois trazem saldos antigos, obstando as devidas análises.

Do saldo do “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, neste exercício, foram expurgados os saldos intraorçamentários.

Os ajustes realizados no processo de consolidação não originam nenhum tipo de lançamento contábil nos entes que formam a unidade contábil. Tais ajustes devem ser disponibilizados apenas em arquivos auxiliares, para resguardar os valores apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas.

Com base na técnica de consolidação apresentada, estão expostos nos quadros abaixo, os montantes das contas excluídas das referidas demonstrações contábeis.

2.4.1 Consolidação do Balanço Orçamentário

Conforme descrito na “Introdução Conceitual das Demonstrações Contábeis” deste Volume, para o Balanço Orçamentário o MCASP não prevê exclusões de contas intraorçamentárias quando da elaboração dos demonstrativos consolidados, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento, e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

2.4.2 Consolidação do Balanço Patrimonial:

Desmonstram-se a seguir dois quadros informativos que evidenciam os saldos eliminados com a finalidade de evitar duplicidades, tratando-se da consolidação Balanço Patrimonial. O primeiro evidencia os ativos e passivos intragovernamentais conciliados mediante paridade das contas. O segundo quadro apresenta as exclusões referentes aos investimentos avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial, onde foram eliminados tanto os valores de investimentos quanto a parcela do Patrimônio Líquido das controladas, as quais pertencem ao OFSS.

I - QUADRO DAS CONTAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CONCILIADAS

R\$ Mil

EXCLUSÕES INTRAORÇAMENTÁRIO DAS CONTAS PATRIMONIAIS							
Conta	ISF	Descrição	2022	Conta	ISF	Descrição	2022
1.1.1.1.2.20.01	F	LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	92.173	2.1.8.9.2.40.01	F	RECURSOS A LIBERAR POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	177.114
1.1.1.1.2.20.06	F	LIMITE DE SAQUE SUJEITO A LIBERAÇÃO	84.941				
1.1.1.1.2.20.02	P	LIMITE DE SAQUE SUJEITO A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	725.923	2.1.8.9.2.40.02	P	RECURSOS BLOQUEADOS (A LIBERAR) POR VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	725.923
1.1.1.1.2.20.03	P	VALORES A RECEBER POR ARRESTO	119.223	2.1.8.9.2.40.03	P	RECURSOS A LIBERAR POR MANDADO DE ARRESTO	119.223
1.1.2.1.2.01.01	P	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER - INTRA OFSS	699.460	2.1.8.9.2.01.20	P	CREDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS A TRANSFERIR	699.460
1.1.3.2.2.01.01	P	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS RPPS A COMPENSAR	14.992	2.1.4.2.2.14.01	P	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RPPS A COMPENSAR - CIVIL	14.992
1.1.3.5.2.01.02	P	BLOQUEIOS BANCÁRIOS A RECEBER	6.423	2.1.8.9.2.01.07	P	OBRIGACOES C/ TESOURO ESTADUAL - BLOQUEIO BANCÁRIO DE CONVÊNIOS	6.423
1.1.3.8.2.01.36	P	VALORES A RECEBER DA DEVOLUÇÃO DO FECAM	59.937	2.1.8.9.2.03.02	P	RESTITUIÇÕES FECAM E FISED - LEI 3.189/99	87.576
1.1.3.8.2.01.37	P	VALORES A RECEBER ROYALTIES & PE (FISED)	27.638				
1.1.3.8.2.01.39	F	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS - DEVOLUÇÕES A RECEBER DE DUODÉCIMOS.	51.273	2.1.8.9.2.01.12	F	DUODÉCIMO A TRANSFERIR	51.273
1.2.1.1.2.01.01	P	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER LP - INTRA OFSS	417.071	2.2.8.9.2.01.17	P	CREDITOS TRIBUTARIOS PARCELADOS A TRANSFERIR	417.071
1.2.1.1.2.09.01	P	CRÉDITO DE DUODÉCIMO A RECEBER	13.676	2.2.8.9.2.01.04	P	DUODÉCIMO A TRANSFERIR	13.676
1.2.1.1.2.10.01	P	RECURSOS A RECEBER DECRETO ESTADUAL Nº 46.495/2018	1.295.408	2.2.8.9.2.01.13	P	RECURSOS A RESSARCIR DECRETO ESTADUAL Nº 46.495/2018	1.295.408
1.2.1.2.98.01	P	CREDITOS PELA ASSUNCAO DE DIVIDAS	2.180.497	2.2.2.3.2.99.01	P	DIVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	2.180.497
TOTAL DO ATIVO EXPURGADO			5.788.637	TOTAL DO PASSIVO EXPURGADO			5.788.637

Fonte: SIAFE-Rio

II - QUADRO DOS EXPURGOS DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

R\$ Mil

EXPURGO DAS CONTAS DE INVESTIMENTOS AVALIADOS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL - PARCELA DO PL DAS CONTROLADAS					
Ativo			Passivo		
Conta	Descrição	2022	Conta	Descrição	2022
1.2.2.1.1.01.01	Tit. Represent. De Capital Integralizado	10.532.127	2.2.8.9.1.01.03	Perdas e Desajós em Investimentos	2.100.769
1.2.2.9.1.01.01	Ajustes para Perdas em Investimentos	(9.025.237)		Expurgos do PL das Sociedades Investidas	(624.189)
			2.3.1.0.0.00.00	Patrimônio Social e Capital Social	11.219.881
			2.3.3.0.0.00.00	Reservas de Capital	2.396.608
			2.3.4.0.0.00.00	Ajustes de Avaliação Patrimonial	42.720
			2.3.5.0.0.00.00	Reservas de Lucros	16.198
			2.3.6.0.0.00.00	Demais Reservas	46.853
			2.3.7.0.0.00.00	Resultados Acumulados	(14.022.920)
				Resultado do exercício (VPA-VPD)	(323.530)
				Participações Minoritárias	30.311
TOTAL		1.506.890	TOTAL		1.506.890

Fonte: SIAFE-Rio

Algumas contas já conciliadas não foram eliminadas do Balanço Patrimonial, pois seus atributos diferem entre Financeiro e Permanente. Este expurgo comprometeria a correspondência dos saldos apresentados nos anexos do Balanço Patrimonial (Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial), tendo em vista que somente o Balanço Patrimonial é apresentado através de saldos das contas patrimoniais enquanto os outros são executados através de contas patrimoniais e de controle.

A seguir, quadro as contas devidamente conciliadas e não expurgadas no exercício de 2022.

III - QUADRO DAS CONTAS CONCILIADAS E NÃO EXPURGADAS

CONTAS PATRIMONIAIS COM INDICADOR DE SUPERÁVIT FINANCEIRO - ISF DIFERENTES								RS Mil
Conta	ISF	Descrição	2022	Conta	ISF	Descrição	2022	
1.1.3.8.2.01.26	P	VALORES A RECEBER LEI Nº Lei nº 5.639/2010 - FUNDRIH	373	2.1.8.9.2.01.09	F	REPASSES DA LEI Nº Lei nº 5.639/2010 - FUNDRIH	373	
1.1.3.8.2.01.28	P	VALORES A RECEBER EC Nº 93/2016 - DRE	159.087	2.1.8.9.2.01.11	F	VALORES A PAGAR EC Nº 93/2016 - DRE	159.087	
1.1.3.8.2.01.14	P	CRÉDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO - SPSM	184.745	2.1.8.8.2.99.01	F	RETIÇÃO SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS - SPSM	184.745	
1.1.3.8.2.01.32	P	RESTITUIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS A RECEBER	21.106	2.1.8.9.2.01.16	F/P	RESTITUIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS AO RIOPREVIDÊNCIA	21.106	
TOTAL			365.310	TOTAL			365.310	

Neste contexto, as análises seguem em desenvolvimento, inclusive com relação às diferenças de atributos entre as contas. Os quadros a seguir evidenciam o andamento das análises:

IV - QUADRO DAS CONTAS EM CONCILIAÇÃO

ATIVO INTRA X PASSIVO INTRA - Em Conciliação								RS Mil
Conta	ISF	Descrição	2022	Conta	ISF	Descrição	2022	
1.1.3.6.2.01.01	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - ATIVO CIVIL	284.267	2.1.1.4.2.01.02	F/P	CONTRIBUICAO PATRONAL - RPPS PLANO FINANCEIRO	272.684	
1.1.3.6.2.01.02	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - ATIVO MILITAR A REGULARIZAR	44	2.1.1.4.2.01.04	F/P	RPPS S/13. SALARIO	29.022	
1.1.3.6.2.01.04	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - ATIVO CIVIL - 13º SALÁRIO	26.856					
1.1.3.6.2.01.05	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - ATIVO MILITAR - 13º SALÁRIO A RB	2.183					
1.1.3.6.2.01.03	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL PLANO PREVIDENCIARIO - ATIVO CIVIL	19.310	2.1.1.4.2.01.03	F/P	CONTRIBUICAO PATRONAL-RPPS PLANO PREVIDEN	25.463	
1.1.3.6.2.01.06	P	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL PLANO PREVIDENCIARIO - ATIVO CIVIL	8.749	2.1.1.4.2.01.05	F/P	RPPS - PLANO PREV S/13 SALARIO	1.656	
1.1.3.6.2.01.09	P	CONTRIBUIÇÃO P/ FUNDO DE SAÚDE MILITAR	98.635	2.1.1.4.2.01.01	F/P	CONTRIB PATRONAL - FUNDO DE SAUDE/INTRA	62.307	
1.1.3.8.2.01.11	P	INDENIZACOES E RESTITUICOES A RECEBER - INTRA	37.315	2.1.8.9.2.03.01	F/P	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS - INTRA OFSS	46.660	
1.1.3.1.2.99.01	P	ADIANTAMENTO A ÓRGÃOS - PRECATORIOS	630.709	2.1.8.9.2.01.08	F/P	OBRIGACOES C/ TESOURO ESTADUAL - PRECATORIO	627.933	
1.2.1.2.2.98.06	P	CRÉDITOS A RECEBER ORIUNDOS DO FDP A LONGO PRAZO	197.857	2.2.8.9.2.01.06	P	CREDORES ENTIDADES/AGENTES DO FDP NO LONGO PRAZO	198.849	
1.2.1.1.2.03.01	P	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	89.231	2.2.8.9.2.03.01	P	INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS - INTRA OFSS	87.242	
TOTAL ATIVO INTRA			1.395.156	TOTAL PASSIVO INTRA			1.351.817	

V - QUADRO DAS CONTAS A CONCILIAR

R\$ Mil

ATIVO INTRA X PASSIVO INTRA - A CONCILIAR							
Conta	ISF	Descrição	2022	Conta	ISF	Descrição	2022
1.1.3.8.2.12.01	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 32.532/02 (Demais Áreas) - INTRA	41.951	2.1.1.1.2.01.01	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 32.532/02	4.629
1.1.3.8.2.12.02	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 41.687/09 (Área de Segurança) - INTRA	312.815	2.1.1.1.2.01.02	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 41.687/09	11.650
1.1.3.8.2.12.03	P	CESSAO SERVIDORES - DEC. 42.791/11 (Área de Educação) - INTRA	121.692	2.1.1.1.2.01.03	F/P	PESSOAL CEDIDO - DEC. 42.791/11	3.965
1.1.2.2.01.01	P	DUPLICATAS A RECEBER - POR ANO/MES	286.363	2.1.1.1.2.02.01	F/P	PESSOAL A PAGAR - SALDOS MIGRADOS DO SIAFEM	114.489
1.1.3.3.2.01.01	P	CONCESSOES A RECEBER	410	2.1.3.1.2.01.01	F/P	CREDORES INTRAGOVERNAMENTAIS	96.902
1.1.3.3.2.01.02	P	PERMISSIONARIOS INTRA	144	2.1.8.9.2.01.02	F/P	OBRIGACOES C/ORGaos E ENTIDADES ESTADUAIS	32.434
1.1.3.8.2.01.05	P	CREDITOS DE ORGAOS E ENTIDADES ESTADUAIS	114.972	2.1.2.3.2.99.01	F/P	DIVIDAS ASSUMIDAS PELO GOVERNO DO ESTADO	5
1.1.3.8.2.01.07	P	CREDA RECEBP/COMPENSAÇÃO PASSIVO AMBIENTA	1.130	2.1.8.9.2.01.05	P	BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BERJ	370
1.1.3.8.2.01.25	P	ALUGUEIS A RECEBER - POR ANO/MES	9.190	2.1.8.9.2.01.06	P	OBRIGACOES PELA COMPENSAÇÃO BERJ	72
1.1.3.8.2.01.27	P	VALORES A RECEBER TAXA E IMOLUMENTOS EXTRAJUDICIAIS - ATO CONJUNTO Nº 9/2	0	2.1.8.9.2.02.01	F/P	OBRIGACOES P/CONVENIOS RECEBIDOS	2.421
1.2.1.1.2.05.12	P	CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS	88	2.1.8.5.2.02.01	F/P	DIVIDENDOS A DISTRIBUIR TERCEIROS - INTRA OFSS	0
1.1.3.8.2.01.03	P	CREDITOS A RECEBER PELA COMPENSAÇÃO BERJ	587.511	2.1.8.5.2.01.01	F/P	DIVIDENDOS A DISTRIBUIR TESOURO ESTADUAL - INTRA OFSS	0
TOTAL ATIVO INTRA			1.476.265	TOTAL PASSIVO INTRA			266.935

O quadro a seguir resume a evolução dos ativos e passivos intragovernamentais. No exercício de 2022, R\$ 1.506.890 mil decorrentes dos Investimentos Avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial e R\$ 5.788.637 mil decorrentes dos valores classificados em Ativos e Passivos Intraorçamentários foram conciliados e excluídos do Balanço Patrimonial Consolidado do Estado do Rio de Janeiro.

VI - QUADRO DA EVOLUÇÃO DAS CONCILIAÇÕES INTRAGOVERNAMENTAIS

R\$ Mil

Ativos X Passivos Intra	2022		2021	
	Valor (R\$)	AV %	Valor (R\$)	AV%
Ativo Intra - Conciliado	5.788.637	55%	5.170.348	57%
Passivo Intra - Conciliado	5.788.637	62%	5.170.348	65%
Diferença Conciliado - QUADRO I	-		-	
Ativo Intra - Equivalência Patrim.	1.506.890	14%	566.437	6%
Passivo Intra - Equivalência Patrim.	1.506.890	16%	566.437	7%
Diferença Equiv. Patrim. - QUADRO II	-		-	
Ativo Intra - Conciliado e Não Expurgado	365.310	3%	952.521	11%
Passivo Intra - Conciliado e Não Expurgado	365.310	4%	952.521	12%
Diferenças Não Expurgado - QUADRO III	-		-	
Ativo Intra - Em Conciliação	1.395.156	13%	1.004.846	11%
Passivo Intra - Em Conciliação	1.351.817	15%	963.295	12%
Diferenças Em Conciliação - QUADRO IV	43.339		41.550	
Ativo Intra - A Conciliar	1.476.265	14%	1.311.869	15%
Passivo Intra - A Conciliar	266.935	3%	282.208	4%
Diferenças a Conciliar - QUADRO V	1.209.330		1.029.661	
TOTAL ATIVO INTRA	10.532.258	100%	9.006.021	100%
TOTAL PASSIVO INTRA	9.279.589	100%	7.934.810	100%
DIFERENÇA TOTAL	1.252.669		1.071.211	

2.4.3 Consolidação da Demonstração das Variações Patrimoniais:

As exclusões efetuadas na Demonstração das Variações Patrimoniais somam R\$ 127.988.831 mil, conforme demonstrado no quadro a seguir:

VII - QUADRO DAS CONTAS DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAORÇAMENTÁRIAS CONCILIADAS

Variações Patrimoniais Aumentativas			Variações Patrimoniais Diminutivas		
Conta	Descrição	2022	Conta	Descrição	2022
4.2.1.1.2.01.01	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR AT CIVIL - RPPS	2.846.597	3.1.1.2.1.2.01.01	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	2.846.597
4.2.1.1.2.99.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV ATIVO MILITAR	255.233	3.1.2.9.2.01.01	FUNDO DE SAUDE DOS MILITARES	255.233
4.2.1.1.2.01.03	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	263.367	3.1.2.1.2.01.03	CONTRIBUIÇ PATR-PESSOAL CIVIL/PLANO PREVIDE	263.367
4.3.1.2.06.99	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE	1.811.429	3.3.2.3.2.37.01	GESTAO DE SERVIÇOS DE SAUDE	1.811.429
4.4.3.9.2.01.01	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	202.065	3.4.3.9.2.01.01	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	202.065
4.5.1.1.2.01.01	COTA RECEBIDA	43.781.608	3.5.1.1.2.01.01	COTA CONCEDIDA	43.781.608
4.5.1.1.2.02.01	REPASSE RECEBIDO	35.892.044	3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO	35.892.044
4.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE RECEBIDO	162.060	3.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE CONCEDIDO	162.060
4.5.1.1.2.06.01	CREDITOS ENVIADOS	481.717	3.5.1.1.2.06.01	CREDITOS RECEBIDOS	481.717
4.5.1.1.2.07.01	DEBITOS RECEBIDOS	122.215	3.5.1.1.2.07.01	DEBITOS ENVIADOS	122.215
4.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	31.201	3.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	31.201
4.5.1.2.2.01.02	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS NÃO FINANCEIROS	1.270.135	3.5.1.2.2.01.02	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.270.135
4.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.304.044	3.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.304.044
4.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	7.054.072	3.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	7.054.072
4.5.1.2.2.01.11	DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO CONCEDIDO	69.636	3.5.1.2.2.01.11	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO	69.636
4.5.1.2.2.01.12	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NÃO FINANCEIROS	5.383.266	3.5.1.2.2.01.12	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NÃO FINANCEIROS	5.383.266
4.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.643.594	3.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.643.594
4.5.1.2.2.01.98	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	162.403	3.5.1.2.2.01.98	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	162.403
4.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	4.825	3.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	4.825
4.5.1.2.2.02.01	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	466.820	3.5.1.2.2.02.01	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	466.820
4.5.1.2.2.02.03	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	231.640	3.5.1.2.2.02.03	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	231.640
4.5.1.2.2.02.04	DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	53.651	3.5.1.2.2.02.04	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	53.651
4.5.1.2.2.02.07	DOAÇÕES RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	24.226	3.5.1.2.2.02.07	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	24.226
4.5.1.2.2.02.08	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	152.618	3.5.1.2.2.02.08	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	152.618
4.5.1.2.2.02.09	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	18.169	3.5.1.2.2.02.09	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	18.169
4.5.1.2.2.02.10	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	30	3.5.1.2.2.02.10	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	30
4.5.1.2.2.02.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	57.613	3.5.1.2.2.02.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	57.613
4.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	23.295.771	3.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	23.295.771
4.6.4.0.2.01.09	BENS MÓVEIS E IMÓVEIS RECEBIDOS EM CESSÃO DE USO	9	3.6.5.0.2.01.02	CESSÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	9
4.6.4.1.2.01.03	OBRIGAÇÕES COM ORGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS	464.634	3.6.5.0.2.01.03	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	464.634
4.9.9.6.2.99.02	OUTRAS RESTITUIÇÕES	479.818	3.9.9.6.2.02.01	RESTITUIÇÕES	482.137
4.9.9.5.2.01.01	RECINTRA-ORCMULTAS PREVINA LEGDO TRANSITO	2.318			
TOTAL		127.988.831	TOTAL		127.988.831

Fontes: SIAFE-Rio

VIII - QUADRO DAS CONTAS DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INTRAORÇAMENTÁRIAS EM CONCILIAÇÃO

Variações Patrimoniais Aumentativas			Variações Patrimoniais Diminutivas		
Conta	Descrição	2022	Conta	Descrição	2022
4.3.3.1.2.02.01	ALUGUEIS DE IMOVEIS URBANOS	7.726	3.3.2.3.2.10.03	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	14.311
4.3.3.1.2.28.02	CESSAO DE USO DE BENS DO ESTADO	6.639	3.9.9.6.2.02.01	RESTITUIÇÕES	11
4.9.9.6.2.99.02	OUTRAS RESTITUIÇÕES	11			
4.3.3.1.2.10.01	SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	307	3.3.2.3.2.11.05	HOSPEDAGEM DE SISTEMAS	594
4.9.9.5.2.01.01	RECINTRA-ORCMULTAS PREVINA LEGDO TRANSITO	2	3.7.1.1.2.01.02	IPVA	1
4.3.3.1.2.99.01	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS PROVENIENTES DE PRESTACAO DE SERVIÇOS	684	3.3.2.3.2.23.01	SERVIÇOS DE VIGILANCIA E POLICIAMENTO	1
			3.3.2.3.2.11.04	SERVIÇOS TECNICOS DE PROFISSIONAIS DE TI	282
			3.3.2.3.2.11.08	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO	101
			3.3.1.1.2.20.01	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO/MATERIAL DE COPA E COZINHA	1
			3.3.1.1.2.16.01	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2
4.3.3.1.2.99.01	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	2.570	3.3.2.3.2.17.01	FILIAÇÃO, ACORDOS OU AJUSTES COM ENTIDADES DE INTERC. TEC. CIEN	2.189
4.3.3.1.2.99.01	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS PROVENIENTES DE PRESTACAO DE SERVIÇOS	1	3.3.2.3.2.30.01	SELEÇÃO E TREINAMENTO	158
			3.3.2.3.2.69.01	ENCARGOS COM BOLSA DE ESTUDO OU APERFEIÇOAMENTO TEC., CIENTIFICO OU CULTURAL	224
4.3.3.1.2.99.01	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS PROVENIENTES DE PRESTACAO DE SERVIÇOS	129.826	3.3.1.1.2.06.01	GENEROS ALIMENTAÇÃO	55.993
4.3.3.1.2.33.01	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	805	3.3.2.3.2.66.01	ENCARGOS DE SERVIÇOS PRESTADOS POR ALBERGADOS, ASILADOS, PRESIDARIOS	6.322
4.3.3.1.2.37.01	SERVIÇOS DE CONSULTORIA, ASS. TECNICA E ANALISE DE PROJETO	7.339	3.3.2.3.2.28.01	SERVIÇOS DE ASSEIO E HIGIENE	1.037
4.3.3.1.2.25.01	OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC HIDR	0	3.3.2.3.2.22.01	SERV DE APOIO ADMIN, TECNICO E OPERACIONAL	66.110
			3.3.2.3.2.29.01	PRÊMIOS DE SEGUROS	0
			3.3.2.3.2.51.01	SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS	677
			3.3.2.3.2.32.02	COMISSOES E CORRETAGENS	962
			3.3.2.3.2.13.01	SERVIÇOS TECNICOS, CIENTIFICOS E DE PESQUISA	6.460
			3.3.2.3.2.61.01	DESPESAS COM DEFESA DO ESTADO E DILIGENCIAS	5
			3.9.9.6.2.01.01	INDENIZACÕES	1
			3.3.2.3.2.47.01	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	1
			3.3.2.3.2.01.01	CONSULTORIA E ACESSORIA	3.990
			3.4.2.3.2.01.02	JUROS DE SERVIÇOS TECNICOS - PESSOAL JURIDICA	76
TOTAL		155.911	TOTAL		159.508

2.4.4 Consolidação do Balanço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa:

As exclusões das transferências intragovernamentais foram efetuadas no Balanço Financeiro e na Demonstração do fluxo de Caixa pelo mesmo montante de R\$ 121.663,359 mil, conforme demonstrado no quadro a seguir:

IX - QUADRO DE CONCILIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CONCILIADAS

Variações Patrimoniais Aumentativas			Variações Patrimoniais Diminutivas		
Conta	Descrição	2022	Conta	Descrição	2022
4.5.1.1.2.01.01	COTA RECEBIDA	43.781.608	3.5.1.1.2.01.01	COTA CONCEDIDA	43.781.608
4.5.1.1.2.02.01	REPASSE RECEBIDO	35.892.044	3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO	35.892.044
4.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE RECEBIDO	162.060	3.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE CONCEDIDO	162.060
4.5.1.1.2.06.01	CREDITOS ENVIADOS	481.717	3.5.1.1.2.06.01	CREDITOS RECEBIDOS	481.717
4.5.1.1.2.07.01	DEBITOS RECEBIDOS	122.215	3.5.1.1.2.07.01	DEBITOS ENVIADOS	122.215
4.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	31.201	3.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	31.201
4.5.1.2.2.01.02	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS NÃO FINANCEIROS	1.270.135	3.5.1.2.2.01.02	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.270.135
4.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.304.044	3.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.304.044
4.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	7.054.072	3.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	7.054.072
4.5.1.2.2.01.11	DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO CONCEDIDO	69.636	3.5.1.2.2.01.11	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO	69.636
4.5.1.2.2.01.12	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NÃO FINANCEIROS	5.383.266	3.5.1.2.2.01.12	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NÃO FINANCEIROS	5.383.266
4.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.643.594	3.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.643.594
4.5.1.2.2.01.98	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	162.403	3.5.1.2.2.01.98	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	162.403
4.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.825	3.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.825
4.5.1.2.2.02.01	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	466.820	3.5.1.2.2.02.01	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	466.820
4.5.1.2.2.02.03	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	231.640	3.5.1.2.2.02.03	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	231.640
4.5.1.2.2.02.04	DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	53.651	3.5.1.2.2.02.04	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	53.651
4.5.1.2.2.02.07	DOAÇÕES RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	24.226	3.5.1.2.2.02.07	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	24.226
4.5.1.2.2.02.08	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	152.618	3.5.1.2.2.02.08	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	152.618
4.5.1.2.2.02.09	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	18.169	3.5.1.2.2.02.09	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	18.169
4.5.1.2.2.02.10	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	30	3.5.1.2.2.02.10	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	30
4.5.1.2.2.02.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	57.613	3.5.1.2.2.02.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	57.613
4.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	23.295.771	3.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	23.295.771
TOTAL		121.663.359	TOTAL		121.663.359

Fontes: SIAFE-Rio

2.4.5 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - 5º Nível Consolidação

Com o objetivo de viabilizar o processo de convergência aos padrões contábeis e possibilitar a consolidação das contas públicas, em âmbito nacional, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Uma das finalidades do PCASP é padronizar os registros contábeis, permitindo a consolidação das entidades do setor público, nos diversos níveis de governo. Para tal, foi criado um método a fim de distinguir os valores que serão incluídos ou excluídos das demonstrações consolidadas.

O método consiste na utilização do 5º nível das contas de Ativo (1), Passivo (2), Variações Patrimoniais Diminutivas (3) e Variações Patrimoniais Aumentativas (4), para distinguir os saldos recíprocos, como demonstrados a seguir:

5º Nível – Consolidação		
x.x.x.x.1.xx.xx	CONSOLIDAÇÃO	Compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).
x.x.x.x.2.xx.xx	INTRA OFSS	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do mesmo ente.
x.x.x.x.3.xx.xx	INTER OFSS – UNIÃO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e a União.
x.x.x.x.4.xx.xx	INTER OFSS – ESTADO	Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um estado.
x.x.x.x.5.xx.xx	INTER OFSS – MUNICÍPIO	O Compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Fonte: MCASP - 7ª Edição

3. Demonstrações Contábeis Consolidadas Aplicadas ao Setor Público

3.1 Balanço Patrimonial – Quadro Principal

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

ATIVO					PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	Notas	2022	2021	AH (%)	ESPECIFICAÇÃO	Notas	2022	2021	AH (%)
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	26.440.301	22.876.058	15,58%	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	4.13	2.083.392	2.946.829	-29,30%
Créditos a Curto Prazo	4.2	17.793.149	17.770.139	0,13%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	4.14	5.239.841	35.197.606	-85,11%
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	4.3	8.424.895	4.372.979	92,66%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.15	6.793.820	10.577.658	-35,77%
Estoques	4.4	1.203.310	1.050.425	14,55%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	4.16	328.955	546.276	-39,78%
VPD Pagas Antecipadamente	4.5	11.807	8.276	42,66%	Obrigações de Repartição a Outros Entes	4.17	95.451	4.061	2250,51%
Total do Ativo Circulante		53.873.462	46.077.878	16,92%	Provisões a Curto Prazo	4.18	292.668	288.558	1,42%
					Demais Obrigações a Curto Prazo	4.19	10.678.296	10.100.977	5,72%
					Total do Passivo Circulante		25.512.423	59.661.965	-57,24%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE					PASSIVO NÃO-CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo		54.372.406	47.843.786	13,65%	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	4.21	5.524.925	4.471.008	23,57%
Créditos a Longo Prazo	4.6	46.351.613	40.499.986	14,45%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	4.23	166.879.969	144.278.252	15,67%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	4.7	7.962.397	7.286.928	9,27%	Fornecedores a Longo Prazo	4.24	3.401.497	2.752.539	23,58%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	4.8	473	473	0,00%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	4.25	581.315	907.280	-35,93%
Estoques	4.9	56.399	56.399	0,00%	Provisões a Longo Prazo	4.26	12.379.688	8.960.386	38,16%
VPD Pagas Antecipadamente		1.526	0	100,00%	Demais Obrigações a Longo Prazo	4.27	9.147.389	9.618.202	-4,90%
Investimentos	4.10	12.270.954	11.425.117	7,40%	Resultado Diferido	4.28	25.306.129	23.941.975	5,70%
Imobilizado	4.11	35.349.498	31.337.919	12,80%	Total do Passivo Não-Circulante		223.220.913	194.929.643	14,51%
Intangível	4.12	242.702	226.721	7,05%					
Total do Ativo Não-Circulante		102.235.560	90.833.543	12,55%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Patrimônio Social e Capital Social		(34.366.883)	(33.359.030)	3,02%
					Reservas de Capital		-	487.856	-100,00%
					Ajustes de Avaliação Patrimonial		(24)	(2.153.910)	-100,00%
					Reservas de Lucros		12.033	10.546	14,10%
					Demais Reservas		1.744.898	5.072.643	-65,60%
					Resultados Acumulados		(59.984.027)	(87.722.001)	-31,62%
					Resultado do Exercício	4.31	24.760.862	7.030.426	252,20%
					Resultados de Exercícios Anteriores		(86.652.585)	(87.395.088)	-0,85%
					Ajustes de Exercícios Anteriores	4.30	1.907.695	(7.357.338)	-125,93%
					Participação de Não Controladores		(30.311)	(16.292)	86,04%
					Total do Patrimônio Líquido	4.29	(92.624.314)	(117.680.187)	-21,29%
TOTAL DO ATIVO		156.109.022	136.911.421	14,02%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		156.109.022	136.911.421	14,02%

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.2 Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - CONSOLIDADO

ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

				R\$ Mil
ATIVO (I)	Notas	2022	2021	AH
ATIVO FINANCEIRO		36.296.505	29.173.805	24,41%
ATIVO PERMANENTE		119.812.517	107.737.616	11,21%
TOTAL ATIVO		156.109.022	136.911.421	14,02%
PASSIVO (II)				
PASSIVO FINANCEIRO	4.20	12.043.664	15.129.226	-20,39%
PASSIVO PERMANENTE		238.003.128	240.266.463	-0,94%
TOTAL PASSIVO		250.046.791	255.395.689	-2,09%
SALDO PATRIMONIAL (I-II)	4.29	(93.937.769)	(118.484.267)	-2071,71%

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3.3 Balanço Patrimonial – Quadro das Contas de Compensação

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - CONSOLIDADO

ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

				R\$ Mil
ESPECIFICAÇÃO	Notas	2022	2021	AH(%)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS				
Garantias e Contragarantias recebidas		79	77	2,98%
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		1.566.614	1.553.808	0,82%
Total dos Atos Potenciais Ativos		1.566.693	1.553.885	0,82%
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS				
Garantias e Contragarantias concedidas		89.863	101.902	-11,81%
Obrigações contratuais		59.955.906	52.560.162	14,07%
Total dos Atos Potenciais Passivos		60.045.769	52.662.063	14,02%

Fontes: SIAFE-Rio

3.4 Balanço Patrimonial – Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

Lei Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)


Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

R\$ Mil


FONTES DE RECURSOS	Notas	2022	2021
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens		(906.645)	(822.000)
085 - Fonte Genérica		(117.831)	61.034
089 - GRE SEFAZ		8	0
100 - Ordinários Provenientes de Impostos		(5.955.210)	(9.209.550)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos		830.436	240.859
102 - Fundo Orçamentário Temporário		75.197	(32.745)
103 - Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FISED		259.339	324.908
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo		3.531.208	2.513.194
105 - Salário Educação		150.259	680.698
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos		(54.222)	134.117
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A		375.493	108.925
111 - Operações de Crédito		1.469.342	1.491.852
120 - Ressarcimento de Pessoal		261.724	345.353
122 - Adicional do ICMS - FECP		509.903	(914.689)
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		1.922	6.588
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		40.994	37.332
133 - Alienação de Bens		(48.765)	(48.765)
140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção		-	567
140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção - Fonte Tesouro		567	-
145 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário -		3.539.737	7.426.715
150 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS		43.062	181.529
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM		1.004.009	458.530
152 - Fundo Soberano - Excedente de Arrecadação de Royalties do Petróleo e Gás Natural		3.049.952	-
188 - Repasses constitucionais aos municípios.		(818)	(468)
189 - INGRESSOS A CLASSIFICAR		0	0
190 - Depósitos Judiciais Tributários		49.021	49.021
191 - Depósitos Judiciais Não Tributários		363.228	363.228
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro		21.997	21.997
193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa		469.861	21.100
195 - Operações Oficiais de Fomento		12.286	3.209
196 - Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid - 19		378	367
198 - Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19		10.766	10.768
211 - Operações de Crédito		8	0
212 - Transferências Voluntárias		144.691	143.737
214 - Transferências do PAC		86.539	84.691
215 - Transferências do FUNDEB		18.846	117.922
218 - Transferências Intraorçamentárias		103.898	96.877
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde		62.010	7.694
224 - Transferências Legais Recebidas da União		524.942	341.405
225 - Sistema Único de Saúde- SUS		79.914	622.585
227 - Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural		11	17
230 - Recursos Próprios		5.137.079	4.035.007
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência		3.523.385	1.380.932
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos		2.684.404	1.777.081
233 - Alienação de Bens		33.286	39.509
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS		1.913.757	1.284.743
237 - Sistema de Proteção Social dos Militares		143.457	166.216
240 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção		14.933	4.740
245 - Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário		179.648	88.600
251 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM		7.373	5.084
297 - Conservação Ambiental		430.125	393.840
999 - A definir		225	225
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	4.32	24.075.728	14.044.579

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Elyzine Conceição Ribeiro Caju
Coordenadora - ID: 5.015.485-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Magno Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Jeannine Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

3.5 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO
ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022

RS Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais 2021	(33.258.925)	487.856	2.929.025	10.339	46.384	(88.127.918)	100.597	(117.812.641)
Ajustes de Exercícios Anteriores				207		(7.357.338)		(7.357.131)
Redução de Capital	(100.105)					100.105		-
Reserva de Reavaliação					5.026.259	-		5.026.259
Ajuste de Avaliação Patrimonial			(5.082.935)			-		(5.082.935)
Ações / Cotas em Tesouraria								-
Resultado do Exercício						7.030.426		7.030.426
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas						632.724		632.724
Ajuste Participação dos não Controladores							(116.889)	(116.889)
Saldos Finais 2021	(33.359.030)	487.856	(2.153.910)	10.546	5.072.643	(87.722.001)	(16.292)	(117.680.187)


Fontes: SIAFE-Rio

ANEXO 19 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022


RS Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais 2022	(33.359.030)	487.856	(2.153.910)	10.546	5.072.643	(87.722.001)	(16.292)	(117.680.187)
Ajustes de Exercícios Anteriores						2.126.291		2.126.291
Reserva de Reavaliação					(18)	18		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial			2.147.847			147		2.147.994
Reavaliação de Imóveis					1.744.901			1.744.901
Resultado do Exercício						24.760.862		24.760.862
Dividendos						(331)		(331)
Reserva Legal				70		(70)		-
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	(1.007.853)	(487.856)	6.038	(1.642)	(5.072.628)	854.115		(5.709.826)
Reserva de Lucros a Realizar				992		(992)		-
Reserva Estatutária Exercícios Anteriores				2.067		(2.067)		-
Ajuste Participação dos não Controladores							(14.019)	(14.019)
Saldos Finais em 2022	(34.366.883)	(0)	(24)	12.033	1.744.899	(59.984.027)	(30.310)	(92.624.314)

Fontes: SIAFE-Rio


Elyane Conceição Alparone Gallo
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Magalhães Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

3.6 Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO
ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021


R\$ Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS						
DESCRIÇÃO	Notas	2022	AV%	2021	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS						
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		65.964.928	25%	69.684.139	18%	-5%
Contribuições		3.932.141	1%	3.204.306	1%	23%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		775.851	0%	1.416.812	0%	-45%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		32.431.393	12%	13.997.692	4%	132%
Transferências e Delegações Recebidas		43.762.694	16%	31.634.630	8%	38%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		29.280.718	11%	18.099.372	5%	62%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		91.478.500	34%	249.472.993	64%	-63%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		267.626.225	100%	387.509.945	100%	-31%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS						
Pessoal e Encargos		28.469.243	12%	22.609.774	6%	26%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		25.606.084	11%	22.308.076	6%	15%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		13.539.083	6%	9.917.261	3%	37%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		28.370.734	12%	22.280.280	6%	27%
Transferências e Delegações Concedidas		30.765.223	13%	30.635.949	8%	0%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		103.790.931	43%	11.335.935	3%	816%
Tributárias		1.228.521	1%	960.030	0%	28%
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		49	0%	106	0%	-54%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		11.095.494	5%	260.432.107	68%	-96%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		242.865.363	100%	380.479.519	100%	-36%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	4.31	24.760.862		7.030.426		


Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)



Elayne Conceição Alparone Gijão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0



Ronaldo Magalhães Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8



Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

3.7 Balanço Orçamentário – Quadro Principal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - CONSOLIDADO

ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2022

R\$ Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	92.189.263	97.409.363	100.546.646	3.137.283
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	46.773.762	43.748.315	44.243.832	495.517
Receita de Contribuições	6.316.760	6.316.760	7.329.536	1.012.776
Receita Patrimonial	25.719.104	33.202.084	34.864.185	1.662.100
Receita Agropecuária	208	208	5	(203)
Receita Industrial	32.190	32.190	1.839	(30.351)
Receita de Serviços	1.850.462	1.849.748	2.240.718	390.969
Transferências Correntes	9.189.781	9.751.089	8.938.280	(812.809)
Outras Receitas Correntes	2.306.996	2.508.969	2.928.251	419.283
RECEITAS DE CAPITAL (II)	726.925	443.099	166.536	(276.562)
Operações de Crédito	318.304	-	-	-
Alienação de Bens	4.233	4.233	11.731	7.498
Amortizações de Empréstimos	62.892	97.369	116.334	18.965
Transferências de Capital	341.496	341.496	38.005	(303.491)
Outras Receitas de Capital	-	-	466	466
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	92.916.189	97.852.462	100.713.183	2.860.721
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	92.916.189	97.852.462	100.713.183	2.860.721
DÉFICIT (VI)	-	14.832.978	-	(14.832.978)
TOTAL (VII) = (V + VI)	92.916.189	112.685.440	100.713.183	(11.972.257)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	11.654.044.038	-	-
Superávit Financeiro	-	11.654.044.038	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

Fonte: SIAFE-Rio

R\$ Mil

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	81.975.578	97.468.415	87.431.645	86.430.105	85.111.220	10.036.771
Pessoal e Encargos Sociais	55.498.326	61.568.864	56.438.704	56.199.127	55.734.730	5.130.159
Juros e Encargos da Dívida	1.514.363	1.036.946	945.546	945.546	945.531	91.400
Outras Despesas Correntes	24.962.890	34.862.606	30.047.394	29.285.433	28.430.958	4.815.211
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	7.648.841	11.929.255	6.367.426	6.073.501	5.852.892	5.561.829
Investimentos	6.597.377	11.468.477	5.604.537	5.310.612	5.090.079	5.863.940
Inversões Financeiras	556.949	465.282	420.807	420.807	420.807	44.475
Amortização da Dívida	494.515	4.504	342.082	342.082	342.006	(346.586)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	2.450.745	2.446.745	-	-	-	2.446.745
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	92.075.165	111.844.416	93.799.071	92.503.606	90.964.112	18.045.345
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XII)	841.024	841.024	386.245	386.245	386.245	(454.779)
Amortização da Dívida Interna	841.024	841.024	386.245	386.245	386.245	(454.779)
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	841.024	841.024	386.245	386.245	386.245	(454.779)
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	92.916.189	112.685.440	94.185.316	92.889.852	91.350.358	18.500.124
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	6.527.867	-	-	(6.527.867)
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	92.916.189	112.685.440	100.713.183	92.889.852	91.350.358	11.972.257
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFE-Rio

3.8 Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não

Processados

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - CONSOLIDADO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2021 (b)				
DESPESAS CORRENTES	7.837	623.702	293.910	288.544	316.262	26.734
Pessoal e Encargos Sociais	92	53.901	14.888	14.881	39.049	64
Juros e Encargos da Dívida	0	3.629	1.779	1.779	1.850	0
Outras Despesas Correntes	7.744	566.172	277.242	271.884	275.363	26.670
DESPESAS DE CAPITAL	9	184.866	150.632	149.786	33.114	1.974
Investimentos	9	176.866	143.486	142.640	32.260	1.974
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	0	8.000	7.146	7.146	854	-
TOTAL	7.846	808.568	444.541	438.330	349.376	28.708

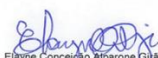
Fonte: SIAFE-Rio

3.9 Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - CONSOLIDADO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2021 (b)			
DESPESAS CORRENTES	7.658.113	2.506.393	2.073.043	3.520.210	4.571.253
Pessoal e Encargos Sociais	335.749	932.509	920.336	139.393	208.529
Juros e Encargos da Dívida	8	0	0	-	8
Outras Despesas Correntes	7.322.356	1.573.885	1.152.708	3.380.817	4.362.716
DESPESAS DE CAPITAL	154.790	222.847	218.960	97.196	61.481
Investimentos	148.134	218.677	218.240	88.351	60.220
Inversões Financeiras	6.400	4.006,46	562	8.845	1.000
Amortização da Dívida	257	163	158	0	262
TOTAL	7.812.903	2.729.240	2.292.003	3.617.406	4.632.734

Fonte: SIAFE-Rio


Elaine Conceição Aliperone Gilão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Mazono Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

3.10 Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO - CONSOLIDADO
ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

R\$ Mil

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receita Orçamentária (I)	100.713.183	91.423.471
Ordinária	52.989.680	56.512.695
Vinculada	47.723.502	34.910.776
Adicional do ICMS - FECP	2.699.964	2.736.064
Alienação de Bens	4.870	8.441
Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	277	138
Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	453.294	-
Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	23.488.816	16.651.379
Conservação Ambiental	37.568	27.355
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	1.792.364	674.738
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	24.642	15.245
Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	1.031.970	646.568
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	272.059	302.971
Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FISE	918.680	629.165
Fundo Soberano - Excedente de Arrecadação de Royalties do Petróleo e Gás Natu	3.049.952	-
Operações de Crédito	1.152	376
Operações Oficiais de Fomento	3.830	2.231
Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	644.183	384.158
Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto S	93.661	88.600
Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	22	162
Recursos Próprios do Rioprevidência	5.840.714	5.552.485
Salário Educação	535.654	512.667
Sistema de Proteção Social dos Militares	1.368.763	1.119.539
Sistema Único de Saúde- SUS	829.335	973.868
Transferências do FUNDEB	3.963.086	4.106.766
Transferências do PAC	56.577	44.425
Transferências Intraorçamentárias	69.652	61.233
Transferências Legais Recebidas da União	362.682	191.644
Transferências Voluntárias	179.733	180.558
Transferências Financeiras Recebidas (II)	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	186.745.529	193.501.990
DÍVIDA FLUTUANTE	31.814.959	34.895.874
Consignações	14.386.432	10.524.368
Depósito de Diversas Origens	14.591.427	20.832.047
Credores - Entidade e Agentes	2.142	1.651
Restos a Pagar Processados - Inscrição	1.539.494	2.729.240
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	1.295.464	808.568
OUTRAS OPERAÇÕES	154.930.570	158.606.116
Valores em Trânsito Realizáveis	91.519.552	96.438.471
Recusos Vinculados	20.412	65.977
Incorporação Disponibilidade Financeira	57.854	-
Depósito de Diversas Origens	449.591	215.814
Recusos Vinculados - Contas "A" e "B"	191.128	134.088
VPA a Classificar	62.691.983	61.751.670
Tributos a Compensar	51	97
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	29.129.357	15.567.138
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.876.058	11.850.573
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.880.319	1.404.114
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.372.979	2.312.451
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	316.588.069	300.492.599

Fontes: SIAFE-Rio

Parte 1/2

OBS.1: Para fins de Consolidação do Balanço Financeiro, houve exclusão de saldo Intraorçamentário nos Recebimentos Extraorçamentários (III) pelo valor de R\$ 4.393.636 mil e nos Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV) pelo valor de R\$ 847.933 mil, totalizando R\$ 5.241.569 mil.

R\$ Mil		
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Despesa Orçamentária (VI)	94.185.316	77.676.311
Ordinária	53.411.305	46.473.174
Vinculada	40.774.011	31.203.137
Adicional do ICMS - FECP	2.466.282	2.392.303
Alienação de Bens	10.644	-
Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	283	1.390
Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	4.533	-
Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	22.624.268	16.082.942
Conservação Ambiental	963	1.483
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	1.761.793	672.878
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	29.312	9.164
Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	445.402	183.105
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	410.208	121.936
Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FI	874.093	467.676
Operações de Crédito	3.088	904
Operações Oficiais de Fomento	3.597	3.006
Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	16.866	11.919
Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto	2.613	-
Recursos Próprios do Rioprevidência	3.741.525	4.531.822
Salário Educação	1.066.093	288.335
Sistema de Proteção Social dos Militares	1.392.372	970.376
Sistema Único de Saúde- SUS	1.384.790	970.050
Transferências do FUNDEB	4.065.655	4.074.449
Transferências do PAC	48.300	23.790
Transferências Intraorçamentárias	63.738	57.646
Transferências Legais Recebidas da União	179.893	150.701
Transferências Voluntárias	177.700	187.262
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	186.217.915	193.686.932
DÍVIDA FLUTUANTE	30.574.838	34.552.555
Consignação	13.700.196	10.495.285
Depósitos de Diversas Origens	14.142.178	20.524.817
Credores - Entidades e Agentes	2.130	1.763
Restos a Pagar Processados	2.292.003	3.231.750
Restos a Pagar Não Processados	438.330	298.940
OUTRAS OPERAÇÕES	155.643.077	159.134.377
Valores em Transitio Realizáveis	91.862.189	96.732.002
Recursos Vinculados	8.595	29.491
Desincorporação Disponibilidade Financeira	96.832	37.027
Incorporação de Obrigações	4	-
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	208.971	135.694
Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	156.645	233.844
Conversão de DDO em Receitas e Baixas	1.069	1.823
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	-	-
Depósitos de Diversas Origens	646.648	219.306
VPA a Classificar	62.661.959	61.745.080
Tributos a Compensar	166	109
Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	36.184.838	29.129.357
Caixa e Equivalentes de Caixa	26.440.301	22.876.058
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.319.641	1.880.319
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	8.424.895	4.372.979
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	316.588.069	300.492.599

Fontes: SIAFE-RJ

Parte 2/2

OBS.2: Para fins de Consolidação do Balanço Financeiro, houve exclusão de saldo intraorçamentário nos Pagamentos Extraorçamentários (VIII) pelo valor de R\$ 4.212.885 mil e nos Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX) pelo valor de R\$ 1.028.684 mil, totalizando R\$ 5.241.569 mil.


Elaine Conceição Ribeiro Estácio
Coordenadora - ID: 9.015.458-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Augusto Gomes Rodrigues
Superintendente - ID: 3.143.264-3
Contador - CRC-RJ-079206/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-6
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0


3.11 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro Principal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO GERAL
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021


FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		Notas	2022	2021
INGRESSOS			219.047.717	255.912.670
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias			44.243.832	43.214.140
Receita de Contribuições			7.329.536	5.892.493
Receita Patrimonial			34.864.185	28.920.174
Receita Agropecuária			5	886
Receita Industrial			1.839	673
Receita de Serviços			2.240.718	1.064.917
Remuneração das Disponibilidades			0	177.267
Transferências recebidas			8.969.679	8.338.687
Outras Receitas			2.935.323	3.711.053
Outros ingressos operacionais			118.462.600	164.592.379
DESEMBOLSOS			209.559.655	242.625.638
Pessoal e demais despesas			75.936.379	64.561.003
Juros e encargos da dívida			945.531	1.053.248
Transferências concedidas			11.137.971	9.690.214
Outros desembolsos operacionais			121.539.775	167.321.173
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)		39.1	9.488.062	13.287.032
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		Notas	2022	2021
INGRESSOS			128.065	103.180
Alienação de Bens			11.731	336
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos			116.334	102.844
DESEMBOLSOS			5.323.475	1.773.818
Aquisição de Ativo Não Circulante			4.163.048	1.078.549
Concessão de empréstimos e financiamentos			244.220	303.400
Outros Desembolsos de Investimentos			916.206	391.869
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		39.2	(5.195.409)	(1.670.638)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		Notas	2022	2021
INGRESSOS			-	-
Operações de Crédito			-	-
DESEMBOLSOS			728.410	590.909
Amortização / Refinanciamento da Dívida			307.847	358.307
Outros Desembolsos de Financiamento			420.563	232.602
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		39.3	(728.410)	(590.909)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		39.4	3.564.243	11.025.485
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL			22.876.058	11.850.573
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL			26.440.301	22.876.058

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Elayne Conceição Alparone Gilão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronald Marcelo Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

3.12 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

	R\$ Mil	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2022	2021
Intergovernamentais	5.009.965	4.230.513
da União	4.917.422	4.128.573
de Estados e Distrito Federal	4	1.889
de Municípios	92.539	100.051
Intragovernamentais	-	-
Outras transferências correntes recebidas	3.959.714	4.108.174
Total das Transferências Recebidas	8.969.679	8.338.687
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2022	2021
Intergovernamentais	3.888.546	3.515.139
a União	131	10.199
a Estados e Distrito Federal	30.000	-
a Municípios	3.858.415	3.504.939
Intragovernamentais	6.351.824	5.723.920
Outras transferências concedidas	897.601	451.155
Total das Transferências Concedidas	11.137.971	9.690.214

Fontes : SIAFE-Rio

3.13 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Pessoal e Demais Despesas por Função

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

POR FUNÇÃO	R\$ Mil	
	2022	2021
Legislativa	1.669.281	1.447.358
Judiciária	5.461.170	4.596.183
Essencial à Justiça	3.076.875	2.592.070
Administração	5.422.357	3.687.294
Segurança Pública	13.371.724	9.965.986
Assistência Social	688.932	394.473
Previdência Social	26.746.352	25.038.273
Saúde	5.460.289	4.685.573
Trabalho	108.437	41.596
Educação	8.491.542	6.838.053
Cultura	215.210	137.825
Direitos da Cidadania	345.275	260.237
Urbanismo	73.375	58.199
Habitação	124.532	72.941
Saneamento	40	40
Gestão Ambiental	195.368	145.809
Ciência e Tecnologia	392.902	468.417
Agricultura	549.445	319.785
Organização Agrária	97.432	12.137
Indústria	128.155	79.126
Comércio e Serviços	329.201	198.708
Comunicações	27	6.833
Energia	50	21
Transporte	1.168.538	465.296
Desporto e Lazer	19.767	21.620
Encargos Especiais	1.800.101	3.027.149
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas	75.936.379	64.561.003

Fontes: SIAFE-Rio


3.14 Demonstração dos Fluxos de Caixa – Quadro de Juros e Encargos da Dívida


QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ Mil	
	2022	2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	925.651	1.014.222
Outros Encargos da Dívida	19.880	39.026
Total dos Juros e Encargos da Dívida	945.531	1.053.248

Fontes: SIAFE-Rio


Elayne Conceição Alparone Gilão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.956/O-0


Ronald Marcelo Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

4. Notas Explicativas às DCASP - Consolidado

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo é composto pelos itens demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 001 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV %	AH %
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.440.301	100,00%	22.876.058	100,00%	15,58%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Consolidação	26.440.301	100,00%	22.766.916	99,52%	16,13%
Caixa	21	0,00%	2	0,00%	1115,31%
Conta Única	310.314	1,17%	554.361	2,43%	-44,02%
Conta Única RPPS	57.128	0,22%	57.108	0,25%	0,00%
Bancos	2.881.354	10,90%	2.724.950	11,97%	5,74%
Rede Bancária - Arrecadação	6	0,00%	6	0,00%	0,00%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	23.191.479	87,71%	19.430.489	85,35%	19,36%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra OFSS	0	0,00%	109.142	0,48%	-100,00%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	0	#DIV/0!	109.142	100,00%	-100,00%

Fontes: SIAPE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 26.440.301 mil. Na comparação com o exercício de 2021, verifica-se um acréscimo de 15,58%. Esse aumento deve-se principalmente a variação positiva 19,36 % do saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata devido a aplicação de recursos na instituição do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro, regulamentado pela Lei Complementar nº 200/2022.

Na conta Bancos, os valores mais relevantes do grupo (representando 84,67%) estão demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 001.1 – Bancos
Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2022

Detalhamento por Unidade Gestora	R\$ Mil	
	2022	AV %
Bancos	2.881.354	100,00%
Fundo Especial do Corpo de Bombeiros	671.101	23,29%
Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro	428.609	14,88%
Gestão do Índice Educação	367.475	12,75%
Fundo Estadual de Saúde - FES	274.375	9,52%
Secretaria de Estado de Educação	229.048	7,95%
Tesouro do Estado do Rio de Janeiro	204.534	7,10%
Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro	150.050	5,21%
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.	114.447	3,97%
Demais Unidades Gestoras	441.716	15,33%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2022/2021)

A conta Rede Bancária - Arrecadação registra os valores recebidos pelos agentes bancários autorizados pelo Estado a coletar os tributos, multas e demais créditos dos contribuintes, porém ainda indisponíveis para utilização do Tesouro Estadual.

A conta Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata é composta majoritariamente pela Poupança e pelos Fundos de Investimento e representa 87,71% do total do grupo Caixa e Equivalente de Caixa - Consolidação.

Dentro de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, o saldo de maior representatividade é a rubrica de Fundos de Investimento (98,59%), que são aplicações em título do mercado aberto de contas não únicas, cujo montante era de R\$ 19.115.108 mil em 2021 e apresenta em 2022 o valor de R\$ 22.864.453 mil.

Tais Fundos de Investimento têm seus valores mais relevantes (representando 85,50%) demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 001.2 – Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata
Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2022

	R\$ Mil	
Detalhamento por Unidade Gestora	2022	AV %
Fundos de Investimentos	22.864.453	100,00%
Tesouro do Estado do Rio de Janeiro	10.457.121	45,74%
Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro	3.049.952	13,34%
Fundo Especial do Tribunal de Justiça	1.980.123	8,66%
Tribunal de Justiça	1.757.869	7,69%
Secretaria de Estado de Educação	901.874	3,94%
Fundo da Polícia Militar do ERJ	789.457	3,45%
Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	612.447	2,68%
Demais Unidades Gestoras	3.315.610	14,50%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2022/2021)

Os Recursos Vinculados se referem integralmente a depósitos à disposição do Judiciário para pagamento de precatórios.

A conta Limites de Saque com Vinculação de Pagamento, classificada no Caixa e Equivalentes de Caixa – Intra OFSS, está composta também por limite de saque sujeito à programação financeira e valores a receber por arresto.

Os valores a receber por arresto representam os valores arrestados nas contas bancárias dos órgãos para cobrir despesas do Tesouro, guardando correspondência com uma conta de passivo contabilizada no Tesouro Estadual.

4.2. Créditos a Curto Prazo

A rubrica Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

Tabela 002 – Créditos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	17.793.149	100,00%	17.770.139	18,45%	0,13%
Créditos Tributários a Receber	968.609	5,44%	288.528	1,62%	235,71%
Clientes	354.223	1,99%	312.917	1,76%	13,20%
Créditos de Transferências a Receber	453.294	2,55%	782.153	4,40%	-42,05%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	220.965	1,24%	531.983	2,99%	-58,46%
Dívida Ativa Tributária	523.155	2,94%	1.246.698	7,02%	-58,04%
Dívida Ativa Não Tributária	62.228	0,35%	124.957	0,70%	-50,20%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(396.859)	-2,23%	(8.501)	-0,05%	4568,49%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15.607.533	87,72%	14.491.405	81,55%	7,70%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do exercício social subsequente. Os tributos são: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios.

O montante a receber teve um acréscimo de 235,71%, em relação ao exercício anterior observado pela contabilização de R\$ 968.609 Mil referente a Cota-Parte do Estado – IPVA e está integralmente registrado na Unidade Gestora Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

B) CLIENTES

Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.

Em 2022, esta rubrica apresentou um acréscimo de 13,20% em relação ao ano anterior, e seu saldo está registrado em sua maioria na Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 120.369 mil e no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC no montante de R\$ 86.407 mil.

C) CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

Ocorreu um decréscimo de 42,05% em relação ao exercício anterior nesta rubrica, ocasionado principalmente pela reclassificação dos saldos para adequação ao PCASP.

O saldo total da Rubrica está registrado na Unidade Gestora Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e refere-se ao Registro do direito a receber referente à Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Leilão dos Excedentes de Atapu e Sépia. Repasse aos estados, municípios e DF dos valores arrecadados com os leilões se refere a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 e de acordo com o estabelecido pela Lei Federal nº 13.885, de 17 de outubro de 2019 (Incluído pela Lei Complementar nº 176, de 2020).

D) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Governo do Estado, majoritariamente registrados no Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado Para Empreendedores.

Houve um decréscimo de 58,46% observado em 2022 em relação ao ano anterior, decorrente sobretudo da Transferência do valor de R\$ 335.320 mil referente aos empréstimos concedidos do programa Supera RJ do curto para o longo prazo pela Unidade Gestora Fundo Est. Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores .

E) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas, contendo inclusive, juros e atualização monetária, ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor inscrito. A Dívida Ativa pode ser de natureza tributária ou não tributária.

A **Dívida Ativa Tributária** corresponde aos créditos dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Já a **Dívida Ativa não Tributária** é composta pelos demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Os valores da Dívida Ativa do Longo Prazo, por serem mais expressivos, terão maior grau de detalhamento, no item 4.7 “B” deste Relatório.

F) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo registra valores para cobrir as perdas estimadas na cobrança de créditos a receber.

Foi observado um substancial aumento no título Ajustes de Perdas de Créditos de Curto Prazo ocasionado pela atualização do valor do AJUSTE DA PRIVISÃO PARA PERDAS das Dívidas Ativas Tributária e Não Tributária de CURTO PRAZO, em face aos valores propostos para o exercício 2023 pela Procuradoria da Dívida Ativa - PG-5 encaminhados através do Ofício PGE/PG-05/NFS nº02/2023.

Os saldos estão registrados integralmente nas Unidades Gestoras Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de (R\$ 387.024 mil), Central de Abastecimento do Estado do RJ – CEASA, no montante de (R\$ 5.965 mil) e Companhia de Armazens e Silos do Est do RJ, no montante de (R\$ 19 mil).

4.2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 002.1 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	15.607.533	100,00%	14.491.405	100,00%	7,70%
Adiantamentos Concedidos	3.564.984	22,84%	2.899.893	20,01%	22,94%
Tributos a Recuperar / Compensar	63.681	0,41%	63.344	0,44%	0,53%
Créditos a Receber por Desc. da Prest. de Serv. Públicos	46.856	0,30%	1.142.253	7,88%	-95,90%
Créditos por Danos ao Patrimônio	2.127.444	13,63%	1.946.984	13,44%	9,27%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.319.641	8,46%	1.873.896	12,93%	-29,58%
Créditos Previdenciários do RPPS a Receber CP	832.829	5,34%	810.148	5,59%	0,00%
Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo	9.882.527	63,32%	7.913.667	54,61%	24,88%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Cré. e Val. a Curto Prazo	(2.230.430)	-14,29%	(2.158.781)	-14,90%	3,32%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A) ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, suprimento de fundos, adiantamentos a fornecedores, pesquisadores e pessoas físicas. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário, sempre precedida de empenho na dotação própria, com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

O aumento da ordem de 22,94% no saldo de Adiantamentos Concedidos ocorreu principalmente devido às contas Adiantamentos a Pesquisadores, que apurou o montante de R\$ 1.437.979 mil, Concessões em Regime de Desembolso Descentralizado, no montante de R\$ 1.351.253 mil e Adiantamento a Órgãos – Precatórios, no montante de R\$ 630.709 mil, que somadas perfazem 95,93% do saldo total do Título Adiantamentos Concedidos.

As referidas descentralizações objetivam dotar os componentes organizacionais de meios eficientes, capazes de proporcionar maior êxito na gestão e realização das metas, minimizar os entraves administrativos e burocráticos, bem como agilizar a execução de recursos para compra de materiais, prestação de serviços e despesas afins.

Contabilmente, estas descentralizações de recursos geram um ativo, já que no momento da concessão não há redução do patrimônio líquido. Tal redução será verificada por ocasião da apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas.

B) TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR

Registra valores a recuperar de impostos e contribuições, tais como: Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuições Patronais e Previdenciárias, entre outros.

Em 2022, o valor de R\$ 14.992 mil, referente às Contribuições Patronais RPPS, foi eliminado desta conta para fins de consolidação, por se tratar de transação INTRA OFSS dos diversos órgãos do estado cuja contrapartida reflete a conta de repasses previdenciários RPPS a compensar no passivo do Rioprevidência.

C) CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Compreende os créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos, tanto por meio de outorga a entidades da administração indireta como por meio de delegação, nas formas de concessão, inclusive parcerias público-privada - PPP, permissão ou autorização ao particular do direito de exploração de serviços públicos.

Foi observado um decréscimo significativo de 95,90% em relação ao exercício anterior registrado na conta Outorgas a Receber, devido ao recebimento ref. 2ª parcela do contrato de concessão transferido pela concessionária Igua Rio de Janeiro S/A, pela Unidade Gestora Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

D) CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Compreende a apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrangendo os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública.

Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.

Tabela 002.1.1 – Créditos por Danos ao Patrimônio

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	2.127.444	100,00%	1.946.984	100,00%		9,27%
Pagamentos Indevidos	122.779	5,77%	114.781	5,90%		6,97%
Desvio/Extravio de Bens	32.464	1,53%	32.563	1,67%		-0,30%
Desfalques ou Desvios	3.976	0,19%	5.528	0,28%		-28,08%
Responsáveis por Danos	753.862	35,44%	566.596	29,10%		33,05%
Despesa sem Prévio Empenho	14	0,00%	14	0,00%		0,00%
Pagamentos sem Empenho	0	0,00%	0	0,00%		0,00%
Falta de Licitação	10.160	0,48%	10.160	0,52%		0,00%
Por Adiantamentos Concedidos	150	0,01%	150	0,01%		0,13%
Ausência de Outras Prestações de Contas	65.805	3,09%	40.921	2,10%		60,81%
Multas e Juros	71	0,00%	33	0,00%		113,95%
Por Convênios, Acordos e Ajustes celebrados	763.946	35,91%	814.128	41,81%		-6,16%
Pela Ocorrência de Sinistros	19	0,00%	19	0,00%		0,00%
Créditos por Danos ao Patrimônio - Credores por Acordo	106	0,00%	-	0,00%		100,00%
Outras Responsabilidades	374.094	17,58%	362.092	18,60%		3,31%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O saldo da conta Créditos por Danos ao Patrimônio apresentou um acréscimo de 9,27% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 1.946.984 mil em 2021 para R\$ 2.127.444 mil em 2022.

Os créditos por danos causados ao patrimônio referentes aos Convênios, Acordos e Ajustes celebrados totalizam R\$ 763.946 mil, constituindo 35,91% do grupo. Deste montante, os saldos mais representativos são: R\$ 388.864 mil pertencem à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ e R\$ 292.554 mil pertencem à Secretaria de Estado de Saúde. Os saldos dessas duas unidades gestoras, somados, perfazem 89,17% do total do grupo.

Os Responsáveis por Danos também apresentam saldo relevante, totalizando R\$ 753.862 mil, que constitui 35,44% do grupo de créditos por danos ao patrimônio. Deste total, R\$ 299.280 mil pertencem ao Fundo Estadual de Saúde – FES, R\$ 241.461 mil ao Proderj-Centro de Tecnol. de Inf. Comun. ERJ e R\$ 103.954 mil à Secretaria de Estado de Educação. Os saldos dessas duas unidades gestoras, somados, perfazem 75,51% do total.

E) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Tabela 002.1.2 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.319.641	100,00%	1.873.896	100,00%	-29,58%
Depósitos e Cauções	40.865	3,10%	28.500	1,52%	43,39%
Depósitos Judiciais	161.434	12,23%	161.519	8,62%	-0,05%
Depósitos Recursais	2.540	0,19%	2.371	0,13%	7,12%
Bloqueios Bancários	466.258	35,33%	404.391	21,58%	15,30%
Cauções Contratuais	4.800	0,36%	4.800	0,26%	0,00%
Bloq. Bancários - DDO Cred. Entid. e Agentes	1.554	0,12%	1.529	0,08%	1,67%
Precatórios - EC 62/2009	47.085	3,57%	47.085	2,51%	0,00%
Depósitos de Diversas Origens - DDO	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Bloqueios Bancários Sequestrados	65	0,00%	65	0,00%	0,00%
Depósitos a Disposição no Tesouro Estadual	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros Depósitos	58	0,00%	58	0,00%	0,00%
Conta Especial Precatórios	594.983	45,09%	1.223.579	65,30%	-51,37%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Esta rubrica sofreu um decréscimo de 29,58% em relação ao ano anterior, variando de R\$ 1.873.896 mil em 2021 para R\$ 1.319.641 mil em 2022.

O saldo da Conta Especial Precatórios possui uma representatividade de 45,09 % do total do Título Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e sofreu um decréscimo de 51,37% em relação ao exercício de anterior e seu saldo está integralmente registrado na Unidade Gestora Encargos Gerais - Precatórios Judiciais/SEFAZ.

O saldo de Bloqueios Bancários possui uma representatividade de 35,33% no grupo, apresentando o saldo de R\$ 466.258 mil. O valor mais significativo encontra-se registrado no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 355.142 mil.

Já o saldo de Bloqueios Bancários a Receber - INTRA OFSS presente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, registrados no valor de R\$ 6.423 mil, foi eliminado do quadro acima para fins de consolidação.

F) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

Tabela 002.1.3 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	9.882.527	100,00%	7.913.667	100,00%	24,88%
Outros Créditos a Receber	4.767.887	48,25%	3.997.297	50,51%	19,28%
Adiantamentos por Transferências Voluntárias	1.991.212	41,76%	1.220.949	30,54%	63,09%
Restos a Receber	41.104	0,86%	41.104	1,03%	0,00%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - Consolidação	1.327	0,03%	1.246	0,03%	6,56%
Cheques Devolvidos em Cobrança	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Taxas e Multas a Receber	2.846	0,06%	5.610	0,14%	-49,27%
Créditos com Empresas Estaduais	2.124	0,04%	2.124	0,05%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber	137.920	2,89%	130.294	3,26%	5,85%
Cotas Financeiras a Receber	161.839	3,39%	152.155	3,81%	6,36%
Créditos a Receber de Promissários	320	0,01%	320	0,01%	0,00%
Operações de Crédito a Receber	804	0,02%	804	0,02%	0,00%
Contrib. Do Servidor p/ Fundo de Saúde Militar	70.328	1,48%	68.186	1,71%	3,14%
Agentes Devedores Diversos	1.102	0,02%	1.102	0,03%	0,00%
Outras Entidades Devedoras	2.552	0,05%	2.552	0,06%	0,00%
Aluguéis a Receber	55.860	1,17%	46.407	1,16%	20,37%
Taxa de Ocupação de Imóveis	4.516	0,09%	4.498	0,11%	0,40%
Repasses Previdenciários RPPS Consolidação	0	0,00%	581	0,01%	-100,00%
Serv. Hosp. e Exames Laborator. a Receber	10.256	0,22%	10.256	0,26%	0,00%
Valores a Receber Lei nº 7.391 / 2016 (7,5% DUDA DETRAN)	8.986	0,19%	9.194	0,23%	-2,26%
Valores em Trânsito - Precatórios	72.569	1,52%	97.694	2,44%	-25,72%
Demais Créditos a Receber	2.202.208	46,19%	2.202.208	55,09%	0,00%
Valores em Trânsito Realizáveis	1.436.602	14,54%	1.173.530	14,83%	22,42%
Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago	494	0,00%	402	0,01%	22,87%
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesa de Terceiros	15.064	0,15%	13.178	0,17%	14,31%
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	0	0,00%	0	0,00%	#DIV/0!
Dividendos Propostos a Receber	54.551	0,55%	54.551	0,69%	0,00%
Créditos Intragovernamentais	1.115.427	11,29%	954.511	12,06%	16,86%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	477.113	4,83%	35.169	0,44%	0,00%
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	2.015.389	20,39%	1.685.030	21,29%	19,61%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O total desta rubrica ao final de 2022 soma R\$ 9.882.527 mil. Em relação ao ano de 2021, apresentou um acréscimo de 24,88%.

Nesta conta, estão registrados outros créditos a receber pelos órgãos do Estado, tais como adiantamento de transferências voluntárias; cotas financeiras a receber; valores em trânsito realizáveis; entre outros.

Seguem abaixo os comentários dos valores mais relevantes do grupo:

ADIANTAMENTOS POR TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Esta conta apresentou um montante de R\$ 1.991.212 mil, equivalente a 41,76% do Título Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo.

O saldo deste Subitem em 2022 apresentou um acréscimo de 63,09% em relação a 2021 decorrente principalmente da Unidade Gestora Fundo Estadual de Transporte que apurou o saldo de R\$ 601.170 mil, auferindo um aumento de 231,25% em relação ao exercício anterior em que registrou o saldo de R\$ 181.483 Mil. Este aumento ocorreu principalmente para atendimento de despesas com operacionalização dos Sistemas do BUI para atendimento do ano corrente.

Ademais, concorreu com o aumento a Unidade Gestora Secretaria de Estado de Transportes, apurando o saldo de R\$ 245.810 Mil, decorrente de adiantamento para atender o pagamento das obrigações contraídas em virtude da celebração do 8º Termo Aditivo entre o Poder Concedente e a Concessionária MetroRio, suplementado por meio do Decreto Estadual nº 48.006, de 30 de março de 2022.

Ainda, cumpre destacar que está registrado na Unidade Gestora Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro R\$ 515.769 Mil do saldo em Adiantamentos por Transferências Voluntárias.

DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER

Os Demais Créditos a Receber representam 46,19% do total do grupo Outros Créditos a Receber. A maior parte deste saldo pertence ao Rioprevidência, no montante de R\$ 2.150.631 mil, referentes aos direitos inscritos em dívida ativa, tendo como contraparte a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, conforme Determinação do TCE-RJ nº 41/2013, Proc. Nº 105.879-8/14.

VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS

O saldo, em sua maioria, é referente aos valores a conciliar no montante de R\$ 501.223 mil, ao aporte de recursos para regularização de pagamentos – mandado de arresto no montante de R\$ 229.640, ao mandado de arresto no montante de R\$ 224.296 mil e aos Pagamentos a Regularizar - ICMS Compensação no montante de R\$ 99.959 mil.

Cabe informar que não deveriam existir saldos nestas contas transitórias, por isso existem as equações de inconsistências contábeis (Validações Contábeis / LISCONTIR), que apontam a necessidade de análise e regularização das mesmas.

DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER

Dividendos são parcelas do lucro apurado por uma Sociedade Anônima, e distribuída aos seus acionistas por ocasião do encerramento do exercício social. No Brasil, os dividendos obrigatórios estão estabelecidos no § 2º do art. 202 da lei das sociedades anônimas.

Os Dividendos Propostos a Receber estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado no montante de R\$ 54.551 mil, representam a parcela que o Estado do Rio de Janeiro tem a receber dos dividendos da CEDAE.

CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Neste grupo está registrado o montante dos créditos a receber oriundos de transações ocorridas entre órgãos ou entidades integrantes da estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo, demonstramos os saldos que o compõem:

Tabela 002.1.3.1 – Créditos Intragovernamentais

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.115.427	100,00%	954.511	100,00%	16,86%	
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	587.511	52,67%	502.423	52,64%	16,94%	
Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais	114.972	10,31%	114.972	12,05%	0,00%	
Créditos a Receber para Compensação Passivo Ambiental	1.130	0,10%	1.130	0,12%	0,00%	
Indenizações e Restituições a Receber - Intra	37.315	3,35%	19	0,00%	191271,78%	
Créditos a Receber decorrentes de Folha de Pagamento - SPSM	184.745	16,56%	155.122	16,25%	19,10%	
Aluguéis a Receber por Ano/Mês	9.190	0,82%	9.108	0,95%	0,90%	
Valores a Receber Lei nº 5.639/2010 - FUNDRIH	373	0,03%	0	0,00%	100,00%	
Valores a Receber EC nº 93/2016 - DRE	159.087	14,26%	150.557	15,77%	5,67%	
Valores a Receber Bens Cedidos	0	0,00%	74	0,01%	100,00%	
Restituição de Participações Especiais a Receber	21.106	1,89%	21.106	2,21%	0,00%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Inicialmente, considera-se que ainda é inviável eliminar a totalidade dos Ativos e Passivos intragovernamentais, devido à dificuldade na compatibilização dos saldos entre os Órgãos, no entanto o corpo técnico de Contabilidade continua juntando esforços para aperfeiçoar o processo de consolidação dos saldos.

Este grupo apresentou uma variação positiva de 16,86%. As rubricas que mais contribuíram para esta variação foram Créditos a Receber pela Compensação BERJ e Créditos a Receber decorrentes de Folha de Pagamento – SPSM.

Do montante total dos Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, R\$ 587.439 mil estão registrados no ativo do Rioprevidência e R\$ 72 mil no Tesouro Estadual.

Do saldo dos Créditos a Receber decorrentes de Folha de Pagamento – SPSM, o montante de R\$ 167.162 mil está registrados no Fundo SPSM - SEPM, CBMERJ e Pensão e R\$ 17.612 mil está registrado na Unidade Gestora Fundo Unico de Previdencia do Estado do RJ.

G) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo soma R\$ 2.230.430 mil, dos quais R\$ 2.223.028 mil (99,67%) correspondem ao montante registrado Fundo Unico de Previdencia do Estado do RJ.

4.3 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

TABELA 003 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	8.424.895	100,00%	4.372.979	100,00%	92,66%	
Títulos e Valores Mobiliários	8.424.895	100,00%	4.372.979	100,00%	92,66%	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Este grupo apresentou um saldo de R\$ 8.424.892 em 2022, um acréscimo de 92,66% em relação ao exercício de 2021. Este acréscimo foi resultado dos Fundos de Investimento em Renda Fixa ou Referenciados registrados em sua maioria no Fundo Unico de Previdencia do Estado do RJ.

4.4 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 004 – Estoques
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
ESTOQUES	1.203.310	100,00%	1.050.425	100,00%		14,55%
Produtos e Serviços em Elaboração	774	0,06%	516	0,05%		50,04%
Matérias-primas	1.967	0,16%	993	0,09%		98,14%
Almoxarifado	1.053.988	87,59%	902.060	85,88%		16,84%
Outros Estoques	146.582	12,18%	146.857	13,98%		-0,19%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Estoque apresentou um saldo de R\$ 1.203.310 mil em 2022, um acréscimo de 14,55% em relação ao exercício de 2021.

O almoxarifado está registrado em sua maioria na Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 344.421 mil e na Secretaria de Estado de Saúde, no montante de R\$ 264.610 mil.

4.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Tabela 005 – VPD Pagas Antecipadamente
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	11.807	100,00%	8.276	100,00%		42,66%
Prêmios de Seguros a Apropriar	182	1,54%	176	2,13%		3,47%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	793	6,72%	798	9,64%		-0,61%
Aluguéis Pagos a Apropriar	214	1,81%	-	0,00%		100,00%
Benefícios a Pessoal a Apropriar	7.404	62,71%	7.239	87,47%		2,28%
Demais VPD a Apropriar	3.214	27,22%	64	0,77%		4951,64%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022 a conta de VPD Pagas Antecipadamente apresentou um acréscimo de 42,66% em relação ao exercício de 2021, perfazendo o saldo de R\$ 11.807 mil.

Os Prêmios de Seguros a Apropriar estão registrados em sua maioria no Tribunal de Contas no montante de R\$ 68 mil e na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão no montante de R\$ 67 mil.

As Assinaturas e Anuidades a Apropriar estão registradas em sua maioria na Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 225 mil, Administração Central no montante de R\$ 136 mil, na Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 103 mil e na Fund. Univ. Est. Norte Fluminense Darcy Ribeiro no montante de R\$ 101 mil.

Em 2022, os Benefícios a Pessoal a Apropriar apresentou um acréscimo de 2,28% em relação ao exercício de 2021 e o saldo de maior representatividade esta registrado na Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 7.114 mil.

4.6 Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis deduzido os ajustes de perdas de créditos a longo prazo.

Tabela 006 – Créditos a Longo Prazo
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	46.351.613	100,00%	40.499.986	100,00%		14,45%
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	46.261.905	99,81%	40.410.367	99,78%		14,48%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.319.280	2,85%	287.599	0,71%		358,72%
Dívida Ativa Tributária	88.537.524	191,38%	118.230.189	292,57%		-25,11%
Dívida Ativa Não Tributária	466.738	1,01%	2.387.695	5,91%		-80,45%
Outros Créditos a Longo Prazo	17	0,00%	17	0,00%		0,00%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(44.061.653)	-95,24%	(80.495.133)	-199,19%		-45,26%
Créditos de Longo Prazo INTRA OFSS	89.319	0,19%	89.231	0,22%		0,10%
Créditos de Longo Prazo Inter OFSS - Municípios	389	0,00%	389	0,00%		0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Seguem abaixo os comentários dos itens deste grupo:

A) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

Em 2022 os Empréstimos e Financiamentos Concedidos somaram R\$ 1.319.280 mil, apresentando um acréscimo de 358,72% em relação ao exercício anterior que apurou o saldo de R\$ 287.599 Mil.

A maior parte do registro dos saldos desta rubrica pertence às unidades gestoras Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 649.416 Mil, que apurou uma substancial variação de aumento em relação ao exercício anterior ocasionada principalmente pela regularização de R\$ 372.967 mil referente a ajuste pela duplicidade de contabilização nos repasses FREMF e FEMPO nos anos de 2016 a 2021.

Fundo Est. Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores, que apurou o valor total de R\$ 352.793 Mil, observado em especial pela Transferência do valor referente aos empréstimos concedidos do programa Supera RJ do curto para o longo prazo no valor R\$ 335.320.

Por último, a unidade gestora Fundo de **Recup. Economica de Mun. Fluminenses**, apresentou o montante de R\$ 244.153 Mil.

B) DÍVIDA ATIVA

Conforme explicitado no item 4.2 E deste Volume, a Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

A tabela a seguir demonstra o estoque da Dívida Ativa:

Tabela 006.1 – Dívida Ativa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA - CURTO E LONGO PRAZO	45.168.789	100,00%	41.524.624	100,00%	8,78%
Dívida Ativa Tributária - Curto e Longo Prazo	89.060.678	197,17%	119.476.887	287,73%	-25,46%
Créditos Inscritos a Curto Prazo	523.155	0,59%	1.246.698	1,04%	-58,04%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	89.360.540	100,34%	119.053.205	99,65%	-24,94%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	3	0,000%	3	0,000%	0,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa Trib a Longo Prazo	(823.019)	-0,92%	(823.019)	-0,69%	0,00%
Dívida Ativa Não Tributária - Curto e Longo Prazo	528.966	1,17%	2.512.652	6,05%	-78,95%
Créditos Inscritos a Curto Prazo	62.228	11,76%	124.957	4,97%	-50,20%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	473.731	89,56%	2.394.092	95,28%	-80,21%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	11.330	2,14%	11.926	0,47%	-5,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa não Trib a Longo Prazo	(18.324)	-3,46%	(18.324)	-0,73%	0,00%
Ajustes para Perdas - Curto e Longo Prazo	(44.420.855)	-98,34%	(80.464.915)	-193,78%	-44,79%
Ajustes para Perdas - Curto Prazo*	(387.024)	0,87%	-	0,00%	0,00%
Ajustes para Perdas - Longo Prazo	(44.033.831)	99,13%	(80.464.915)	100,00%	-45,28%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O saldo da Dívida Ativa Tributária e não Tributária, deduzido o Ajuste para Perdas apresentou um acréscimo de 8,78% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 41.524.624 mil em 2021 para R\$ 45.168.789 mil em 2022.

Em 27/12/2012, o Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto nº 44.006/2012, revogando o Decreto nº 37.050 de 10 de março de 2005, tratando da transferência do estoque da Dívida Ativa após 1997 para o Tesouro Estadual, permanecendo no patrimônio da autarquia, apenas os recebíveis anteriores a 1997.

O Art.13, inciso III do Decreto nº 48.242 de 01/11/2022, determinou que a Procuradoria da Dívida Ativa, da Procuradoria Geral do Estado enviasse até o dia 09 de janeiro de 2023 os Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa referentes ao exercício de 2021.

O estoque da dívida foi atualizado em conformidade com o Demonstrativo do Estoque da PGE/2022. Este relatório da PGE/RJ está contido no **Volume 5 – Demonstrativo do Estoque da Dívida** nesta Prestação de Contas. A variação dos créditos inscritos em Dívida Ativa está evidenciada na **Tabela 006.1 – DÍVIDA ATIVA deste Volume 2.**

Segue abaixo o detalhamento da Dívida Ativa Tributária de longo prazo, no qual pode se observar que está composta, em grande maioria, pela Dívida Ativa referente ao ICMS:

Tabela 006.1.1 – Dívida Ativa Tributária LP
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - LONGO PRAZO	88.537.524	126,02%	118.230.189	100,00%	-25,11%	
ICMS	64.041.644	72,33%	93.233.762	78,86%	-31,31%	
ICMS - Compensação Precatórios	(812.712)	-0,92%	(812.712)	-0,69%	0,00%	
ICM	2.156.203	2,44%	2.143.610	1,81%	0,59%	
ICM - Compensação Precatórios	(823)	0,00%	(823)	0,00%	0,00%	
FECF	1.635.475	1,85%	2.897.652	2,45%	-43,56%	
FECF - Compensação Precatórios	(4.414)	0,00%	(4.414)	0,00%	0,00%	
ITD	227.086	0,26%	213.422	0,18%	6,40%	
ITD - Compensação Precatórios	(5.012)	-0,01%	(5.012)	0,00%	0,00%	
ITBI	1.001	0,00%	972	0,00%	3,00%	
ITBI - Compensação Precatórios	-	0,00%	-	0,00%	#DIV/0!	
IPVA	560.959	26,02%	729.973	0,62%	-23,15%	
IPVA - Compensação Precatórios	(58)	0,63%	(58)	0,00%	0,00%	
Outros Tributos	201	0,00%	3	0,00%	5735,02%	
Outros Tributos - Compensação Precatórios	-	0,00%	-	0,00%	#DIV/0!	
Taxas Diversas	234.797	0,27%	287.064	0,24%	-18,21%	
Multas Diversas	20.503.176	23,16%	19.546.749	16,53%	4,89%	
Diversas Receitas	-	0,00%	-	0,00%	#DIV/0!	

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

C) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outros. Nem sempre é possível assegurar que os valores registrados efetivamente serão recebidos, existindo sempre um percentual de incerteza sobre a realização dos créditos.

Assim, com o objetivo de evidenciar essa margem de incerteza, utilizam-se contas redutoras referentes às contas de Ativos, permitindo que o valor final dos créditos a receber esteja de acordo com o valor provável de realização dos mesmos. Este montante também sofre atualização baseado nos Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa enviados pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5.

D) CRÉDITOS DE LONGO PRAZO INTRA-OFSS

O valor total dos Créditos de Longo Prazo Intra-Ofss apurou o saldo de R\$ 89.319 mil no exercício de 2022, apresentando um aumento de 0,10% em relação ao exercício de 2021.

4.7 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo, conforme demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 007 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	7.962.397	100%	7.286.928	100%	9,27%
Demais Créditos e Valores a LP - Consolidação	7.724.946	97,02%	7.283.377	99,95%	6,06%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	451	0,01%	451	0,01%	0,00%
Créditos a Receber p/ Desc. Prest. De Serv. Públicos	5.641.124	73,02%	5.200.819	71,41%	8,47%
Créditos por Danos ao Patrimônio Prov. de Créditos Administrativos	25	0,00%	25	0,00%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	130.011	1,68%	138.108	1,90%	-5,86%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	1.953.335	25,29%	1.943.973	26,69%	0,48%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Inter União	36.900	0,48%	-	0,00%	#DIV/0!
Demais Créditos e Valores a LP - INTRA OFSS	197.857	2,48%	717	0,01%	27514,39%
Demais Créditos e Valores a LP - INTER OFSS	2.694	0,03%	2.835	0,04%	-4,98%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022, os Demais Créditos e Valores a Longo Prazo apresentaram um acréscimo de 9,27% em relação ao exercício anterior. Esse aumento ocorreu principalmente pela variação observada em Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos.

A) CRÉDITOS A RECEBER P/ DESC. PREST. DE SERV. PÚBLICOS

Este montante comporta os Direitos sobre Outorgas líquido, no valor de R\$ 5.159.605 mil e os Direitos sobre Concessões, no valor de R\$ 570.921 mil.

Direitos sobre Concessões

O Poder Público pode realizar, de forma centralizada, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-lo, de forma descentralizada, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta. Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam ao lado do Estado, sem a ele pertencer; e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente consideradas, como as concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.

Tabela 007.1 – Direitos sobre Concessões

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2021	INGRESSOS	ATUALIZAÇÕES	CEBIMENT	BAIXAS	2022
DIREITOS SOBRE CONCESSÕES	570.921	-	-	-	-	570.921
Concessionária Rota 116 S/A	185.792	-	-	-	-	185.792
Metrô - OPPORTRANS ³	349.176	-	-	-	-	349.176
Metrô - Trecho Arco Verde/S. Campos	17.636	-	-	-	-	17.636
Ceg Rio S/A ¹	11.194	-	-	-	-	11.194
Cia. Distrib. de Gas do RJ - CEG ²	7.124	-	-	-	-	7.124

¹ - Atende aos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu

² - Atende aos municípios de Mangaratiba e Maricá

³ - Contrato original de serviço de transporte metroviário concedido a Opportrans

Fontes: SIAFE-Rio

O saldo a receber proveniente das Concessões de Serviços Públicos não sofreu alteração em relação ao ano anterior, mantendo o saldo no montante de R\$ 570.921 mil.

Os Direitos sobre Concessões se referem ao DER-RJ no montante de R\$ 185.792 mil (referentes à Concessionária Rota 116), à Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS no montante de R\$ 366.811 mil (referentes à concessão do Metrô à Opportrans no montante de R\$ 349.176 mil e R\$ 17.636 mil referentes à concessão do Metrô à Opportrans para execução do Arco Verde/Siqueira Campos) e à Secretaria de Estado Desenv. Econ. Energia Ind. e Serviço no montante de R\$ 18.318 mil (sendo desmembrados entre a CEG RIO S/A no montante de R\$ 11.194 mil e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG no montante de R\$ 7.124 mil).

Direitos sobre Outorgas

Quanto ao valor de R\$ 5.070.203 mil corresponde ao valor a receber pelas seguintes outorgas:

- Águas do Rio 1 SPE S.A. R\$ 1.640.000 mil
- IGUA Rio de Janeiro S.A. R\$ 1.457.200 mil
- Águas do Rio 4 SPE S.A. R\$ 1.440.600 mil
- RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A R\$ 440.305 mil
- MARACANA ENTRETENIMENTO S/A R\$ 181.500 mil ___ R\$ 5.159.605 mil

O total dos Direitos Sobre Outorgas sofreu a redução de R\$ 89.402 mil referente ao saldo da conta (-) Juros Ativos a Vencer S/Outorgas.

B) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Deste grupo, a unidade gestora com saldo mais significativo é a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do ERJ – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 83.123 mil.

C) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO

Compreendem os outros créditos e valores realizáveis após os doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, tais como os demonstrados na tabela a seguir:

Tabela 007.2 – Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	1.953.335	100,00%	1.943.973	100,00%	0,48%
Valores a Receber de Outras Empresas	5.652	0,29%	5.652	0,29%	0,00%
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	394.483	20,20%	401.135	20,63%	-1,66%
Fluxo do FUNDES - Decreto nº 40.155/2006	603.840	30,91%	603.840	31,06%	0,00%
Contratos Validados RCV	25.939	1,33%	18.162	0,93%	42,82%
Cheques Devolvidos em Cobrança	6	0,00%	6	0,00%	0,00%
Multas a Receber	3.308	0,17%	3.308	0,17%	0,00%
Cotas Financeiras a Receber	8.236	0,42%	-	0,00%	100,00%
Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	872.297	44,66%	872.297	44,87%	0,00%
Créditos a Receber do RJPREV - Aporte LEI Nº 6243/2012	25.096	1,28%	25.096	1,29%	0,00%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	14.477	0,74%	14.477	0,74%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O saldo referente à Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos (representando 44,66% do grupo) está registrado integralmente na Secretaria de Estado de Transportes, no montante de R\$ 872.297 mil.

Já a conta Fluxo do FUNDES – Decreto 40.155/2006 representa o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007 e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio da publicação do Decreto Estadual n.º 40.155/2006.

Em 2022, este ativo de longo prazo apresentou saldo de R\$ 603.840 mil, sendo o montante do FUNDES atualizado de acordo com as notas técnicas do Rioprevidência.

Os Devedores p/Financiamentos – FCVS no montante de R\$ 394.483 mil corresponde a contratos de financiamentos concedidos aos mutuários da Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, com cláusulas de cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

4.8 Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreende as aplicações de recursos em títulos, valores mobiliários e imobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no longo prazo.

Tabela 008 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2021/2020

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2021	AV %	2020	AV%	AH%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	473	100,00%	473	100,00%	0,00%
Títulos e Valores Mobiliários	473	100,00%	473	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

O valor total dos Títulos e Valores Mobiliários permaneceu inalterado em relação ao exercício de 2021, apresentando o saldo de R\$ 473 mil.

Deste montante, R\$ 173 mil pertence à Companhia de Desenvolvimento Rodov. e Terminais do ERJ, R\$ 150 mil pertence à Companhia de Armazéns e Silos do ERJ e os outros 150 mil pertence ao Instituto Vital Brazil S/A.

4.9 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Tabela 009 – Estoques

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
ESTOQUES	56.399	100,00%	56.399	100,00%	0,00%
Outros Estoques	56.399	100,00%	56.399	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O montante da conta outros estoques referem-se integralmente a Imóveis para Venda no valor de R\$ 56.399 mil e pertence à Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro.

4.10 Investimentos

Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

Tabela 010 – Investimentos

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	12.270.954	100,00%	11.425.117	100,00%	7,40%
Participações Permanentes	8.780.847	71,56%	7.711.381	67,49%	13,87%
Propriedades para Investimentos	562.310	4,58%	562.310	4,92%	0,00%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	294.474	2,40%	316.540	2,77%	-6,97%
Demais Investimentos Permanentes	2.835.885	23,11%	2.856.481	25,00%	-0,72%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(20.813)	-0,17%	(20.813)	-0,18%	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(181.750)	-1,48%	(783)	-0,01%	23124,38%

Fontes: SIAFE-Rio

A) PARTICIPAÇÕES PERMANENTES

As Participações Permanentes são representadas por valores de empresas em que o Estado é acionista majoritário, sendo relevantes e possuindo influência significativa, sendo esses investimentos avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial, conforme preconiza o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª ed., especificamente o item 3.2.4, e de outras participações que são avaliadas pelo Método de Custo. De acordo com o item 3.2.4.1 do MCASP 9ª edição:

“As participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.”

Essa determinação também é estabelecida no art. 248 da Lei 6.404/76 e suas alterações.

No tocante ao Método de Custo o MCASP estabelece em seu item 3.2.4.2 “As demais participações devem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Pelo método do custo, o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo”.

Em razão do exposto, todas as empresas em que o Estado detém a maioria do capital votante, sendo, portanto, suas controladas, são avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial, independentemente de serem Empresas Estatais Dependentes ou Não Dependentes no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000), ou integrantes ou não do orçamento do Estado.

Tabela 010.1 – Participações Societárias
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
Investimentos do Estado	7.999.848	100,00%	6.453.850	100,00%	23,95%
Avaliados pela Equivalência Patrimonial	19.303.978	241,30%	8.845.038	137,05%	118,25%
Avaliados pelo Custo	3.840	0,05%	3.840	0,06%	0,00%
(-) Redução a Valor Recuperável (A)	(9.206.986)	-115,09%	(577.011)	-8,94%	1495,63%
(-) Perdas e Deságios em Investimentos (P)	(2.100.983)	-26,26%	(1.818.016)	-28,17%	15,56%

Fonte: SIAFE-Rio/UG 200399

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

No exercício de 2022, os Investimentos do Estado tiveram uma variação nominal positiva de 23,95% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente da mudança de critério na avaliação dos investimentos em Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

No exercício de 2022 os investimentos avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial, passaram a refletir a participação do Estado do Rio de Janeiro nos respectivos Capitais Sociais das Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas, somada ao valor obtido pelo cálculo da equivalência patrimonial superior a citada participação, independentemente de serem Empresas Estatais Dependentes ou Não Dependentes.

Os registros contábeis dessas participações societárias estão contabilizados nas contas do grupo 122100000 - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES na Unidade Gestora 200399 – Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado.

Para os investimentos em que após o cálculo da Equivalência Patrimonial com base no Patrimônio Líquido, foi apurado um valor menor que a participação nos respectivos Capitais Sociais das Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas, porém ainda com saldo POSITIVO, foi realizado o registro dessa diminuição do investimento na conta retificadora do ativo 122910101 - (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES – MEP.

O saldo NEGATIVO da Equivalência Patrimonial com base no Patrimônio Líquido está contabilizado na conta de passivo 228910103 - PERDAS E DESAGIOS EM INVESTIMENTOS. Nesses casos a conta retificadora do ativo 122910101 - (-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES – MEP reflete o mesmo saldo contabilizado nas contas do grupo 122100000 - PARTICIPAÇÕES PERMANENTES, de modo a zerar o saldo do Ativo.

Investimentos abrangidos pela Equivalência Patrimonial

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária do Estado no patrimônio líquido das sociedades por ele investido, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício, conforme o item 16 da NBC TSP 18 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto:

“Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada, ou em empreendimento controlado em conjunto, é inicialmente reconhecido pelo seu custo, e o seu valor contábil deve ser aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor no resultado do período da investida após a data da aquisição”.

Nas tabelas a seguir, pode-se verificar a participação acionária do Estado no patrimônio das sociedades e analisar os cálculos efetuados referentes à equivalência patrimonial.

Tabela 010.2 – Demonstrativo da Equivalência Patrimonial

R\$ Mil

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ¹	% PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL	RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	PARTICIPAÇÕES PERMANENTES	REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS
SOCIEDADES INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO							
FLUMITRENS	9.430	(1.201.039)	99,999998628%	(1.201.039)	9.430	9.430	1.201.039
RIOTRILHOS	5.653.397	264.114	92,259348502%	243.670	5.215.787	4.972.117	-
I.V.B.	16.024	19.883	99,600000000%	19.804	19.804	-	-
TURISRIO	8.562	(432)	68,485645161%	(296)	5.864	5.864	296
CODIN	32.114	47.610	99,998756881%	47.610	47.610	-	-
C.T.C.	70.026	(5.847)	99,998596506%	(5.847)	70.025	70.025	5.847
CASERJ	1.521	1.428	99,999520408%	1.428	1.521	93	-
CEHAB	242.168	111.351	99,970000000%	111.318	242.096	130.778	-
METRÓ	4.128.124	(655.559)	92,259000000%	(604.812)	3.808.566	3.808.566	604.812
CEASA	33.789	45.761	99,968200000%	45.747	45.747	-	-
CODERTE	16.872	80	99,995249975%	80	16.871	16.792	-
EMATER	8.311	29	100,000000000%	29	8.311	8.281	-
EMOP	2.479	(279.217)	100,000000000%	(279.217)	2.479	2.479	279.217
PESAGRO	812	(9.558)	100,000000000%	(9.558)	812	812	9.558
CENTRAL	996.252	1.037.205	100,000000000%	1.037.205	1.037.205	-	-
IMPrensa OFICIAL	99.385	119.980	100,000000000%	119.980	119.980	-	-
TOTAL	11.319.266	(504.210)	(593.879)	(473.899)	10.652.107	9.025.237	2.100.769
SOCIEDADES NÃO INTEGRANTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO							
AGERIO	511.349	532.229	99,992010201%	532.187	532.187	-	-
CFSEC	4.739	(171)	99,790000000%	(171)	4.729	4.729	171
CELF	9.235	0	99,894000000%	0	9.225	9.225	-
DIVERJ	11.470	714	99,972000128%	714	11.467	10.753	-
BDRIO	158.987	2.111	99,950000001%	2.110	158.908	156.798	-
CEDAE	3.035.162	7.935.143	99,999599251%	7.935.111	7.935.111	-	-
CIA DO CAS DO RJ	2.445.537	(437.663)	0,010000000%	(44)	245	245	44
TOTAL	6.176.479			8.469.907	8.651.872	181.750	214
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS - CUSTO							
ZPE RIO					9		
TELERJ CELULAR S/A					1.083		
TELEMAR NORTE LESTE S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL					1.502		
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL					2		
DOCAS INVESTIMENTOS LTDA					1.243		
TOTAL					3.840		

Fonte: SIAFE-Rio

1 - Patrimônio Líquido das empresas com base no Balanço de setembro/2022 (CEDAE) - outubro/2022 e novembro/2022 (I.O.)

Devido a mudança de critério na avaliação dos investimentos em Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme mencionado anteriormente, não faremos comentários acerca das variações ocorridas entre os exercícios de 2022 e 2021.

Consolidação dos Investimentos – Metodologia

Conforme o item 40 (b) da NBC TSP 17 – Demonstrações Contábeis Consolidadas, na elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, foram efetuados ajustes nos investimentos, a fim de que fossem eliminadas todas as relações de movimentação entre órgãos e entidades pertencentes ao mesmo ente controlador e já incluídas no Balanço Consolidado. Assim, demonstra-se a efetiva situação patrimonial do conjunto de entidades como se fosse um todo.

Procedimentos do Cálculo de Consolidação:

1. Totalizar os investimentos do Estado nas Sociedades de Economia Mista e nas Empresas Públicas, integrantes e não integrantes do Orçamento do Estado, inclusive de Outros Investimentos;

2. Deduzir a provisão para perdas em investimentos, constituída até o valor do investimento;

Ajustes:

3. Deduzir os investimentos em sociedades integrantes do Orçamento do Estado;

4. Reverter o valor da provisão das perdas em investimentos das sociedades integrantes do Orçamento do Estado.

Tabela 010.3 – Cálculos de Consolidação – Participação Societária

R\$ Mil	
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	
INVESTIMENTOS AVALIADOS PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	19.303.978
OUTROS INVESTIMENTOS	3.840
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	(9.206.987)
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.100.831
AJUSTES	
SOCIEDADES DEPENDENTES	(10.652.107)
PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS	9.025.237
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - CONSOLIDADO	8.473.961

Tabela 010.4 – Cálculos de Consolidação – Perdas e Deságios em Investimentos

R\$ Mil	
PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS	
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	2.100.983
AJUSTE	
PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS	(2.100.769)
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO - CONSOLIDADO	214

A conta **Perdas e Deságios em Investimentos** registra os investimentos negativos do Estado. O ajuste demonstrado na Tabela 011.3.2, lançado em conta do Passivo Não Circulante, foi compensado no Balanço Patrimonial Consolidado.

Tabela 010.5 – Cálculos de Consolidação – Participação de Não Controladores

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		
A - PL DAS SOCIEDADES INTEGRANTES SIAFE-Rio		(1.372.649)
B - INVESTIMENTO LÍQUIDO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(469.655)
* SOCIEDADES DEPENDENTES	(9.483.320)	
* PROVISÃO P/ PERDAS EM INVESTIMENTOS	9.013.665	
C - PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS		1.811.994
D - PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES = A + B + C		(30.311)

Fontes: SIAFE-Rio

O Balanço Patrimonial Consolidado evidencia a **Participação de Não Controladores** – antes denominado Minoritários, que é a parte do patrimônio líquido da controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora.

Tabela 010.6 – Cálculo da Participação dos Não Controladores

Sociedades de Economia Mista Integrantes do Orçamento		Total do Patrimônio	Investimentos	Redução a Valor Recuperável de Investimentos	Perdas e Deságios em Investimentos	Participação dos não Controladores
		A	B	C	D	E = A-B+C+D
217300	FLUMITRENS	(1.201.039)	9.430	9.430	1.201.039	-
317300	RIOTRILHOS	264.114	5.215.787	4.972.117	-	20.444
297100	I.V.B.	19.883	19.804	-	-	80
437100	TURISRIO	(432)	5.864	5.864	296	(136)
227100	CODIN	47.610	47.610	-	-	1
217200	C.T.C.	(5.847)	70.025	70.025	5.847	-
137100	CASERJ	1.428	1.521	93	-	-
197100	CEHAB	111.351	242.096	130.778	-	33
217100	METRÔ	(655.559)	3.808.566	3.808.566	604.812	(50.747)
137200	CEASA	45.761	45.747	-	-	15
317100	CODERTE	80	16.871	16.792	-	-
TOTAL		(1.372.649)	9.483.320	9.013.665	1.811.994	(30.311)

Fonte: SIAFE-Rio

B) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Esta rubrica apresentou saldo de R\$ 562.310 mil e representa 4,92% do total dos Investimentos.

Todo o saldo é composto por Edifícios, destacando-se o valor de R\$ 539.383 mil referentes à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL.

4.11 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada, conforme quadro a seguir:

Tabela 011 – Imobilizado

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
IMOBILIZADO	35.349.498	100,00%	31.337.919	100,00%	12,80%
Bens Móveis	7.482.538	21,17%	6.972.093	22,25%	7,32%
Bens Móveis	9.236.272	123,44%	8.574.386	122,98%	7,72%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Móveis	(1.753.734)	-23,44%	(1.602.293)	-22,98%	9,45%
Bens Imóveis	27.866.960	78,83%	24.365.826	77,75%	14,37%
Bens Imóveis	29.703.341	106,59%	26.149.667	107,32%	13,59%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Imóveis	(1.836.381)	-6,59%	(1.783.841)	-7,32%	2,95%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

4.11.1 Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Conforme já explicado na letra “F” das Principais Práticas Contábeis, estabeleceu-se o ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado, em conformidade com o Manual do Tratamento Inicial dos Bens Patrimoniais Móveis, que orienta quanto ao registro inicial desses bens da Administração Direta e Indireta (excluídas as empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações públicas de direito privado).

Estes procedimentos foram iniciados em 2014, de forma a refletir uma melhor posição nos saldos do Balanço Patrimonial.

Em 2022 os Bens Móveis do Estado totalizaram o valor de R\$ 9.236.272 mil. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R\$ 661.886 mil, sem contar o valor retificador da depreciação acumulada.

Os valores mais significativos neste grupo se referem aos Veículos de Tração Mecânica no montante de R\$ 1.881.267 mil, Bens Móveis em Andamento no montante de R\$ 1.189.950 mil, Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares no montante de R\$ 835.854 mil, Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91 no montante de R\$ 752.447 mil, Mobiliário em Geral no montante de R\$ 571.191 mil, Equipamentos de TIC – Computadores e Periféricos Permanentes no montante de R\$ 442.554 mil, e Veículos Diversos no montante de R\$ 393.376 mil.

Dos Veículos de Tração Mecânica, de um total de R\$ 1.881.267 mil, temos o saldo concentrado em três Órgãos. São eles: Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 935.102 mil, Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 326.728 mil e Secretaria de Estado da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros Militar no montante de R\$ 231.513 mil.

Dos Bens Móveis em Andamento, o valor mais significativo refere-se à Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 1.172.867 mil.

Dos Aparelhos e Utensílios Médico-Odontológico, Laboratoriais e Hospitalares, R\$ 346.091 mil se referem à Secretaria de Estado de Saúde, R\$ 168.678 mil se referem à Administração Central – UERJ, R\$ 79.982 mil se referem ao Hospital Universitário Pedro Ernesto e R\$ 56.745 mil se referem à Fundação Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Dos valores de Correção Monetária de Bens Móveis – Lei 8.200/91, R\$ 752.089 mil se referem à Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS e R\$ 358 mil se referem à Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do Rio de Janeiro – CODERTE.

4.11.2 Bens Imóveis

Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A contabilidade deve espelhar a realidade patrimonial quando da elaboração do Balanço Geral do Estado. Neste sentido, o inciso VI, do artigo 12, do Decreto nº 47.836, de 22 de novembro de 2021, determinou que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, encaminhasse até 04 de Março de 2022 à Subsecretaria de Contabilidade Geraldo Estado, a relação dos imóveis de propriedade do Estado, com a indicação de seus ocupantes e da sua utilização, fazendo ainda constar seus valores de avaliação ou reavaliação, com a indicação da Unidade Gestora, preferencialmente extraído do SISPAT 2.0.

A Secretaria de Estado de Fazenda encaminhou a esta SUBCONT, em atendimento ao citado Decreto, que se encontra inserida no Volume 7 - Relação dos Imóveis Próprios Estaduais desta prestação de Contas de Governo, informando o endereçamento, titularidade, ocupação ou utilização e valores de avaliação de todos os imóveis inscritos no seu cadastro.

Tabela 011.1 – Bens Imóveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	29.703.341	100,00%	26.149.667	100,00%	13,59%
Bens de Uso Especial	5.634.619	18,97%	5.420.326	20,73%	3,95%
Imóveis Dominiais/Dominicais	1.029.624	3,47%	1.021.343	3,91%	0,81%
Bens de Uso Comum do Povo	1.790.803	6,03%	1.548.181	5,92%	15,67%
Bens Imóveis em Andamento	16.503.497	55,56%	14.396.531	55,05%	14,64%
Instalações	418.759	1,41%	418.203	1,60%	0,13%
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	2.774.244	9,34%	1.643.308	6,28%	68,82%
Demais Bens Imóveis	1.551.794	5,22%	1.701.776	6,51%	-8,81%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Os Bens Imóveis contribuíram com 78,83% para a formação do Ativo Imobilizado.

Bens de Uso Especial

Compreendem os bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração estadual ou municipal, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas.

Tabela 011.1.1 – Bens de Uso Especial

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	5.634.619	100,00%	5.420.326	100,00%	3,95%
Salas Comerciais	54.546	0,97%	54.546	1,01%	0,00%
Edifícios	5.189.444	92,10%	5.192.826	95,80%	-0,07%
Imóveis de Uso Educacional	119.997	2,13%	55.349	1,02%	116,80%
Hospitais	8.642	0,15%	-	0,00%	100,00%
Terrenos/Glebas/Lotes	128.304	2,28%	80.099	1,48%	60,18%
Bens em Poder de Terceiros	3.599	0,06%	3.599	0,07%	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	130.087	2,31%	33.907	0,63%	283,66%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Os bens de uso especial estão compostos majoritariamente por edifícios, totalizando R\$ 5.634.619 mil. Dentre os seus montantes, os mais significativos pertencem à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no total de R\$ 2.003.460 mil e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, no total de R\$ 967.340 mil.

Bens Imóveis em Andamento

Tabela 011.1.2 – Bens Imóveis em Andamento

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	16.503.497	100,00%	14.396.531	100,00%	14,64%
Obras em Andamento	16.503.497	100,00%	14.396.531	100,00%	14,64%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Os Bens Imóveis em Andamento estão registrados integralmente em Obras em Andamento, cujos valores se referem às obras, desde sua construção até o seu término. Em 2022, o saldo totalizou R\$ 16.503.497 mil. Na comparação com o exercício de 2021, verifica-se um decréscimo de 14,64%.

Os valores mais significativos estão registrados na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 9.618.543 mil, na Fundação Depart. Estr. de Rod. Est. - DER-RJ no montante de R\$ 2.610.755 mil, na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 1.367.908 mil, e no Instituto Estadual do Ambiente – INEA no montante de R\$ 1.212.738 mil.

Benfeitorias em Propriedades de Terceiros

As Benfeitorias englobam as Construções em Terrenos Arrendados de Terceiros e Instalações e Outras Benfeitorias em Prédios Alugados. São considerados somente os gastos com construção e instalação que se incorporam ao imóvel e reverterem ao proprietário do imóvel ao final da locação.

Em 2022, o saldo totalizou R\$ 2.774.244 mil. O valor mais significativo está registrado no Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 2.738.902 mil.

Demais Bens Imóveis

Os Demais Bens Imóveis estão classificados como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 011.1.3 – Demais Bens Imóveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.551.794	100,00%	1.701.776	100,00%	-8,81%
Edifícios a Cadastrar	1.900	0,12%	1.900	0,11%	0,00%
Terrenos a Cadastrar	388	0,02%	388	0,02%	0,00%
Obras em Andamento a Cadastrar	357.932	23,07%	507.914	29,85%	-29,53%
CM de Bens Imóveis - Lei nº 8.200/91	1.191.575	76,79%	1.191.575	70,02%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Os valores das Obras em Andamento a Cadastrar e a Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei nº 8.200/91 somados totalizam R\$ 1.549.507 mil, o equivalente a 99,85% dos Demais Bens Imóveis.

As Obras em Andamento a Cadastrar têm seus valores mais significativos registrados no Secretaria de Estado de Saude, no montante de R\$ 124.071 mil, na Fundacao Apoio a Escola Tecnica Estado RJ no montante de R\$ 75.637, na Cedae - Acoes Descentralizadas, no montante de R\$ 55.250 mil, e na Empresa de Obras Publicas do Estado do RJ, no montante de R\$ 22.550 mil.

Os valores de Correção Monetária de Bens Imóveis – Lei 8.200/91 estão registrados integralmente na Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS no montante de R\$ 1.191.575 mil.

4.12 Intangível

Os Bens Intangíveis compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esta rubrica é composta por softwares, marcas, direitos e patentes industriais, deduzidas as amortizações acumuladas.

Tabela 012 – Intangível
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
INTAGÍVEL	242.702	100,00%	226.721	100,00%	7,05%
Softwares	287.114	118,30%	263.735	116,33%	8,86%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	15.509	6,39%	15.911	7,02%	-2,53%
(-) Amortização Acumulada	(59.921)	-24,69%	(52.925)	-23,34%	13,22%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Intangível totalizou R\$ 242.702 mil em 2022, apresentando um acréscimo de 7,05% em relação ao exercício anterior.

A conta de Softwares compreende os valores de softwares pertencentes à entidade e não integrantes a um hardware, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação. Os valores mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Fazenda no montante de R\$ 66.665 mil, no Rioprevidência no montante de R\$ 45.947 mil, no Ministério Público no montante de R\$ 30.403 mil, na DPGE - Defensoria Publica Geral do Estado no montante de R\$ 27.277 mil e no Tribunal de Justiça no montante de R\$ 16.551 mil.

4.13 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios dos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 013 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. e ASSIST. A PAGAR A CP	2.083.392	100,00%	2.946.829	100,00%	-29,30%
Pessoal a pagar	1.599.795	76,79%	2.385.224	80,94%	-32,93%
Benefícios Previdenciários a Pagar	32.036	1,54%	23.339	0,79%	37,26%
Encargos sociais a pagar	451.561	21,67%	538.266	18,27%	-16,11%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

R\$ Mil

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo sofreram um decréscimo de 29,30%, variando de R\$ 2.946.829 mil em 2021 para R\$ 2.083.392 mil em 2022.

A) PESSOAL A PAGAR

O pessoal a pagar contribuiu com 76,79% para a formação destas obrigações e está segregado conforme quadro abaixo:

Tabela 013.1 – Pessoal a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
PESSOAL A PAGAR	1.599.795	100,00%	2.385.224	100,00%	-32,93%
Pessoal a Pagar - Consolidação	1.462.095	91,39%	2.231.439	93,55%	-34,48%
Pessoal a Pagar - INTRA OFSS	134.733	8,42%	150.857	6,32%	-10,69%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - União	1.291	0,08%	1.640	0,07%	-21,32%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Estados	247	0,02%	245	0,01%	0,89%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Municípios	1.430	0,09%	1.042	0,04%	37,17%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

R\$ Mil

A rubrica de Pessoal a Pagar – Consolidação compõe 91,39% do total do pessoal a pagar. As demais rubricas – INTRAOFSS, INTEROFSS União, Estados e Municípios são compostas por valores de pessoal cedido.

B) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR**Tabela 013.2 – Benefícios Previdenciários a Pagar**

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	32.036	100,00%	23.339	100,00%	37,26%
Benefícios Previdenciários	32.036	100,00%	23.339	100,00%	37,26%
Benefícios Previdenciários	31.419	98,07%	22.740	97,43%	38,17%
Décimo Terceiro Salário	617	1,93%	599	2,57%	2,95%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Os Benefícios Previdenciários a pagar pertencem, em grande parcela, ao Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – Executivo no montante de R\$ 27.115 mil.

Esta rubrica contribui com 1,54 % das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo e sua redução, assim como a rubrica Pessoal a Pagar – Consolidação, está relacionada a antecipação dos benefícios previdenciários referente a competência dez/2022.

C) ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Já a rubrica de encargos sociais a pagar, que contribuiu com 21,67% do total do grupo, apresentou um decréscimo de 16,11% em relação ao ano anterior.

Tabela 013.3 – Encargos Sociais a Pagar

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	451.561	100,00%	538.266	100,00%	-16,11%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	4.354	0,96%	2.868	0,53%	51,78%
Encargos Sociais a Pagar - INTRA OFSS	391.133	86,62%	453.173	84,19%	-13,69%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - União	56.048	12,41%	82.204	15,27%	-31,82%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Estados	2	0,00%	2	0,00%	-5,36%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Municípios	25	0,01%	18	0,00%	37,01%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

4.14 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo.

Tabela 014 – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	5.239.841	100,00%	35.197.606	100,00%	-85,11%
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	4.377.962	83,55%	30.704.965	87,24%	-85,74%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	861.149	16,43%	945.069	2,69%	-8,88%
Financiamentos a curto prazo - Interno	5	0,00%	5	0,00%	-
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Interno	7.024.159	134,05%	13.962.770	39,67%	-49,69%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Externo	427.553	8,16%	244.682	0,70%	74,74%
Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(7.023.434)	-134,04%	(10.415.203)	-29,59%	-32,57%
Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(427.553)	-8,16%	(244.682)	-0,70%	74,74%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O saldo do Subgrupo **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo** apresentou um decréscimo de 85,11% em comparação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pela reclassificação do curto para o longo prazo dos saldos constantes do título “**Empréstimos a Curto Prazo – Interno**” que será tratado adiante.

O título **Empréstimos a Curto Prazo – Interno** apresentou uma redução de (R\$ 26.327.003 mil), 85,74%, em relação ao exercício anterior. O motivo principal desta substancial variação deve-se à conta “Contratos de Empréstimos Internos - Regime de Recuperação Fiscal”, que, no exercício anterior, apurou o saldo de R\$ 17.863.231 mil, enquanto R\$ 1.065.584 mil no exercício atual, perfazendo uma redução de 94,03% em seu saldo contábil.

Também contribuiu para diminuição observada a transferência de valores do passivo circulante para o passivo não circulante na conta **Contratos de Empréstimos Internos**, que apresentou R\$ 12.775.636 mil no exercício de 2021, enquanto R\$ 3.312.378 mil no fim do exercício de 2022, verificando uma redução de 74,07% em relação ao exercício anterior.

Ademais, cabe ressaltar que o registro referente a conta Empréstimos a Curto Prazo – Interno ocorre integralmente na unidade gestora Encargos Gerais do Estado/SEFAZ.

De acordo com o MCASP, uma vez que já se sabe o valor dos juros e encargos financeiros a apropriar no decorrer da operação, é prudente que sejam registrados. No entanto, esse procedimento apenas estará de acordo com o Princípio da Competência se, concomitantemente, for escriturada uma conta retificadora pelo valor dos encargos financeiros a serem apropriados, visto que tais encargos ainda não são devidos e, portanto, seu valor deve ser abatido do valor total da dívida registrada. No decorrer da operação, os encargos devem ser apropriados em razão do prazo de vencimento das parcelas da operação. Vale ressaltar que tal procedimento só é possível se os juros em questão forem pré-fixados.

Em consonância com tal procedimento, existe a NOTA TÉCNICA SUNOT/CGE nº 026/2016 – Dívida Fundada, publicada pela SUBCONT/SEFAZ-RJ, que trata do controle da Dívida Pública Fundada ou Consolidada Estadual Interna e Externa. Com base nesta rotina são apropriados os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término do exercício seguinte abatendo o mesmo montante em conta retificadora.

Nesta Prestação de Contas, Volume 1 – Relatório Gerencial, também aborda este tema no no item 10 - Dívida Consolidada.

4.15 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Tabela 015 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.793.820	100,00%	10.577.658	100,00%	-35,77%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	2.319.308	34,14%	3.182.298	30,09%	-27,12%
Fornecedores e Credores	2.113.746	91,14%	2.814.106	88,43%	-24,89%
Precatórios e Sentenças Judiciais - Fornecedores Nacionais	17.686	0,76%	46.514	1,46%	-61,98%
Fornecedores e Credores - Saldos Migrados do SIAFEM	187.876	8,10%	321.678	10,11%	-41,59%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTRA OFSS	96.902	1,43%	95.419	0,90%	1,55%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - União	2.249	0,03%	2.281	0,02%	-1,37%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Estados	-	0,00%	76	0,00%	100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Municípios	4.375.361	64,40%	7.297.585	68,99%	-40,04%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo teve uma variação negativa de 35,77% quando comparado com o exercício anterior.

Na rubrica Fornecedores e Credores, dentro de Consolidação, as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos foram a Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC no montante de R\$ 650.452 mil, a Secretaria de Estado de Educação no montante de R\$ 461.853 mil e o Fundo Estadual de Saúde – FES no montante de R\$ 275.256 mil.

Já na rubrica Fornecedores e Credores – Saldos migrados do SIAFEM foi observado um recuo de 41,59% em relação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pela Baixa Contábil de Dívidas passivas de exercícios anteriores, de natureza patrimonial, já prescritas na forma da legislação vigente, que fora contabilizada pela Unidade Gestora Fundo Estadual de Saúde – FES. O saldo mais expressivo está na Secretaria de Estado de Adm. Penitenciária no montante de R\$ 27.617 mil.

A conta de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP – INTER OFSS – Municípios refere-se em sua maioria ao Fundo Estadual de Saúde – FES, no montante de R\$ 2.271.502 mil e ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 2.091.284 mil.

4.16 Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

No grupo de Obrigações Fiscais a Curto Prazo, temos um saldo INTRA referente as contas de Repasses Previdenciários RPPS a Compensar no montante de R\$ 14.992 mil que foi deduzido do grupo Obrigações Fiscais a Curto Prazo com o Estados.

Tabela 016 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	328.955	100,00%	546.276	100,00%	-39,78%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	298.067	90,61%	393.948	72,12%	-24,34%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	28.120	8,55%	28.084	5,14%	0,13%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	2.767	0,84%	124.244	22,74%	-97,77%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O decréscimo de 39,78% em relação ao ano anterior deve-se principalmente pela baixa do valor inscrito na conta PASEP; e o saldo mais relevante está registrado na unidade gestora Encargos Gerais do Estado - Rec.S/Sup. SEFAZ.

4.17 Obrigações de Repartições a Outros

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidas com os municípios fluminenses.

Tabela 017 – Obrigações de Repartições a Outros Entes

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	95.451	93,17%	4.061	100,00%	2250,51%
Obrigações de Repartição a Outros Entes - INTER OFSS - Municípios	88.928	93,17%	4.061	100,00%	2089,88%
Demais Transferências a Pagar	6.523	7,34%	-	0,00%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022, os principais saldos estão representados nas contas de Repartição da Cota do ICMS, no montante de R\$ 62.259 mil e Repartição da Cota de IPVA, no montante de R\$ 13.735 mil registrados integralmente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

4.18 Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.

Tabela 018 – Provisões a Curto Prazo
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
PROVISÕES A CURTO PRAZO	292.668	100,00%	288.558	100,00%		1,42%
Provisões para Riscos Trabalhistas Curto Prazo	224.473	76,70%	224.836	77,92%		-0,16%
Provisões para Riscos Fiscais Curto Prazo	653	0,22%	653	0,23%		0,00%
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	42.797	14,62%	40.405	14,00%		5,92%
Outras Provisões a Curto Prazo	24.746	8,46%	22.665	7,85%		9,18%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Nas Provisões para Riscos Trabalhistas a maior parte do saldo refere-se à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS, no montante de R\$ 211.150 mil.

As Provisões para Riscos Fiscais referem-se em sua totalidade às Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro – CEASA no montante de R\$ 653 mil.

As Provisões para Riscos Cíveis referem-se em sua maioria à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 28.819 mil.

Por fim, as Outras Provisões a Curto Prazo referem-se em grande parcela à Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 11.013 mil, à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 7.330 mil, à Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP no montante de R\$ 3.366 mil e à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL no montante de R\$ 2.308 mil.

4.19 Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Tabela 019 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.678.296	100,00%	10.100.977	100,00%	5,72%
Adiantamentos de Clientes	14.088	0,13%	11.711	0,12%	20,30%
Dividendos a Pagar	2.078	0,02%	1.747	0,02%	18,93%
Valores Restituíveis	3.987.419	37,34%	3.296.933	32,64%	20,94%
Outras Obrigações a Curto Prazo	6.674.711	62,51%	6.790.586	67,23%	-1,71%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Seguem os comentários abaixo acerca dos itens mais relevantes das Demais Obrigações a Curto Prazo:

A) VALORES RESTITUÍVEIS

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

Tabela 019.1 – Valores Restituíveis

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	3.987.419	100,00%	3.296.933	100,00%	20,94%
Valores Restituíveis - Consolidação	3.802.674	95,37%	3.141.810	95,29%	21,03%
Consignações	1.932.499	50,82%	1.447.754	46,08%	33,48%
Depósitos Judiciais	841.613	22,13%	838.300	26,68%	0,40%
Depósitos Não Judiciais	903.453	23,76%	765.597	24,37%	18,01%
Outros Valores Restituíveis	125.109	3,29%	90.159	2,87%	38,76%
Valores Restituíveis - INTRA OFSS	184.745	4,63%	155.122	4,71%	19,10%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

As consignações apresentam os valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores e em serviços contratados de fornecedores. A conta está composta em grande parcela por imposto sobre a renda retido na fonte – IRRF, no montante de R\$ 668.627 mil, Retenções - Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$ 444.697 mil, por outros consignatários, no montante de R\$ 229.588 mil, por INSS no montante de R\$ 206.706 mil e por RPPS – retenções sobre vencimentos e vantagens no montante de R\$ 177.426 mil.

Os depósitos judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 761.319 mil e no Tribunal de Justiça no montante de R\$ 68.437 mil.

Já os depósitos não judiciais estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 701.660 mil, no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN no montante de R\$ 75.396 mil e no Rioprevidência no montante de R\$ 29.955 mil.

B) OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Tabela 019.2 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.674.711	100,00%	6.790.586	100,00%	-1,71%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	3.299.746	49,44%	3.516.476	51,78%	-6,16%
Indenizações e Restituições	891.726	27,02%	1.025.883	29,17%	-13,08%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	932.854	28,27%	922.355	26,23%	1,14%
Diárias a Pagar	707	0,02%	470	0,01%	50,51%
Créditos de Terceiros	23	0,00%	11	0,00%	113,83%
Bens de Terceiros	7.328	0,22%	7.328	0,21%	0,00%
Outras Obrigações a Pagar	1.467.108	44,46%	1.560.430	44,37%	-5,98%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTRA OFSS	890.454	13,34%	1.027.816	15,14%	-13,36%
Obrigações Intragovernamentais - Intra OFSS	841.374	94,49%	906.417	88,19%	-7,18%
Obrigações p/ Convênios Recebidos - Intra OFSS	2.421	0,27%	2.735	0,27%	-11,49%
Indenizações e Restituições - Intra OFSS	46.660	5,24%	9.522	0,93%	390,03%
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento - Intra OFSS	-	0,00%	109.142	10,62%	-100,00%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - União	1.894.175	28,38%	1.801.882	26,54%	5,12%
Cessão de Direitos	464.985	24,55%	464.985	25,81%	0,00%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	1.428.871	75,44%	1.335.906	74,14%	6,96%
Indenizações e Restituições - Inter OFSS	318	0,02%	991	0,06%	-67,90%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Estados	164.150	2,46%	110.046	1,62%	49,17%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Municípios	426.186	6,39%	334.366	4,92%	27,46%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO

A rubrica *Indenizações e Restituições* representa 27,02% de Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação e em 2022 seu saldo sofreu um decréscimo de 13,08% decorrente, principalmente, do Pagamento de RP Processados pela unidade gestora EGE-SEFAZ para recomposição extraordinária da conta B1 - 15º T.A., Promoção nº 13/2022 - SEFAZ/ASSJUR/VHPS, conforme processo SEI-040047/000388/2022 - Documentos 44544096 e 44679074.

A conta *Obrigações p/ Convênios Recebidos* integra 28,27% do total das Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação. Seus valores mais significativos estão registrados nas seguintes UGs:

• Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	R\$ 393.684 mil
• Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro	R\$ 145.000 mil
• Secretaria de Estado da Casa Civil	R\$ 93.661 mil
• Subsecretaria de Comunicação Social	R\$ 78.475 mil
• Secretaria de Estado de Segurança – em extinção	R\$ 73.551 mil
• Secretaria de Estado de Ass. Social e Direitos Humanos	R\$ 47.661 mil

As Outras Obrigações a Pagar corresponderam a 44,46% das Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação. Em 2022 as principais obrigações encontram-se registradas em Credores de contratos em renegociação (R\$ 932.379 mil), Seguros a pagar de financiamentos (R\$ 227.375 mil), Depósitos de diversas origens – sem disponibilidade financeira (R\$ 149.081 mil) e Auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores (R\$ 63.555 mil).

O montante dos Credores de Contratos Renegociação está integralmente registrado na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS. Esta dívida de investimento vem sendo atualizada regularmente.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTRA OFSS

Entre as Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS se destacam os Créditos Tributários Parcelados a Transferir no montante de R\$ 699.460 mil, referente a Operações intragovernamentais registradas na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado, tendo como contrapartida o Rioprevidência. A incorporação do direito à percepção da receita dos Créditos Tributários Parcelados do Estado do Rio de Janeiro ao patrimônio desta Autarquia Previdenciária foi estabelecida pelos Decretos 36.994/2005 e 37.047/2005.

Ainda entre as **Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS** temos as Obrigações c/Tesouro Estadual – Precatório no montante de R\$ 627.933 mil, referentes aos valores de precatórios de órgãos e entidades do Estado pagos pelo Tesouro do Estado.

Por fim, destacamos o valor de R\$ 159.087 mil registrados em Valores a Pagar EC nº 93/2016 - DRE por conta da aplicação do art. 2º da citada Emenda Constitucional:

“...São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes”.

Os Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento – Intra OFSS se referem integralmente ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e o seu saldo foi completamente expurgado. Esses valores têm como contrapartida as Unidades Gestoras com recursos depositados na Conta Única do Tesouro e representam os valores dos recursos a liberar destinado a atender despesas com vinculação de pagamento específica.

O total deste grupo deve manter paridade com contas de ativo, para que sejam eliminadas quando da consolidação dos balanços ao final do exercício. Esta Subsecretaria de Contabilidade vem interagindo junto aos Órgãos/Entidades para tentar compatibilizar os saldos das contas contábeis referentes às operações INTRA OFSS.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS UNIÃO

A conta de Cessão de Direitos está composta integralmente por cessão de direitos – royalties do petróleo, representando as obrigações do Estado devidas à União, com relação ao contrato de cessão de crédito nas modalidades de royalties e participação especial.

As Obrigações p/ Convênios Recebidos pertencem em grande parcela à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 605.073 mil, ao Instituto de Pesos e Medidas do Rio de Janeiro – IPEM no montante de R\$ 323.990 mil e ao Instituto Estadual do Ambiente no montante de R\$ 125.194 mil.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS ESTADOS

As Outras Obrigações a CP – Inter OFSS – Estados se referem às obrigações com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, registrados integralmente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 159.080 mil e às obrigações por convênios recebidos no montante de R\$ 5.070 mil, registrados em sua maioria na Universidade do Estado do RJ – UERJ.

O FUNDEB é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, formado na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, DF e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Além destes recursos, também compõe o FUNDEB, uma parcela de recursos federais, quando o estado não alcançar o valor mínimo definido por aluno. Todo recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS MUNICÍPIOS

A conta de Outras Obrigações a CP – Inter OFSS – Municípios está composta integralmente por obrigações para convênios recebidos. Os montantes mais significativos estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Militar no montante de R\$ 237.862 mil, na Secretaria de Estado de Transportes no montante de R\$ 54.240 mil e na Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa no montante de R\$ 16.549 mil.

As Outras Obrigações a Curto Prazo – Inter OFSS Municípios se referem integralmente às Obrigações por convênios recebidos e seus principais valores estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Militar – SEPM (R\$ 325.971 mil), Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS (R\$ 54.269 mil), Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (R\$ 16.549 mil) e Secretaria de Estado da Casa Civil (R\$ 16.379 mil).

4.20 Dívida Flutuante / DDF

Os componentes da **dívida flutuante** são aqueles contraídos por período limitado de tempo, que não ultrapassam o período de um ano, quer na sua condição de administrador de bens de terceiros confiados a sua guarda, quer para atender às necessidades de caixa momentâneas, realizadas independentemente de autorização orçamentária.

Tabela 020 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	Nota	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	AH %
		31/12/2021	INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	31/12/2022	
Restos a Pagar		11.358.556	2.834.958	2.730.333	3.966.781	7.496.400	-34,00%
Exercícios Anteriores		11.358.556	-	2.730.333	3.966.781	4.661.442	-58,96%
Restos a Pagar		11.356.011	-	2.730.333	3.966.781	4.658.897	-58,97%
Restos a Pagar Processados		10.539.598	-	2.292.003	3.617.406	4.630.189	-56,07%
Restos a Pagar Não Processados		816.413	-	438.330	349.376	28.708	-96,48%
Restos a Pagar - DEC 40.874/07 E		2.545	-	-	-	2.545	0,00%
Exercício Atual		-	2.834.958	-	-	2.834.958	0,00%
Sentenças Judiciais anteriores a 2015		28.758	-	-	-	28.758	0,00%
Depósitos		3.718.641	28.803.707	27.842.374	184.751	4.495.223	20,88%
Consignações		1.602.876	14.386.432	13.700.196	171.868	2.117.244	32,09%
Depósitos de Diversas Origens		2.115.765	14.417.275	14.142.178	12.883	2.377.979	12,39%
Credores Entidades e Agentes		23.270	2.142	2.130	-	23.282	0,05%
Total da Dívida Flutuante	4.20	15.129.226	31.640.808	30.574.838	4.151.532	12.043.664	-20,39%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: Para fins de Consolidação do Demonstrativo da Dívida Flutuante, houve exclusão de saldo intraorçamentário em Depósitos de Diversas Origens, coluna de Inscrição, pelo valor de R\$ 177.114 mil.

A **Tabela 020** refere-se ao Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante, da Lei Federal nº 4.320/64. Em 2022, a Dívida Flutuante totalizou R\$ 12.043.664 mil, guardando paridade com Passivo Financeiro demonstrado no item 3.2 Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, deste Volume 2.

Houve decréscimo de 20,39% no comparativo do exercício de 2021 para 2022. Esta diminuição deve-se principalmente ao fato de as inscrições efetuadas terem sido menores que o somatório dos pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar.

A Dívida Flutuante de 2021 totalizou em R\$ 15.129.226 mil, conforme o total do Passivo Financeiro contido no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, anexo do Balanço Patrimonial Consolidado, apresentando um decréscimo de 16,79% em relação ao ano anterior. Esta diminuição deve-

se principalmente ao fato de as inscrições efetuadas terem sido menores que o somatório dos pagamentos e cancelamentos dos restos a pagar. Os valores apresentados nos campos “Inscrição” e “Pagamento” estão demonstrados também na Dívida Flutuante do Balanço Financeiro.

4.21 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar compreendem as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de cada exercício financeiro, distinguindo-se os processados dos não processados. Os entes devem comprovar que possuem recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Segundo o MCASP 9ª Edição, a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando o Ativo e o Passivo em dois grandes grupos, financeiro e permanente, em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste contexto, o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Para fins de compreensão dessa sistemática, ressalta-se que nos Restos a Pagar estão inseridos os créditos empenhados a liquidar e os créditos empenhados em liquidação contidos na **Tabela 20 - Demonstrativo da Dívida Flutuante**. Os créditos a liquidar e em liquidação também constam no **Passivo Financeiro** demonstrado no item 3.2 Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, deste Volume 2, conforme os preceitos do IPC 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As despesas liquidadas e não pagas referentes ao Serviço da Dívida e às Sentenças Judiciais posteriores a 2015 também estão inscritas e incluídas em “Restos a Pagar”.

Segue demonstração do estoque de 2022 por Poder e Tipo de Administração:

Tabela 021.1 – Restos a Pagar por Poderes – Posição Acumulada em 2022

R\$ Mil

PODER / TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	POSIÇÃO ACUMULADA EM 31/12/2022			
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER LEGISLATIVO (I)	32.878	74.386	107.264	1,43%
01000 Assembléia Legislativa	6.580	8.335	14.915	0,20%
01610 Fundo Especial da Assembleia Legislativa ERJ	0	19.575	19.575	0,26%
02000 Tribunal de Contas	26.198	40.893	67.091	0,89%
02610 Fdo Esp.de Mod. do Cont. Ext. do TCE-RJ	99	5.584	5.683	0,08%
PODER JUDICIÁRIO (II)	111.657	144.671	256.329	3,42%
03000 Tribunal de Justiça	73.355	25.392	98.747	1,32%
03610 Fundo Especial do Tribunal de Justiça	38.302	114.301	152.603	2,04%
03620 Fundo Especial da Escola de Magistratura (FEMERJ)	-	906	906	0,01%
03630 Fdo de Apoio aos Reg. Cíveis PN ERJ	-	4.072	4.072	0,05%
MINISTÉRIO PÚBLICO E AUTÔNOMOS (III)	52.860	218.694	271.554	3,62%
10000 Ministério Público	42.933	191.003	233.936	3,12%
10610 Fundo Especial do Ministério Público do ERJ	376	8.517	8.893	0,12%
11000 Defensoria Pública Geral do Estado	9.418	17.122	26.540	0,35%
11610 Fundo Especial da Defensoria Pública do ERJ	132,65	2.052,47	2.185	0,03%
PODER EXECUTIVO (IV)	5.974.833	886.420	6.861.253	91,53%
Administração Direta	2.141.431	100.764	2.242.195	29,91%
Autarquias*	155.926	375.255	531.181	7,09%
Fundações	922.555	219.864	1.142.419	15,24%
Empresas Públicas	23.556	33.688	57.244	0,76%
Fundos*	2.691.697	156.424	2.848.121	37,99%
Sociedades de Economia Mista	39.667	426	40.093	0,53%
TOTAL GERAL (V = I+II+III+IV)	6.172.228	1.324.172	7.496.400	100,00%

Fonte: SIAFE-Rio

Nota: Os Fundos 02610 (TCE), 03610, 03620 e 03630 (Tribunal de Justiça) e 10610 (Ministério Público) estão em seus respectivos poderes.

O estoque de restos a pagar Consolidado em 31/12/2022, somou R\$ 7.496.400 mil, mantendo a tendência de redução do estoque em relação ao ano anterior já observado no período 2020/2021.

A Subsecretaria de Contabilidade Geral aprovou as inscrições de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2022, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFE-Rio, através da Portaria SUBCONT nº 019 de 03 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial de 07 de fevereiro de 2023. Cabendo observar que do montante de R\$ 7.496.400 mil o valor de R\$ 4.662.734 mil (62%) refere-se ao saldo dos Restos a Pagar de exercícios anteriores e R\$ 2.833.666 (38%) correspondente as inscrições ocorridas no exercício.

Tabela 021.2 – Restos a Pagar por Poderes - Comparativo com o Exercício Anterior
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
Poder Executivo	6.861.253	91,53%	10.359.849	91,21%	-33,77%
Administração Direta	2.242.195	32,68%	2.996.988	28,93%	-25,19%
Autarquias	531.181	7,74%	365.478	3,53%	45,34%
Fundações	1.142.419	16,65%	1.336.404	12,90%	-14,52%
Empresas Públicas	57.244	0,83%	14.532	0,14%	293,93%
Sociedades de Economia Mista	40.093	0,58%	47.093	0,45%	-14,86%
Fundos Especiais	2.848.121	41,51%	5.599.355	54,05%	-49,13%
Poder Legislativo	107.264	1,43%	501.415	4,41%	-78,61%
Poder Judiciário	256.329	3,42%	215.979	1,90%	18,68%
Ministério Público	271.554	3,62%	281.313	2,48%	-3,47%
TOTAL	7.496.400	100,00%	11.358.556	100,00%	-34,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Em 2022, o estoque de Restos a Pagar apresentou um decréscimo de R\$ 3.862.156 mil. Considerando que no exercício de 2021 houve um decréscimo do estoque de R\$ 3.077.092 mil em relação ao exercício de 2020, temos uma redução acumulada do estoque do Restos a Pagar de R\$ 6.939.248 mil nos últimos dois exercícios.

Tabela 021.3 – Demonstrativo da Disponibilidade Financeira por Fonte de Recurso para fins de Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

R\$ Mil

FORNTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP (I)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (II)	DISPON. FINANC. LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO DO RP NÃO PROCESSADO (III = I - II)
Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	(906.645)	-	(906.645)
Fonte Genérica	(117.831)	-	(117.831)
GRE SEFAZ	8	-	8
Ordinários Provenientes de Impostos	(5.550.433)	405.037	(5.955.470)
Ordinários Não Provenientes de Impostos	830.436	-	830.436
Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	75.197	-	75.197
Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenv. Social	332.055	72.716	259.339
Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	3.792.871	261.663	3.531.208
Salário Educação	150.994	735	150.259
Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	(54.230)	-	(54.230)
Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	375.493	-	375.493
Operações de Crédito	1.469.342	-	1.469.342
Ressarcimento de Pessoal	261.724	-	261.724
Adicional do ICMS - FECP	556.945	47.043	509.903
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.922	-	1.922
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	40.994	-	40.994
Alienação de Bens	(48.765)	-	(48.765)
Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	567	-	567
Recursos da Conc. de Serv. Público de Abast. de Água e Esgot. Sanitário - Tesouro	3.573.425	33.688	3.539.737
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	43.062	-	43.062
Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	1.004.009	-	1.004.009
Fundo Soberano - Excedente de Arrecadação de Royalties do Petróleo e Gás Natural	3.049.952	-	3.049.952
Repasse constitucionais aos municípios.	(818)	-	(818)
Ingressos a Classificar	0	-	0
Depósitos Judiciais Tributários	49.021	-	49.021
Depósitos Judiciais Não Tributários	363.228	-	363.228
Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	21.997	-	21.997
Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	469.861	-	469.861
Operações Oficiais de Fomento	12.286	-	12.286
Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	378	-	378
Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	10.766	-	10.766
Operações de Crédito	8	-	8
Transferências Voluntárias	146.645	1.953	144.691
Transferências do PAC	86.676	137	86.539
Transferências do FUNDEB	18.846	-	18.846
Transferências Intraorçamentárias	105.152	1.254	103.898
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	99.038	37.028	62.010
Transferências Legais Recebidas da União	539.549	14.608	524.942
Sistema Único de Saúde- SUS	121.018	41.104	79.914
Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	11	-	11
Recursos Próprios	5.246.320	109.241	5.137.079
Recursos Próprios do Rioprevidência	3.555.975	32.590	3.523.385
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.906.144	221.741	2.684.404
Alienação de Bens	42.452	9.166	33.286
Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	1.916.167	2.410	1.913.757
Sistema de Proteção Social dos Militares	146.312	2.855	143.457
Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	14.933	-	14.933
Recursos da Conc. de Serv. Público de Abast. de Água e Esg. Sanit. - Outras Fontes	179.648	-	179.648
Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	7.373	-	7.373
Conservação Ambiental	430.622	497	430.125
TOTAL	25.370.698	1.295.464	24.075.234

Fonte: RGF - Anexo 5 Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, publicado DOE/RJ em 16/02/2023.

A tabela acima, demonstra os Restos a Pagar Não Processados Consolidado, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em conformidade com o previsto no artigo 8º do Decreto nº 48.242 de 01/11/2022. Verifica-se que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

No exercício de 2022, foram inscritos R\$ 1.295.464 mil em Restos a Pagar não Processados.

Os Restos a Pagar Não Processados a Liquidar devem ser liquidados ou cancelados, no Poder Executivo até 31 de março e nos demais Poderes até 31 de dezembro do ano seguinte à sua inscrição. No entanto, os saldos dos empenhos a liquidar anteriores a 2022 das unidades gestoras contidas no quadro abaixo não foram canceladas em 2022.

Tabela 021.4 – Restos a Pagar Não Processados a Liquidar

	R\$ Mil
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - SALDO EM 31/12/2022	
016100 - FUNDO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ERJ.	18.738
110100 - DPGE - DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO	415
116100 - FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PUBLICA DO ERJ	74
026100 - FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO TCE-RJ	49
010100 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	6
TOTAL	19.282

Fontes: SIAFE-Rio

4.22 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios dos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 022 – Obrigações Trab. Prev. E Assist. a Pagar a LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	5.524.925	100,00%	4.471.008	100,00%	23,57%
Precatório de Pessoal - Regime Especial	5.524.925	100,00%	4.471.008	1,00	23,57%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos	409.840	7,42%	366.706	0,08	11,76%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos	5.153.434	93,28%	4.217.322	0,94	22,20%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Não Vencidos - TRF	4.173	0,08%	3.665	0,00	13,85%
(-) Compensação Div. Ativa c/ Precatórios - TJ	(42.521)	-0,77%	(116.686)	-2,61%	-63,56%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

As Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP é composta em sua maioria por precatórios, bem como suas atualizações monetárias.

Precatórios são títulos de dívidas que o governo emite para pagar a quem ganha na Justiça processos contra o poder público. O recurso financeiro é repassado aos Tribunais, que liberam os valores aos credores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Cabe observar que a conta “Compensação Div. Ativa c/ Precatórios TJ” é movimentada em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016 que trata dos procedimentos para registros da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações.

4.23 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Tabela 023 – Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	166.879.969	100,00%	144.278.252	100,00%	15,67%
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	153.510.980	91,99%	129.058.631	89,45%	18,95%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	13.368.989	8,01%	15.219.621	10,55%	-12,16%
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	-	0,00%	-	0,00%	100,00%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Interno	119.811.229	71,79%	62.360.544	43,22%	92,13%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Externo	3.110.306	1,86%	1.671.986	1,16%	86,02%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(119.811.229)	-71,79%	(62.360.544)	-43,22%	92,13%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(3.110.306)	-1,86%	(1.671.986)	-1,16%	86,02%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo totalizaram R\$ 166.879.969 mil. Somente os Empréstimos a Longo Prazo – Interno somam R\$ 153.510.980 mil, equivalentes à 91,99% do valor total.

Os valores de “Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a LP – Interno” e “(-) Encargos Financeiros a Apropriar – Interno” possuem variações devido ao reajustamento dos juros e encargos a vencer da Dívida Interna de longo prazo.

Destaca-se ainda, que os valores deste grupo estão registrados na unidade gestora Encargos Gerais do Estado. Este valor expressivo se justifica pelo fato dos valores ingressados no Tesouro Estadual terem como contrapartida o registro da obrigação na UG Encargos Gerais em conformidade com a NOTA TÉCNICA SUNOT/CGE nº 019/2016 – Operações de Crédito.

Os Empréstimos e Financiamentos a Pagar guardam relação direta com os relatórios que compõem o Anexo nº 16 – Demonstração da Dívida Fundada, conforme a Lei Federal nº 4.320/64. Tais relatórios são elaborados pela Subsecretaria Adjunta de Política Fiscal – SUPOF/SEFAZ-RJ, documentado por intermédio do processo SEI-040061/000025/2023. Comentários adicionais sobre este tema constam no Volume 1 – RELATÓRIO GERENCIAL, Capítulo 10 – Dívida Consolidada.

4.24 Fornecedores a Longo Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 024 – Fornecedores a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%	R\$ Mil
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	3.401.497	0,00%	2.752.539	0,01%		23,58%
Fornecedores Nacionais	38	0%	186	0,01%		100,00%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Especial	3.401.208	99,99%	2.752.103	99,98%		23,59%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ	3.299.802	97,02%	3.366.306	122,30%		-1,98%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TRF	165.899	4,88%	110.498	4,01%		50,14%
(-) Compensação Dívida Ativa com Precatórios - Fornecedores TJ	(64.493)	-1,90%	(724.701)	-26,33%		-91,10%
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	0,01%	251	0,01%		0,00%
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	100,00%	251	0,01%		0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A conta Fornecedores a Longo Prazo é composta principalmente pelos Precatórios de Fornecedores. De acordo com o atual ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias) em seu artigo nº 78, os Governos podem efetuar o pagamento dos precatórios, acrescido de juros, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos.

Do montante dos Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ foram deduzidos os valores de compensação da Dívida Ativa com os precatórios, que somam R\$ 64.493 mil. Tais compensações estão previstas na Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016, que trata dos procedimentos para registro da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações com fulcro na Lei Estadual nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010.

4.25 Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Tabela 025 - Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	581.315	100,00%	907.280	100,00%	-35,93%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União	581.315	100,00%	907.280	100,00%	-35,93%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

4.26 Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Tabela 026 – Provisões a Longo Prazo

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	12.379.688	100,00%	8.960.386	100,00%	38,16%
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	550.700	4,45%	517.859	5,78%	6,34%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	11.122.867	89,85%	7.674.558	85,65%	44,93%
Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	37.411	0,30%	134.596	1,50%	-72,20%
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	439.416	3,55%	363.854	4,06%	20,77%
Outras Provisões a Longo Prazo	229.294	1,85%	269.519	3,01%	-14,92%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

As Provisões a Longo Prazo apresentaram um acréscimo de 38,16% em relação ao exercício anterior, pelo registro de atualização das provisões matemáticas previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro, conforme Relatório da Avaliação Atuarial 2023 (calendário 2022). Estas representam 89,85% do total das provisões a longo prazo. Este saldo se refere principalmente às aposentadorias, pensões e outros benefícios do plano financeiro do RPPS.

4.27 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiro não inclusos nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Tabela 027 – Demais Obrigações a Longo Prazo
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	9.147.389	100,00%	9.618.202	100,00%	-4,90%
Outras Obrigações a Longo Prazo	9.147.389	100,00%	9.618.202	100,00%	-4,90%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	8.848.956	96,74%	8.828.210	91,79%	0,23%
Certificados de Privatização - CP	199.183	2,18%	178.482	2,02%	11,60%
Perdas e Deságios em Investimentos	214	0,00%	171	0,00%	25,66%
Obrigações com Empresas Estaduais	533.450	5,83%	533.450	6,04%	0,00%
Fornec./Credores com contrato de parcelamento	16.580	0,18%	16.580	0,19%	0,00%
Depósitos de Terceiros - Lei 11.429/06	828.808	9,06%	828.808	9,39%	0,00%
Depositos Judiciais e Extrajud.- Lei 151/2015	7.270.719	79,48%	7.270.719	82,36%	0,00%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	286.091	3,13%	87.566	0,91%	226,72%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	12.342	0,13%	702.426	7,30%	-98,24%

Fontes: SIAFE-Rio

A) OBRIGAÇÕES COM EMPRESAS ESTADUAIS

As Obrigações com Empresas Estaduais são compostas em sua maioria pelo saldo do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (ENCONTRO DE CONTAS), entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no total de R\$ 533.450 mil.

B) DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI 151/2015

A conta “Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 151/2015” (antes denominada Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 163/2015) começou a apresentar saldo no exercício de 2015 com a implementação da Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015 do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013. A nova lei, em seu art. 1º, autoriza que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, sejam transferidos até a proporção de 62,5% de seu valor atualizado, para os seguintes fins:

I – até o limite de 25% para conta vinculada destinada ao pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal;

II – até o limite de 37,5% exclusivamente para capitalização do Rioprevidência.

4.28 Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados de exercícios futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Tabela 028 – Resultado Diferido

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
RESULTADO DIFERIDO	25.306.129	100,00%	23.941.975	100,00%	5,70%
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	25.306.307	100,00%	23.942.154	100,00%	5,70%
Convênios Diversos	10.915	0,04%	10.915	0,05%	0,00%
Lucro de Lotes Industriais	10.565	0,04%	475	0,00%	2122,32%
Atualização Monetária de Oper. Imobiliárias	35	0,00%	35	0,00%	0,00%
Juros de Lotes Industriais	23	0,00%	23	0,00%	0,00%
Receitas de Subvenções	10.223.658	40,40%	10.153.668	42,41%	0,69%
Receitas de Concessões	15.061.111	59,52%	13.777.037	57,54%	9,32%
(-) Custo Diferido - Consolidação	(179)	0,00%	(179)	0,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O montante do Resultado Diferido teve uma variação de 5,70% em relação ao exercício anterior, devido ao recebimento de receitas de concessões.

As Receitas de Subvenções apresentam um total de R\$ 10.223.658 mil, composta de R\$ 10.222.491 mil em Subvenções Governamentais para Investimentos e R\$ 1.166 mil em Doações para Investimentos.

Dentre as Subvenções Governamentais para Investimentos, a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS apresentou um montante significativo de R\$ 9.964.666 mil.

As Receitas de Concessões apresentaram ao final de 2022 um total de R\$ 15.061.111 mil sendo composta integralmente de Receita de Concessões a Apropriar, registradas na Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS (R\$ 828.682 mil) e no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 14.232.429 mil). O primeiro valor é referente ao registro de outorga principal e suplementar a receber previsto no sexto termo aditivo ao contrato firmado entre o Estado do RJ e a Opportrans Concessão Metroviária S.A., para o período de janeiro/2018 a janeiro/2038, e o segundo, ao registro do valor da outorga da concessão dos serviços de saneamento da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE.

4.29 Patrimônio Líquido / DMPL

A **Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL)** demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

O **Patrimônio Líquido** compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria.

O **Patrimônio Líquido**, evidenciado no quadro principal, e o **Saldo Patrimonial**, evidenciado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, diferem devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no Passivo Financeiro deste último quadro.

MCASP 9ª Edição, pág. 474:

“Cabe ressaltar que os Créditos Empenhados a Liquidar não são reconhecidos no quadro principal do balanço patrimonial, mas compõem o passivo financeiro, de acordo com o §3º do art. 105 da Lei 4.320/1964. Logo, no cálculo do passivo financeiro o valor dos créditos empenhados a liquidar deve ser somado ao saldo dos passivos patrimoniais com atributo (F). Deste modo, para apresentar os ativos e passivos financeiros em sua totalidade, o Balanço Patrimonial é acompanhado por um quadro específico com esta visão conforme conceitos apresentados na Lei nº 4.320/1964.”

	R\$ Mil	
Patrimônio Líquido versus Saldo Patrimonial	2022	2021
Patrimônio Líquido do Anexo 14 - Balanço Patrimonial - Quadro Principal	(92.624.314)	(117.680.187)
631100000 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	(19.282)	(120)
631710000 - RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRICAO NO EXERCICIO	(1.294.173)	(803.961)
Somatório PL e Contas de RPNP (A)	(93.937.769)	(118.484.267)
Saldo Patrimonial do Anexo 14.1 Quadros dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (B)	(93.937.769)	(118.484.267)
Diferença (C) = (A - B)	-	-

Fontes: SIAFE-Rio

Tabela 029 – Demonstração das Mutações no Patrimônio LíquidoDEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO
Valores em 31/12/2022

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Participação de não Controladores	Total
Saldos Iniciais em 01/01/2022	(33.359.030)	487.856	(2.153.910)	10.546	5.072.643	(87.722.001)	(16.292)	(117.680.187)
Ajustes de Exercícios Anteriores						1.907.695		1.907.695
Reserva de Reavaliação					(18)	18		-
Ajuste de Avaliação Patrimonial						147		147
Reavaliação de Imóveis					1.744.901			1.744.901
Resultado do Exercício						24.760.862		24.760.862
Dividendos						(331)		(331)
Reserva Legal				70		(70)		-
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	(1.007.853)	(487.856)	2.153.885	(1.642)	(5.072.628)	1.072.711		(3.343.383)
Reserva de Lucros a Realizar				992		(992)		-
Reserva Estatutária Exercícios Anteriores				2.067		(2.067)		-
Ajuste Participação dos não Controladores							(14.019)	(14.019)
Saldos Finais em 31/12/2022	(34.366.883)	(0)	(24)	12.033	1.744.899	(59.984.027)	(30.310)	(92.624.314)

Fontes: SIAFE-Rio

A **Reavaliação de Imóveis** demonstrada na coluna de Demais Reservas no valor de R\$ 1.744.901 mil, decorre, principalmente, de Benfeitorias em Imóveis de Terceiros registrados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 1.744.300 mil.

Os **Ajustes do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas** acarretaram movimentação em todos os subgrupos das contas contábeis do Patrimônio Líquido devido, principalmente, à mudança de critério contábil dos investimentos em sociedades de economia mista e empresas públicas avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP. Em 2022, todas as empresas públicas passaram a ser consideradas no cômputo da avaliação pelo MEP. Este tema está descrito no item 4.10 – Investimentos, deste Volume 2.

Os **Resultados Acumulados** apresentaram diminuição do saldo deficitário em 31,62% no comparativo do exercício 2021 para 2022, no qual as maiores variações ocorreram no Resultado do Exercício e no Ajustes de Exercícios Anteriores conforme evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 029.1 – Resultados Acumulados

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
RESULTADOS ACUMULADOS	(59.984.027)	100,00%	(87.722.001)	100,00%	-31,62%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	24.760.862	-41,28%	7.030.426	-8,01%	252,20%
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(86.652.585)	144,46%	(87.395.088)	99,63%	-0,85%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.907.695	-3,18%	(7.357.338)	8,39%	-125,93%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O montante de R\$ 24.760.862 mil referente ao **Resultado do Exercício** são explicados mais adiante no item **4.31 – Resultado Patrimonial / Demonstração das Variações Patrimoniais** deste Volume 2.

O montante de R\$ 1.907.695 mil referente aos **Ajustes de Exercícios Anteriores** são explicados mais adiante no item **4.30 – Ajustes de Exercícios Anteriores** deste Volume 2.

A tabela a seguir evidencia a Evolução do Patrimônio Líquido nos três últimos exercícios financeiros, segregado pelos tipos de administração:

Tabela 029.2 - Evolução do Patrimônio Líquido

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021/20221

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ Mil		
	2022	2021	2020
Administração Direta	(111.421.404)	(127.813.147)	(125.967.246)
Fundos Especiais	10.798.874	3.140.730	3.349.139
Administração Indireta (sem Regime Previdenciário)	10.531.064	9.701.638	7.236.473
SUBTOTAL	(90.091.466)	(114.970.779)	(115.381.635)
Regime Previdenciário	(2.532.848)	(2.709.408)	(2.431.006)
TOTAL	(92.624.314)	(117.680.187)	(117.812.641)

Fontes: SIAFE-Rio

A **Tabela 029.2 – Evolução do Patrimônio Líquido** atende ao Anexo de Metas Fiscais (LRF, Art. 4º, parágrafo 2º, inciso III) compondo as informações necessárias à elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o exercício de 2024.

4.30 Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Com o objetivo de dar subsídios às notas explicativas dos Ajustes de Exercícios Anteriores, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado divulgou através da Circular SUBCONT n.º 001 de 15/01/2021, os procedimentos para liberação de registros contábeis que utilizem contas de Ajustes de Exercícios Anteriores, Variações Patrimoniais Aumentativas-VPA em registros de desincorporação de passivos com ISF=F (ganhos) e desincorporações concomitantes de ativos e passivos (Restos a Pagar Processados-RPP) através de notas explicativas.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores apresentaram em 2022 um saldo positivo de R\$ 2.126.291 mil, subdividindo-se em R\$ 1.907.695 referentes à administração direta, autarquias, fundações e fundos e em R\$ 218.596 mil referentes às empresas públicas e sociedades de economia mista. Este último foi excluído do Consolidado devido à Equivalência Patrimonial.

Tabela 030 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

	R\$ Mil				
DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos	1.907.695	100,00%	(7.413.627)	100,00%	-125,73%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(132)	-0,01%	(6.333)	0,09%	-97,91%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	428.751	22,47%	556.013	-7,50%	-22,89%
DEA - Fornecedores e Credores	(172.329)	-9,03%	(422.393)	5,70%	-59,20%
Baixa de Consignações	14.293	0,75%	75.062	-1,01%	-80,96%
Incorporação de Créditos a Receber	726	0,04%	609	-0,01%	19,15%
DEA - Pessoal	(1.032.534)	-54,12%	(1.441.617)	19,45%	-28,38%
Ajuste Dívida Ativa Não Tributária	814	0,04%	(20.684)	0,28%	-103,93%
Bens Imóveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	-	0,00%	330.919	-4,46%	-100,00%
Desincorporação de Créditos a Receber	(1.102.244)	-57,78%	(148.486)	2,00%	642,32%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(9)	0,00%	(8.477)	0,11%	-99,90%
Bens Móveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	80.445	4,22%	23.638	-0,32%	240,32%
Incorporação de Direito - Pessoal Cedido	378.200	19,82%	159.350	-2,15%	137,34%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	3.336.140	174,88%	(6.511.228)	87,83%	-151,24%
Empresas e Sociedades de Economia Mista	218.596	14,75%	56.288	65,00%	288,35%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	5.201	2,38%	7.511	13,34%	-30,75%
DEA - Fornecedores e Credores	(522)	-0,24%	(847)	-1,50%	-38,43%
Incorporação de Ativos por Adiantamento	9	0,00%	(49)	-0,09%	-118,60%
DEA - Pessoal	28	0,01%	(232)	-0,41%	-111,95%
DEA - Encargos Sociais	(352)	-0,16%	(494)	-0,88%	-28,87%
Desincorporação de Créditos a Receber	(359)	-0,16%	(324)	-0,58%	10,50%
Desincorporação de Disponibilidade Financeira	(0)	0,00%	(131)	-0,23%	-100,00%
Desincorporação de Obrigações	186.343	85,25%	19.701	35,00%	845,86%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	28.246	12,92%	31.154	55,35%	-9,33%
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.126.291		(7.357.338)		-128,90%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

As contas de **Ajustes de Exercícios Anteriores** estão desmembradas no plano de contas em dois grupos marcados pelos dígitos “1” e “2”, no 4º nível do código da conta contábil, conforme o tipo de administração, sendo o primeiro para a Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos, e o segundo para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

O saldo dos **Ajustes de Exercícios Anteriores** pode variar dependendo da natureza (credora ou devedora) do ajuste realizado. Em 2022 os saldos de maior relevância entre os tipos de administração foram:

4.30.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Acumulados

A) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO NÃO PRESCRITO

Os Cancelamentos de Restos a Pagar Não Prescritos acumularam saldo natureza credora que atingiu o montante de R\$ 428.751 mil em 2022. Os saldos mais significativos que contribuíram para este montante de cancelamentos foram registrados pelas seguintes unidades gestoras: R\$ 161.664 mil pela Secretaria de Estado de Educação, R\$ 152.763 mil pelos Encargos Gerais do Estado - REC.S/SUP. SEFAZ, R\$ 72.792 mil pela Assembleia Legislativa e R\$ 16.072 mil no Fundo Estadual de Saude - FES. Este conjunto de unidades gestoras somam R\$ 403.291 mil, que representam 94,06% do total de cancelamentos de restos a pagar processados não prescritos.

O Programa de Redução de Passivos realizado pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ pretende reduzir o estoque de restos a pagar do Governo do Estado do Rio de Janeiro através de ações de curto, médio e longo prazo.

O programa tem como alvo a redução do estoque através de medidas de ajustes contábeis e leilão de pagamento para reduzir o passivo existente do ERJ com seus fornecedores, entre outras ações realizadas conjuntamente de modo a diminuir o passivo de RP. Dentre as medidas para o ajuste do estoque se faz necessário ações de correções e baixas contábeis de passivos que já foram pagos ou mesmo inscrições indevidas, ocorrendo assim a baixa por Ajustes de Exercícios Anteriores.

B) DEA – PESSOAL

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante de natureza devedora de R\$ 1.032.534 mil e os saldos que mais contribuíram pertencem ao Tribunal de Justiça, no montante de R\$ 696.144 mil, à Secretaria De Estado De Educacao, no montante de R\$ 137.323 mil, e ao Secretaria de Estado de Polícia Militar – SEPM, no montante de (R\$ 83.576 mil).

C) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado os demais ajustes não relacionados nos itens anteriores sendo as mais relevantes registradas nas seguintes unidades gestoras:

- **Encargos Gerais do Estado - REC.S/SUP. SEFAZ** **R\$ 3.697.246 mil**

A Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado - REC.S/SUP. SEFAZ, apurou um saldo substancial principalmente pela contabilização de ajustes de exercícios anteriores de desincorporação de obrigações de exercícios anteriores (passivo permanente), referentes a baixa dos juros vencidos dos contratos firmados junto à união dos exercícios de 2021 e 2022.

- **Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM** **R\$ 301.907 mil**

Pela contabilização relativa à ajuste inicial de bens móveis tendo em vista o Decreto nº 44.489 de 25 de Novembro de 2013 que instituiu a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do estado e a Portaria CGE nº 179 de 27 de março de 2014 que orienta a operacionalização do Decreto.

- **Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras** **R\$ 269.463 mil**

O saldo apresentado em 2022 se deve, em sua maioria, pela baixa de obras em andamento, tendo em vista: termo provisório publicado em 29/12/2020 na folha 17 do Diário Oficial, no montante de R\$ 49.741 mil; atendimento ao TSID Nº 17.335.2020 - SEINFRA – MON, obras em andamento da execução dos serviços e obras de pavimentação da rodovia BR 393/RJ, no montante de R\$ 28.524 mil; e, referente as obras de implantação do sistema de coleta e transporte de esgoto sanitário de Pavuna/Duque de Caxias, no montante de R\$ 17.676 Mil. A maior parte do ajuste realizado se refere à desincorporação de bens imóveis.

4.30.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Lucros ou Prejuízos Acumulados

A) CANCELAMENTO DE RPP NÃO PRESCRITO

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante de natureza credora de R\$ 5.201 mil. Referem-se em sua maioria à Empresa de Obras Públicas do Estado do RJ, no montante de R\$ 3.696 mil.

B) DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante de natureza credora R\$ 186.343 mil. O saldo de maior representatividade pertence à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística, no montante de R\$ 168.759 mil.

C) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Neste conta corrente se encontram registros tanto de natureza credora e quanto devedora, no entanto, prevaleceu saldo credor no montante de R\$ 28.246 mil. Os saldos de maior representatividade estão registrados na unidade gestora Instituto Vital Brazil SA, que apurou o montante de R\$ 26.986 mil, perfazendo 95,53% do valor total da rubrica **Demais Ajustes de Exercícios Anteriores**. Cabe ressaltar, que foi apurado o montante de R\$ 20.466 mil pela incorporação de bens imóveis, representando 75,84% do saldo desta unidade gestora. Os demais registros do IVB neste conta corrente se referem à depreciação, amortização e exaustão de exercícios anteriores.

4.31 Resultado Patrimonial / DVP

A **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O **Resultado Patrimonial** do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Em 2022, apurou-se **Resultado Patrimonial Superávitário de R\$ 24.760.862 mil**, valor líquido após as das exclusões devido transações intraorçamentárias. Para melhor acompanhamento, repete-se abaixo o item 3.6 – Desmonstração das Variações Patrimoniais deste Volume 2:

Tabela 031 – Composição do Resultado Patrimonial

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADO

ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

R\$ Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS						
DESCRIÇÃO	Notas	2022	AV%	2021	AV%	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS						
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		65.964.928	25%	69.684.139	18%	-5%
Contribuições		3.932.141	1%	3.204.306	1%	23%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		775.851	0%	1.416.812	0%	-45%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		32.431.393	12%	13.997.692	4%	132%
Transferências e Delegações Recebidas		43.762.694	16%	31.634.630	8%	38%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		29.280.718	11%	18.099.372	5%	62%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		91.478.500	34%	249.472.993	64%	-63%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		267.626.225	100%	387.509.945	100%	-31%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS						
Pessoal e Encargos		28.469.243	12%	22.609.774	6%	26%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		25.606.084	11%	22.308.076	6%	15%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		13.539.083	6%	9.917.261	3%	37%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		28.370.734	12%	22.280.280	6%	27%
Transferências e Delegações Concedidas		30.765.223	13%	30.635.949	8%	0%
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		103.790.931	43%	11.335.935	3%	816%
Tributárias		1.228.521	1%	960.030	0%	28%
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		49	0%	106	0%	-54%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		11.095.494	5%	260.432.107	68%	-96%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		242.865.363	100%	380.479.519	100%	-36%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	4.31	24.760.862		7.030.426		

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram no aumento do patrimônio público, conforme descrito na tabela acima.

4.31.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 267.626.225 mil e foram representadas em sua maioria por:

- **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**, no total de R\$ 65.964.928 mil, sendo seus valores mais significativos de R\$ 43.549.192 mil referentes à cota parte do Estado - ICMS, R\$ 5.823.557 mil referentes ao adicional do ICMS – Lei 4.056/ 02 – FECP, R\$ 5.518.599 mil referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos Trabalho e R\$ 4.662.423 mil referentes à Cota-Parte do Estado - IPVA.
- **Transferências e Delegações Recebidas**, no montante de R\$ 43.762.694 mil, sendo R\$ 43.697.984 mil referentes às transferências Intergovernamentais, R\$ 39.993 mil referentes às transferências de instituições privadas e R\$ 24.639 referentes às Transferências de Pessoas Físicas
- **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**, no montante de R\$ 91.478.500 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às reversões de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – plano financeiro no valor de R\$ 74.619.672 mil.

4.31.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas somam em R\$ 242.865.363 mil e foram representadas em sua maioria por:

- **Pessoal e Encargos**, no montante de R\$ 28.469.243 mil, sendo R\$ 23.934.368 mil referentes à remuneração a pessoal, R\$ 376.564 mil referentes aos encargos patronais, R\$ 1.432.622 referentes aos benefícios a pessoal e R\$ 2.725.689 mil referentes às outras variações patrimoniais diminutivas de pessoal e encargos.

- **Benefícios Previdenciários e Assistenciais**, no montante de R\$ 25.606.084 mil, sendo R\$ 19.052.236 mil referentes às aposentadorias e reformas, R\$ 5.581.857 mil referentes às pensões, R\$ 459.436 mil referentes às políticas públicas de transferências de renda e R\$ 512.555 mil referentes a outros benefícios previdenciários e assistenciais.
- **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras**, no montante de R\$ 28.370.734 mil, sendo que quase a totalidade foi referente às variações monetárias e cambiais no valor R\$ 21.140.582 mil.
- **Transferências e Delegações Concedidas**, no montante de R\$ 30.765.223 mil, sendo R\$ 30.576.321 mil referentes às transferências Intergovernamentais e R\$ 8.523 mil referentes às transferências a instituições privadas.
- O aumento significativo observado na **Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos**, ocorreu devido a contabilização dos ajustes de perdas de Dívida Ativa. Até o exercício de 2021 era realizado apenas a contabilização da diferença ocorrida entre os saldos das perdas previstas para o exercício anterior e o de referência, enquanto que em 2022 foi feita a reversão de 100% do saldo transferido do exercício de 2021 para que fosse contabilizado os novos valores das perdas propostos para o exercício 2022 pela Procuradoria da Dívida Ativa - PG-5. Esse procedimento está de acordo com o novo Manual da Dívida Ativa que foi totalmente revisado pela Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado no exercício de 2022.
- **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**, no montante de R\$ 11.095.494 mil, sendo que grande parte foi referente às Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas no valor R\$ 6.213.077 mil.

Vale ressaltar que a Subsecretaria de Contabilidade Geral vem analisando as contas de variações patrimoniais ativas e passivas INTRA-OFSS, com o intuito de eliminar seus efeitos na DVP Consolidada. Segue abaixo quadro com a referida conciliação:

Variações Patrimoniais Aumentativas			Variações Patrimoniais Diminutivas		
Conta	Descrição	2022	Conta	Descrição	2022
4.2.1.1.2.01.01	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR ATCVIL - RPPS	2.846.597	3.1.2.1.2.01.01	OBRIGACOES PATRONAIS - PESSOAL CIVIL	2.846.597
4.2.1.1.2.99.01	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SERV ATIVO MILITAR	255.233	3.1.2.9.2.01.01	FUNDO DE SAUDE DOS MILITARES	255.233
4.2.1.1.2.01.03	CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR - PLANO PREVIDENCIÁRIO	263.367	3.1.2.1.2.01.03	CONTRIBUIC PATR-PESSOAL CIVIL/PLANO PREVIDE	263.367
4.3.3.1.2.06.99	OUTROS SERVICOS DE SAÚDE	1.811.429	3.3.2.3.2.37.01	GESTAO DE SERVICOS DE SAUDE	1.811.429
4.4.3.9.2.01.01	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	202.065	3.4.3.9.2.01.01	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA - INTRA-OFSS	202.065
4.5.1.1.2.01.01	COTA RECEBIDA	43.781.608	3.5.1.1.2.01.01	COTA CONCEDIDA	43.781.608
4.5.1.1.2.02.01	REPASSE RECEBIDO	35.892.044	3.5.1.1.2.02.01	REPASSE CONCEDIDO	35.892.044
4.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE RECEBIDO	162.060	3.5.1.1.2.03.01	SUB-REPASSE CONCEDIDO	162.060
4.5.1.1.2.06.01	CRÉDITOS ENVIADOS	481.717	3.5.1.1.2.06.01	CREDITOS RECEBIDOS	481.717
4.5.1.1.2.07.01	DÉBITOS RECEBIDOS	122.215	3.5.1.1.2.07.01	DÉBITOS ENVIADOS	122.215
4.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	31.201	3.5.1.2.2.01.01	ORDEM DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	31.201
4.5.1.2.2.01.02	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO - SALDOS NAO FINANCEIROS	1.270.135	3.5.1.2.2.01.02	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.270.135
4.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.304.044	3.5.1.2.2.01.03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO - CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS - SALDOS FINANCEIROS	1.304.044
4.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA RECEBIDA - DUODÉCIMO	7.054.072	3.5.1.2.2.01.10	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA CONCEDIDA - DUODÉCIMO	7.054.072
4.5.1.2.2.01.11	DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO CONCEDIDO	69.636	3.5.1.2.2.01.11	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMO	69.636
4.5.1.2.2.01.12	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	5.383.266	3.5.1.2.2.01.12	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS NAO FINANCEIROS	5.383.266
4.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.643.594	3.5.1.2.2.01.13	MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO - INCORPORAÇÃO DE SALDOS FINANCEIROS	1.643.594
4.5.1.2.2.01.98	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	162.403	3.5.1.2.2.01.98	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS EC ESTADUAL Nº 73/2019	162.403
4.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	4.825	3.5.1.2.2.01.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	4.825
4.5.1.2.2.02.01	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS IMÓVEIS	466.820	3.5.1.2.2.02.01	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS IMÓVEIS	466.820
4.5.1.2.2.02.03	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	231.640	3.5.1.2.2.02.03	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	231.640
4.5.1.2.2.02.04	DOAÇÕES RECEBIDAS DE BENS MÓVEIS	53.651	3.5.1.2.2.02.04	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE BENS MÓVEIS	53.651
4.5.1.2.2.02.07	DOAÇÕES RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	24.226	3.5.1.2.2.02.07	DOAÇÕES CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	24.226
4.5.1.2.2.02.08	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	152.618	3.5.1.2.2.02.08	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE MATERIAL DE CONSUMO	152.618
4.5.1.2.2.02.09	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	18.169	3.5.1.2.2.02.09	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS DE ATIVO INTANGÍVEL	18.169
4.5.1.2.2.02.10	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	30	3.5.1.2.2.02.10	TRANSFERÊNCIA POR CONVERSÃO DE DDO EM RECEITA	30
4.5.1.2.2.02.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS RECEBIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	57.613	3.5.1.2.2.02.99	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS NÃO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORÇAMENTÁRIA	57.613
4.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	23.295.771	3.5.1.3.2.01.01	RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIAS FINANCEIRAS	23.295.771
4.6.4.0.2.01.09	BENS MÓVEIS E IMÓVEIS RECEBIDOS EM CESSÃO DE USO	9	3.6.5.0.2.01.02	CESSÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	9
4.6.4.1.2.01.03	OBRIGAÇÕES COM ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS	464.634	3.6.5.0.2.01.03	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	464.634
4.9.9.6.2.99.02	OUTRAS RESTITUIÇÕES	479.818	3.9.9.6.2.02.01	RESTITUIÇÕES	482.137
4.9.9.5.2.01.01	RECINTRA-ORCMULTAS PREVNA LEGDO TRANSITO	2.318			
TOTAL		127.988.831	TOTAL		127.988.831

4.32 Superávit/ Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

A apuração deste saldo é de suma importância para fins de permissão de abertura de créditos adicionais no exercício seguinte, para autorização de inscrição de restos a pagar não processados no mesmo exercício financeiro, bem como da observância às proibições estabelecidas ao chefe do poder executivo nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Poder Executivo Estadual publica anualmente normativos para regulamentar tais preceitos estabelecidos pela LRF e pela Lei 4.320/64. A seguir, trechos correlatos ao tema:

Decreto Estadual nº 47.938 de 01/02/2022, que estabelece normas complementares de programação e execução orçamentária, financeira, e contábil para o exercício de 2022 e dá outras providências:

“Art. 17 - São **fontes de recursos para abertura de créditos adicionais** as caracterizadas no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;”

Os créditos adicionais abertos em 2022 totalizaram R\$ 11.654.044 mil. Tais créditos foram submetidos à Disponibilidade Financeira Líquida apurada no Balanço Patrimonial do exercício anterior, que resultou em R\$ 14.044.579 mil no exercício de 2021.

Decreto Estadual nº 48.242 de 01/11/2022, que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022 e dá outras providências:

“Art. 8º - A inscrição em restos a pagar das despesas empenhadas e não pagas no exercício de 2022 dar-se-á em conformidade com os seguintes critérios:

(...)

IV - A **inscrição como restos a pagar não processados** deverá ser efetuada pelas Unidades Gestoras Executoras - UGEs, de 19 de dezembro de 2022 a 06 de janeiro de 2023, devendo estar devidamente justificada pelo ordenador da despesa, **condicionada à existência da disponibilidade financeira** necessária à sua cobertura e ser obedecida a ordem cronológica dos empenhos correspondentes.”

Em 2022, foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados o montante de R\$ 1.295.464 mil mediante suficiência de disponibilidade de caixa. Após a inscrição dos restos a pagar, o saldo apurado no Balanço Patrimonial de 2022 foi de R\$ 24.075.728 mil.

O Anexo 14.3 Quadro do Superávit e Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial é o demonstrativo base para fins de abertura de créditos adicionais e inscrição de restos a pagar. Contudo, faz-se uso de relatórios gerenciais para melhor gerenciamento por fonte detalhada.

Tabela 032 – Superávit/ Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

Lei Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

FONTES DE RECURSOS	R\$ Mil	
	2022	2021
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	(906.645)	(822.000)
085 - Fonte Genérica	(117.831)	61.034
089 - GRE SEFAZ	8	0
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	(5.955.210)	(9.209.550)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	830.436	240.859
102 - Fundo Orçamentário Temporário	75.197	(32.745)
103 - Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FISED	259.339	324.908
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	3.531.208	2.513.194
105 - Salário Educação	150.259	680.698
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	(54.222)	134.117
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	375.493	108.925
111 - Operações de Crédito	1.469.342	1.491.852
120 - Ressarcimento de Pessoal	261.724	345.353
122 - Adicional do ICMS - FECF	509.903	(914.689)
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.922	6.588
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	40.994	37.332
133 - Alienação de Bens	(48.765)	(48.765)
140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	-	567
140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção - Fonte Tesouro	567	-
145 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário -	3.539.737	7.426.715
150 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	43.062	181.529
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	1.004.009	458.530
152 - Fundo Soberano - Excedente de Arrecadação de Royalties do Petróleo e Gás Natural	3.049.952	-
188 - Repasses constitucionais aos municípios.	(818)	(468)
189 - INGRESSOS A CLASSIFICAR	0	0
190 - Depósitos Judiciais Tributários	49.021	49.021
191 - Depósitos Judiciais Não Tributários	363.228	363.228
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	21.997	21.997
193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	469.861	21.100
195 - Operações Oficiais de Fomento	12.286	3.209
196 - Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid - 19	378	367
198 - Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	10.766	10.768
211 - Operações de Crédito	8	0
212 - Transferências Voluntárias	144.691	143.737
214 - Transferências do PAC	86.539	84.691
215 - Transferências do FUNDEB	18.846	117.922
218 - Transferências Intraorçamentárias	103.898	96.877
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	62.010	7.694
224 - Transferências Legais Recebidas da União	524.942	341.405
225 - Sistema Único de Saúde- SUS	79.914	622.585
227 - Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	11	17
230 - Recursos Próprios	5.137.079	4.035.007
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	3.523.385	1.380.932
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	2.684.404	1.777.081
233 - Alienação de Bens	33.286	39.509
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	1.913.757	1.284.743
237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	143.457	166.216
240 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	14.933	4.740
245 - Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário	179.648	88.600
251 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	7.373	5.084
297 - Conservação Ambiental	430.125	393.840
999 - A definir	225	225
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	4.32	24.075.728
		14.044.579

Fontes: SIAFE-Rio

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Também é possível apuração do Superávit/Déficit Financeiro por intermédio do **Anexo 14.1 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes**, contudo, apurou-se diferença entre os dois quadros. Neste caso, prevalece o Anexo 14.3.

Tabela 032.1 – Comparativo entre os Anexos 14.1 e 14.3 do Balanço Patrimonial

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO	2022
Anexo 14.3 Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (A)	24.075.728
Anexo 14.1 Quadros dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (B) = (C - D)	24.252.842
Ativos Financeiros (C)	36.296.506
Passivos Financeiros (D)	12.043.664
Saldo Apurado (E) = (A - B)	(177.114)
111110205 CUTE Recursos Vinculados com Limite (F)	177.114
Saldo Apurado (G) = (E-F)	0

No **Anexo 14.3 Quadro do Superávit e Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial** a disponibilidade bruta é apurada por intermédio das contas de controle, enquanto no **ANEXO 14.1 Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes** o ativo financeiro é apurado por intermédio de contas patrimoniais.

A conta contábil 1.1.1.1.1.02.05 CUTE Recursos Vinculados com Limite possui atributo Financeiro para fins de apuração de Superávit/Déficit Financeiro e acumula registro exclusivamente na unidade gestora do Tesouro Estadual. O fluxo desta rotina de contabilização está sob análise para fins de paridade entre os quadros supracitados no próximo exercício financeiro.

4.33 Análise dos Quocientes do Balanço Patrimonial

A) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ IMEDIATA

O quociente da Liquidez Imediata demonstra o resultado da relação entre as Disponibilidades e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar a capacidade financeira da Administração em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com os recursos disponíveis em caixa ou bancos. Na composição das disponibilidades foi considerada a conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 033.1 – Quociente da Liquidez Imediata
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		AH %
	Valor	Índice	Valor	Índice	
Disponibilidade	26.440.301	1,04	22.876.058	0,38	170%
Passivo Circulante	25.512.423		59.661.965		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O índice de Liquidez Imediata calculado para 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 1,04 para pagamento imediato.

Em relação ao exercício anterior ocorreu um acréscimo de 170% da capacidade de pagamento do Estado ocasionado pelo aumento das disponibilidades e uma redução de empréstimos e financiamentos a curto prazo.

B) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ CORRENTE

O quociente da liquidez corrente demonstra o resultado da relação entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Este índice tem por objetivo avaliar quanto o Estado poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar etc.).

Tabela 033.2 – Quociente da Liquidez Corrente
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		R\$ Mil
					AH %
Ativo Circulante	53.873.462	=	46.077.878	=	173%
Passivo Circulante	25.512.423		59.661.965		
					0,77
					2,11

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O índice da Liquidez Corrente calculado para 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 2,11 em bens e direitos de curto prazo para pagamento. Logo o Estado consegue liquidar todas as suas dívidas de curto prazo apenas com bens e direitos do curto prazo.

C) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ SECA

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

Tabela 033.3 – Quociente da Liquidez Seca
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		R\$ Mil
					AH %
(Disponibilidade + Créditos a Curto Prazo)	44.233.450	=	40.646.197	=	154%
Passivo Circulante	25.512.423		59.661.965		
					0,68
					1,73

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O índice de Liquidez Seca calculado para 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado dispõe de R\$ 1,73 de recursos circulantes monetários para pagamento.

Pode-se constatar que a capacidade de pagamento do Estado teve um acréscimo de 154% em relação ao exercício anterior.

D) QUOCIENTE DA LIQUIDEZ GERAL

Demonstra a capacidade do Governo em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

Tabela 033.4 – Quociente da Liquidez Geral
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
					AH %
(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo)	108.245.869	=	93.921.664	=	18%
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	248.733.336		254.591.608		
					0,44
					0,37

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O índice de Liquidez Geral calculado para 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,44 de recursos para pagamento. Logo, o Estado não se encontra em condições de pagar todas as suas obrigações, dependendo de geração futura de recursos para a quitação de suas dívidas totais.

Pode-se observar que ocorreu um acréscimo de 18 % na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, pelo acréscimo do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo.

E) ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

Demonstra se o Governo está em condições de fazer frente às suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

Tabela 033.5 – Índice de Solvência
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
					AH %
(Ativo Circulante + Ativo Não Circulante)	156.109.022	=	136.911.421	=	17%
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	248.733.336		254.591.608		
					0,63
					0,54

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O índice de Solvência calculado em 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das exigibilidades, o Estado dispõe de R\$ 0,63 de recursos em bens e direitos para a quitação das obrigações.

Verifica-se que ocorreu um acréscimo de 17% na capacidade de pagamento do Estado em relação ao exercício anterior, ocasionada pelo aumento do passivo total e aumento do ativo total.

F) QUOCIENTE DE ENDIVIDAMENTO GERAL

Demonstra o grau de endividamento do Governo. Reflete também a sua estrutura de capital.

Tabela 033.6 – Quociente de Endividamento Geral
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		R\$ Mil
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	248.733.336		254.591.608		
Ativo Total	156.109.022	= 1,59	136.911.421	= 1,86	AH %
					-14%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente de Endividamento Geral calculado para 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 de recursos para pagamento, o Estado tem R\$ 1,59 de obrigações, ou seja, o Governo é financiado principalmente por capital de terceiros, obtendo um passivo a descoberto.

Pode-se observar que ocorreu um decréscimo de 14% no endividamento do Estado em relação ao exercício anterior.

G) QUOCIENTE DE COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Preferencialmente, é melhor para o Estado que suas dívidas sejam de longo prazo.

Tabela 033.7 – Quociente de Composição do Endividamento
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		R\$ Mil
Passivo Circulante	25.512.423		59.661.965		
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	248.733.336	= 0,10	254.591.608	= 0,23	AH %
					-56%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente de Composição do Endividamento calculado em 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 do total das obrigações, o Estado tem R\$ 0,10 de dívidas a curto prazo. Isso indica que as obrigações do Estado são em sua maioria de longo prazo.

Verifica-se que ocorreu uma redução de 56 % de endividamento a curto prazo do Estado em relação ao exercício anterior.

4.34 Análise dos Quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais

A) QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

É resultante da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Este quociente demonstra outra forma de evidenciar o resultado patrimonial (superávit ou déficit patrimonial). Se o índice apresentado for maior do que 1, indica um superávit patrimonial, se for igual a 1, indica um equilíbrio, ou seja, não houve alteração no patrimônio e se for menor do que 1, indica um déficit patrimonial.

Tabela 034 – Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
					AH %
Variações Patrimoniais Aumentativas	267.626.225	=	387.509.945	=	
Variações Patrimoniais Diminutivas	242.865.363		380.479.519		8%
					1,10
					1,02

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente de Resultado das Variações Patrimoniais calculado em 2022 apresentou um índice de 1,10, demonstrando que houve um superávit.

Em relação ao exercício anterior ocorreu um aumento de 8% nesse quociente.

4.35 Resultado Orçamentário / BO

O Balanço Orçamentário do Estado do Rio de Janeiro apresenta as receitas e as despesas previstas e realizadas durante o exercício de 2022. Para o exercício de 2022 a receita realizada foi no total de R\$ 100.713.183, a despesa executada no valor de R\$ 94.185.316 ocasionando um resultado superavitário da execução orçamentária no valor de R\$ 6.527.867.

Tabela 035 – Resultado Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV %	AH %
Receita Prevista Atualizada	97.852.462	100,00%	88.648.672	100,00%	10,38%
Receita Arrecadada	100.713.183	102,92%	91.423.471	103,13%	10,16%
Déficit/Superávit na Arrecadação	2.860.721	2,92%	2.774.799	3,13%	3,10%
Dotação Inicial	92.916.189	100,00%	83.329.211	100,00%	11,50%
(+) Créditos Adicionais	50.938.124	54,82%	46.345.131	55,62%	9,91%
(-) Dotação Cancelada	(31.168.873)	33,55%	(30.837.301)	37,01%	1,08%
(-) Alteração QDD	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Dotação Atualizada	112.685.440	121,28%	98.837.041	118,61%	14,01%
Despesa Realizada	94.185.316	83,58%	77.676.311	78,59%	21,25%
Economia Orçamentária	18.500.124	16,42%	21.160.730	21,41%	-12,57%
Resultado Orçamentário	2022		2021		AH %
Déficit/Superávit Orçamentário	6.527.867		13.747.160		-52,51%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A Receita Arrecadada pelo Estado do Rio de Janeiro ficou superior em 2,92% em relação ao previsto para o exercício de 2022, ocorrendo excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.860.721 mil.

Além disso, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e a despesa realizada) de R\$ 18.500.124 mil correspondentes a um percentual de 16,42%.

Neste exercício, com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 50.938.124 mil, que representaram 54,82% da dotação inicial, não considerando os cancelamentos de dotações que atingiram o percentual de 33,55% da dotação inicial.

O registro das restituições, descontos, retificações, deduções para o FUNDEB e repartições de receita tributária entre os entes da Federação em contas “reduzoras de receita”, ou seja, os valores apresentados no Balanço Orçamentário já se encontram líquidos destas deduções.

O item 3.1.5 do Volume 1 desta Prestação de Contas trata mais detalhadamente demais aspectos do Resultado Orçamentário.

4.35.1 Receitas e Despesas Intraorçamentárias

De acordo com o MCASP, não há exclusões de contas INTRA-OFSS para fins de consolidação do Balanço Orçamentário, uma vez que o mesmo reflete as autorizações legislativas para execução de dispêndios, além da previsão das receitas necessárias ao seu financiamento e estas autorizações devem constar pelos seus valores brutos.

Apenas para fins de verificação, segue abaixo quadro com as receitas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes à 2022.

Tabela 035.1 – Receitas Intraorçamentárias do Balanço Orçamentário

	R\$ Mil		
Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	5.479.455	5.779.312	6.357.745
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CONTRIBUIÇÕES	3.117.957	3.117.957	3.425.864
Contribuições Sociais	3.117.957	3.117.957	3.425.864
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA PATRIMONIAL	14.838	14.838	17.750
Imobiliária	14.838	14.838	17.750
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA DE SERVIÇOS	1.517.540	1.517.540	1.934.062
Serviços	1.517.540	1.517.540	1.934.062
RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	118.555	118.555	-
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	118.555	118.555	-
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	710.564	1.010.422	980.070
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	2.477
Indenizações e Restituições	707.772	1.007.630	977.593
Receitas Diversas	2.792	2.792	-
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	110	105
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-	110	105
Amortização de Empréstimos	-	110	105
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	-	-	-
OUTRAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-
Total	5.479.455	5.779.422	6.357.851

Fonte: SIAFE-Rio

Do mesmo modo, segue quadro, com as despesas INTRA-OFSS incluídas no Balanço Orçamentário, referentes à 2022:

Tabela 035.1 – Despesas Intraorçamentárias do Balanço Orçamentário

Estado do Rio de Janeiro - dezembro/2022

R\$ Mil

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	5.479.309	7.132.961	6.369.715	6.347.737	5.982.636
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.025.510	3.643.447	3.488.131	3.470.203	3.181.836
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.453.799	3.489.514	2.881.584	2.877.534	2.800.800
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	146	351	105	105	105
INVESTIMENTO	146	246	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	105	105	105	105
Total	5.479.455	7.133.312	6.369.820	6.347.842	5.982.741

Fonte: SIAFE-Rio

O item 3.1.4 do Volume 1 desta Prestação de Contas de Governo 2022 trata mais detalhadamente demais aspectos das receitas e despesas intraorçamentárias do Balanço Orçamentário.

4.36 Análise dos Quocientes do Balanço Orçamentário

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes orçamentários:

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes orçamentários:

A) QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante na LOA.

Tabela 036.1 – Quociente do Equilíbrio Orçamentário

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022		2021		AH %
Previsão Inicial da Receita	92.916.189	=	69.248.357	=	29%
Dotação Inicial da Despesa	92.916.189		89.504.337		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

De acordo com o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Orçamentária Anual - LOA deve ser aprovada com o montante da despesa fixada igual ao da receita prevista. Este quociente demonstra que ocorreu um equilíbrio orçamentário no exercício de 2022, tendo em vista que para cada R\$ 1,00 de Dotação Inicial da Despesa, o Estado teve uma Previsão Inicial da Receita de R\$ 1,00.

B) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.

Tabela 036.2 – Quociente de Execução da Receita
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada	100.713.183	=	91.423.471	=	0%
Previsão Atualizada da Receita	97.852.462	=	88.648.672	=	1,03

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente de Execução da Receita calculado para o exercício de 2022 demonstra que houve excesso na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Prevista Atualizada, o Estado arrecadou R\$ 1,03.

C) QUOCIENTE DE DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Inicial da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.

Tabela 036.3 – Quociente de Desempenho da Arrecadação
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		R\$ Mil
					AH %
Receita Realizada	100.713.183	=	91.423.471	=	-18%
Previsão Inicial da Receita	92.916.189	=	69.248.357	=	1,08

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente de Desempenho da Arrecadação apurado no exercício de 2022 demonstra que houve excesso na arrecadação da receita, uma vez que para cada R\$ 1,00 de Receita Inicial Prevista, o Estado arrecadou R\$ 1,08.

D) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

É resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de excesso de arrecadação e o total do excesso de arrecadação, indicando a parcela do excesso de arrecadação utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 036.4 – Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
					AH %
Créditos Adicionais (excesso de Arrecadação)	8.058.313	=	12.054.419	=	
Déficit/Superávit na Arrecadação	2.860.721		2.774.799		-35%
		2,82		4,34	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

De acordo com a Lei 4320/64 art.43 §3º, entende-se por excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

O Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2022 apresenta saldo positivo, porém para cada R\$ 1,00 de Superávit na Arrecadação, o Estado abriu R\$ 2,82 de Créditos Adicionais.

E) QUOCIENTE DE UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

É resultante da relação entre os créditos adicionais abertos no exercício por meio de superávit financeiro e o total do superávit financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do superávit financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

Tabela 036.5 – Quociente de Utilização do Superávit Financeiro
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
					AH %
Créditos Adicionais (Superávit Financeiro)	11.654.044	=	3.327.848	=	
Superávit Financeiro	24.075.728		14.044.579		104%
		0,48		0,24	

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente de Utilização do Superávit Financeiro apurado para o exercício de 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Superávit Financeiro, o Estado utilizou R\$ 0,48 para a abertura de créditos adicionais.

F) QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

É resultante da relação entre a Despesa Executada e a Dotação Atualizada, cuja discrepância pode ser ocasionada por ineficiência no processo planejamento-execução ou a uma economia de despesa orçamentária.

Tabela 036.6 – Quociente de Execução da Despesa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
					AH %
Despesa Executada	94.185.316	=	77.676.311	=	
Dotação Atualizada da Despesa	112.685.440	=	105.012.167	=	13%
					0,84
					0,74

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente de Execução da Despesa calculado para o exercício de 2022 demonstra que houve economia orçamentária no montante de R\$ 18.500.124 mil. Este índice não pode apresentar quociente maior que 1, uma vez que a Despesa Orçamentária só poderá ser executada até o limite do montante autorizado na Lei.

Pode-se observar que para cada R\$ 1,00 de Despesa Autorizada, o Estado realizou R\$ 0,84 de Despesa Executada.

G) QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de superávit ou déficit.

Tabela 036.7 – Quociente do Resultado Orçamentário
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
					AH %
Receita Realizada	100.713.183	=	91.423.471	=	
Despesa Empenhada	94.185.316	=	77.676.311	=	-9%
					1,07
					1,18

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

No exercício de 2022, o Estado apresentou superávit orçamentário no montante de R\$ 6.527.867 mil. O Quociente do Resultado Orçamentário demonstra esse superávit, visto que foi empenhado apenas 94% da receita realizada.

H) QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE

É resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Tabela 036.8 – Quociente da Execução Orçamentária Corrente
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
Receita Realizada Corrente	100.546.646	=	91.271.560	=	
Despesa Empenhada Corrente	87.431.645		74.828.834		
					AH %
		1,15		1,22	-6%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente calculado para o exercício de 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa Corrente, o Estado arrecadou R\$ 1,15 de Receita corrente, apresentando um superávit orçamentário corrente, ou seja, a receita corrente suportou as despesas correntes.

I) QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

É resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária paga.

Tabela 036.9 – Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
Receita Realizada	100.713.183	=	91.423.471	=	
Despesa Paga	91.350.358		74.138.503		
					AH %
		1,10		1,23	-11%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária apurado para o exercício de 2022 demonstra que para cada R\$ 1,00 de Despesa paga, o Estado dispõe de R\$ 1,10 de Receita Realizada. Esse índice indica que a receita realizada foi superior às despesas pagas no exercício, logo obtendo um superávit financeiro real.

4.37 Resultado da Execução Financeira / BF

O resultado da execução financeira no exercício de 2022 foi positivo em R\$ 7.055.481 mil, que somado ao saldo em espécie do exercício anterior, corresponde ao saldo em espécie para o Exercício Seguinte, conforme verificado na tabela a seguir.

Tabela 037 – Resultado da Execução Financeira
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	2021	AH %
1 - Saldo em Espécie do Exercício Anterior	29.129.357	15.567.138	87,12%
1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	22.876.058	11.850.573	93,04%
1.2 - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.880.319	1.404.114	33,92%
1.3 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.372.979	2.312.451	89,11%
2 - Receitas	287.458.712	284.925.461	0,89%
2.1 - Receitas Orçamentárias	100.713.183	91.423.471	10,16%
2.2 - Transferências Financeiras Recebidas	-	-	0,00%
2.3 - Receitas Extraorçamentárias	186.745.529	193.501.990	-3,49%
3 - Despesas	280.403.231	271.363.243	3,33
3.1 - Despesas Orçamentárias	94.185.316	77.676.311	21,25%
3.2 - Transferências Financeiras Concedidas	-	-	0,00%
3.3 - Despesas Extraorçamentárias	186.217.915	193.686.932	-3,86%
4 - Resultado da Execução Financeira	7.055.481	13.562.218	-47,98%
5 - Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	36.184.838	29.129.356	24,22%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Quanto às Deduções das Receitas Orçamentárias, o MCASP 9ª edição, parte V, orienta que as receitas orçamentárias sejam apresentadas líquidas de deduções. A tabela a seguir evidencia as deduções das receitas orçamentárias referentes aos exercícios de 2022 e 2021:

Tabela 37.1 – Deduções da receita Orçamentária

Fonte / Fonte	2022			2021		
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (A)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (B)	SALDO (C) = (A - B)	RECEITA ORÇAMENTÁRIA (D)	DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (E)	SALDO (F) = (D - E)
ORDINÁRIA	76.459.962	(23.470.282)	52.989.680	86.930.064	(30.417.369)	56.512.695
089 - GRE SEFAZ	8	-	8	0	-	0
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	56.429.358	(20.490.587)	35.938.772	56.564.135	(21.088.478)	35.475.657
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	2.580.384	(31.440)	2.548.944	939.950	(54.284)	885.666
102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	625.588	(250.342)	375.246	525.994	(232.064)	293.929.950
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	3.676.296	(961.465)	2.714.832	3.288.563	(940.964)	2.347.599
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	3.047.706	-	3.047.706	2.800.056	(32.222)	2.767.834
120 - Ressarcimento de Pessoal	133.182	-	133.182	96.439	-	96.439
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	11.652	(14)	11.638	17.425	(15)	17.410.050
140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	-	-	-	567	-	567
145 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Tesouro	2.854.118	(1.200.348)	1.653.771	17.058.300	(7.429.798)	9.628.502
230 - Recursos Próprios	3.295.384	(2.850)	3.292.534	2.385.416	(318)	2.385.098
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	3.796.060	(533.238)	3.262.822	3.248.478	(639.225)	2.609.253
240 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	10.225	-	10.225	4.740	-	4.739.507
VINCULADA	50.599.437	(2.875.935)	47.723.502	37.535.018	(2.624.243)	34.910.776
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	22	-	22	162	-	162
103 - Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	918.680	-	918.680	629.165	-	629.165
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	25.176.261	(1.687.445)	23.488.816	17.755.142	(1.103.764)	16.651.379
105 - Salário Educação	535.654	-	535.654	512.667	-	512.667
111 - Operações de Crédito	1.145	-	1.145	376	-	375.853
122 - Adicional do ICMS - FECP	3.877.731	(1.177.767)	2.699.964	3.947.727	(1.211.664)	2.736.064
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	32.310	(7.668)	24.642	20.246	(5.001)	15.245
133 - Alienação de Bens	-	-	-	288	-	288
150 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	272.059	-	272.059	302.971	-	302.971
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	1.017.935	-	1.017.935	641.484	-	641.484
152 - Fundo Soberano - Excedente Arrecadação de Royalties Petróleo e Gás Natural	3.049.952	-	3.049.952	-	-	-
193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	453.294	-	453.294	-	-	-
195 - Operações Oficiais de Fomento	3.830	-	3.830	2.231	-	2.231
211 - Operações de Crédito	7	-	7	0	-	-
212 - Transferências Voluntárias	182.774	(3.041)	179.733	180.722	(163)	180.558
214 - Transferências do PAC	56.577	-	56.577	44.425	-	44.425
215 - Transferências do FUNDEB	3.963.086	-	3.963.086	4.106.766	-	4.106.766
218 - Transferências Intraorçamentárias	69.652	-	69.652	61.233	-	61.233
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	1.792.364	-	1.792.364	674.738	-	674.738
224 - Transferências Legais Recebidas da União	362.682	-	362.682	191.644	-	191.644
225 - Sistema Único de Saúde- SUS	829.335	-	829.335	973.868	-	973.868
227 - Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	277	-	277	154	(17)	138
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	5.840.726	(12)	5.840.714	5.552.485	-	5.552.485
233 - Alienação de Bens	4.870	-	4.870	8.153	-	8.153
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	644.185	(2)	644.183	384.158	-	384.158
237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	1.368.763	-	1.368.763	1.119.539	-	1.119.539
245 - Recursos da Concessão de Serv. Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário	93.661	-	93.661	392.234	(303.634)	88.600
251 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	14.035	-	14.035	5.084	-	5.084
297 - Conservação Ambiental	37.568	-	37.568	27.355	-	27.355
TOTAL	127.059.399	(26.346.217)	100.713.183	124.465.082	(33.041.611)	91.423.471

4.38 Análise dos Quocientes do Balanço Financeiro

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes financeiros:

Tabela 038 – Dados para Apuração dos Quocientes do Balanço Financeiro
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2022	2021
Resultado Orçamentário	6.527.867	13.747.160
Variação do Saldo em Espécie	7.055.481	13.562.218
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	36.184.838	29.129.357
Saldo do Exercício anterior	29.129.357	15.567.138

Fontes: SIAFE-Rio

A) QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO

É resultante da relação entre o Resultado Orçamentário e a Variação do Saldo em Espécie. A interpretação desse quociente indica a parcela da variação do saldo do disponível que pode ser explicada pelo resultado orçamentário. Em contrapartida, pode ainda ser analisada a diferença como resultante do resultado extraorçamentário ou das transferências.

Tabela 038.1 – Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		R\$ Mil	
					AH %	
Resultado Orçamentário	6.527.867	=	13.747.160	=	1,01	-9%
Variação do Saldo em Espécie	7.055.481	=	13.562.218	=		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

B) QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS

É resultante da relação entre o saldo que passa para o Exercício seguinte e o Saldo do Exercício Anterior. A interpretação desse quociente indica o impacto do resultado financeiro sobre o saldo em espécie.

Tabela 038.2 – Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		RS Mil
					AH %
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	36.184.838	=	29.129.357	=	
Saldo do Exercício Anterior	29.129.357		15.567.138		
		1,24		1,87	-34%

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros apurado no exercício de 2022 foi de 1,24 e isto demonstra que ocorreu superávit financeiro.

Pode-se observar a diferença apurada entre o saldo que passa para o exercício Seguinte e o Saldo do Exercício Anterior no montante positivo de R\$ 7.055.481 mil, indicando que os recebimentos do exercício foram superiores aos pagamentos.

4.39 Resultado dos Fluxos de Caixa / DFC

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Tais quadros, que foram elaborados com base na NBC TSP 12, estão evidenciados nos itens 3.11 a 3.14 deste Volume 2. Apresenta-se adiante tabelas explicativas.

O **Resultado dos Fluxos de Caixa** é obtido pelo agrupamento dos fluxos líquidos das atividades operacional, de investimento e de financiamento. Em 2022 foi apurado R\$ 3.564.243 mil, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 039 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa Sintético pelo Método Direto
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2022/2021

R\$ Mil

FLUXOS	2022			2021		
	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido	Ingressos	Desembolsos	Fluxo Líquido
Operacionais	219.047.717	209.559.655	9.488.062	255.912.670	242.625.638	13.287.032
Investimentos	128.065	5.323.475	(5.195.409)	103.180	1.773.818	(1.670.638)
Financiamentos	-	728.410	(728.410)	-	590.909	(590.909)
Total	219.175.783	215.611.540	3.564.243	256.015.850	244.990.365	11.025.485

Fontes: SIAFE-Rio

Fluxo Líquido das Atividades Operacionais

O resultado do Fluxo de Caixa Líquido decorrente das atividades operacionais é um indicador chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas por meio de tributos pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade. O montante do fluxo de caixa das atividades operacionais também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares a fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento.

Tabela 039.1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	AV %	2021	AV%	R\$ Mil AH%
INGRESSOS	219.047.717	100%	255.912.670	100%	-14,41%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	44.243.832	20,20%	43.214.140	16,89%	2,38%
Receita de Contribuições	7.329.536	3,35%	5.892.493	2,30%	24,39%
Receita Patrimonial	34.864.185	15,92%	28.920.174	11,30%	20,55%
Receita Agropecuária	5	0,00%	886	0,00%	-99,40%
Receita Industrial	1.839	0,00%	673	0,00%	173,47%
Receita de Serviços	2.240.718	1,02%	1.064.917	0,42%	110,41%
Remuneração das Disponibilidades	0	0,00%	177.267	0,07%	-100,00%
Transferências recebidas	8.969.679	4,09%	8.338.687	3,26%	7,57%
Outras Receitas	2.935.323	1,34%	3.711.053	1,45%	-20,90%
Outros ingressos operacionais	118.462.600	54,08%	164.592.379	64,32%	-28,03%
DESEMBOLSOS	209.559.655	100%	242.625.638	100%	-13,63%
Pessoal e demais despesas	75.936.379	36,24%	64.561.003	26,61%	17,62%
Juros e encargos da dívida	945.531	0,45%	1.053.248	0,43%	-10,23%
Transferências concedidas	11.137.971	5,31%	9.690.214	3,99%	14,94%
Outros desembolsos operacionais	121.539.775	58,00%	167.321.173	68,96%	-27,36%
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕ	9.488.062		13.287.032		-28,59%

Fontes: SIAFE-Rio

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de 2022 teve um ingresso de caixa no total de R\$ 219.047.717 mil. Os desembolsos somaram R\$ 209.559.655 mil, gerando um fluxo líquido R\$ 9.488.062 mil. Os Outros ingressos operacionais, no valor R\$ 118.462.600 mil, representa 54,08% dos Ingressos. Já a Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, R\$ 44.243.832 mil, totalizaram 20,20 % dos ingressos.

Os Outros desembolsos operacionais, no valor de R\$ 121.539.775 mil, tiveram uma participação de 58% no total dos desembolsos operacionais. As despesas de Pessoal, que totalizaram R\$ 75.936.379 mil, e as Transferências Concedidas que ficaram no total de R\$ 11.137.971 mil tiveram, respectivamente, uma participação de 36,24 % e 5,31% no total dos desembolsos operacionais. O Pagamento de Juros e Encargos da Dívida, no montante de R\$ 945.531 mil, teve uma participação de 0,45% no total dos Desembolsos Operacionais.

Tabela 039.1.1 – Transferências Concedidas e Recebidas

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2022		2021		R\$ Mil
	AV %		AV%		AH%
Intergovernamentais	55,85%	5.009.965	50,73%	4.230.513	18,42%
da União	98,15%	4.917.422	97,59%	4.128.573	19,11%
de Estados e Distrito Federal	0,00%	4	0,04%	1.889	-99,78%
de Municípios	1,85%	92.539	2,36%	100.051	-7,51%
Intragovernamentais	0,00%	-	0,00%	0	-100,00%
Outras transferências correntes recet	44,15%	3.959.714	49,27%	4.108.174	-3,61%
Total das Transferências Recebidas	100,00%	8.969.679	100,00%	8.338.687	7,57%

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2022		2021		AH%
	AV%		AV%		
Intergovernamentais	34,91%	3.888.546	36,28%	3.515.139	10,62%
a União	0,00%	131	0,29%	10.199	-98,72%
a Estados e Distrito Federal	0,77%	30.000	-	-	-
a Municípios	99,23%	3.858.415	99,71%	3.504.939	10,09%
Intragovernamentais	57,03%	6.351.824	59,07%	5.723.920	10,97%
Outras transferências concedidas	8,06%	897.601	4,66%	451.155	98,96%
Total das Transferências Concedidas	100,00%	11.137.971	100,00%	9.690.214	14,94%

Fontes: SIAFE-Rio

Conforme demonstrado no quadro acima, o Estado do Rio de Janeiro recebeu no exercício de 2022 R\$ 8.969.679 mil em transferências. As Transferências Intergovernamentais e as Outras Transferências Recebidas correspondem a 55,85% e 44,15% respectivamente do total das Transferências Recebidas.

A União foi a principal fonte das Transferências Intergovernamentais, correspondendo a 98,15%. Por outro lado, a Estado concedeu um total de R\$ 11.137.971 mil em transferências, sendo as Transferências Intragovernamentais e Intergovernamentais as maiores participantes com os percentuais de 57,03% e 34,91% respectivamente.

Tabela 039.1.2 – Desembolso de Pessoal e Demais Despesas por Função

POR FUNCAO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
Legislativa	1.669.281	2,20%	1.447.358	2,24%	15,33%
Judiciaria	5.461.170	7,19%	4.596.183	7,12%	18,82%
Essencial a Justica	3.076.875	4,05%	2.592.070	4,01%	18,70%
Administracao	5.422.357	7,14%	3.687.294	5,71%	47,06%
Seguranca Publica	13.371.724	17,61%	9.965.986	15,44%	34,17%
Assistencia Social	688.932	0,91%	394.473	0,61%	74,65%
Previdencia Social	26.746.352	35,22%	25.038.273	38,78%	6,82%
Saude	5.460.289	7,19%	4.685.573	7,26%	16,53%
Trabalho	108.437	0,14%	41.596	0,06%	160,69%
Educacao	8.491.542	11,18%	6.838.053	10,59%	24,18%
Cultura	215.210	0,28%	137.825	0,21%	56,15%
Direitos da Cidadania	345.275	0,45%	260.237	0,40%	32,68%
Urbanismo	73.375	0,10%	58.199	0,09%	26,08%
Habitacao	124.532	0,16%	72.941	0,11%	70,73%
Saneamento	40	0,00%	40	0,00%	0,00%
Gestao Ambiental	195.368	0,26%	145.809	0,23%	33,99%
Ciencia e Tecnologia	392.902	0,52%	468.417	0,73%	-16,12%
Agricultura	549.445	0,72%	319.785	0,50%	71,82%
Organizacao Agraria	97.432	0,13%	12.137	0,02%	702,77%
Industria	128.155	0,17%	79.126	0,12%	61,96%
Comercio e Servicos	329.201	0,43%	198.708	0,31%	65,67%
Comunicacoes	27	0,00%	6.833	0,01%	-99,60%
Energia	50	0,00%	20,81183	0,00%	139,35%
Transporte	1.168.538	1,54%	465.296	0,72%	151,14%
Desporto e Lazer	19.767	0,03%	21.620	0,03%	-8,57%
Encargos Especiais	1.800.101	2,37%	3.027.149	4,69%	-40,53%
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	75.936.379	100,00%	64.561.003	100,00%	17,62%

Os Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função totalizaram R\$ 75.936.379 mil, uma variação positiva de 17,62% em relação ao valor total do exercício anterior. Dentre as funções, as que possuem maior participação no total são: Previdência Social, Segurança Pública e Educação. Juntas representam 64,01% do total.

Tabela 039.1.3 – Juros e Encargos da Dívida

R\$ Mil					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2022	AV %	2021	AV%	AH%
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	925.651	97,90%	1.014.222	96,29%	-8,73%
Outros Encargos da Dívida	19.880	2,10%	39.026	3,71%	-49,06%
Total dos Juros e Encargos da Dívida	945.531	100,00%	1.053.248	100,00%	-10,23%

Fontes: SIAFE-Rio

O Quadro de Desembolsos com Juros e Encargos da Dívida, demonstra um total de desembolsos no valor de R\$ 945.531 no exercício de 2022. A maior parte dos gastos correspondem aos desembolsos com Juros e Correção Monetária da Dívida Interna que representa 97,90% do desembolso. O quadro nos mostra, também, que houve uma redução de 10,23% em relação ao montante do exercício anterior.

Fluxo Líquido das Atividades de Investimentos

As Atividades de Investimentos demonstram, em seu fluxo de caixa líquido, o potencial da entidade em contribuir para a produção futura de bens e serviços públicos, porque revela, em termos financeiros, a política de expansão da infraestrutura do governo.

Geralmente os fluxos de caixa do grupo dos investimentos são grandes consumidores de caixa, e pouco caixa geram. Isso porque os investimentos têm a característica de não serem geradores diretos de caixa, mas sim geradores indiretos de caixa.

Tabela 039.2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

R\$ Mil					
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
INGRESSOS	128.065	100%	103.180	100%	24,12%
Alienação de Bens	11.731	9,16%	336	0,33%	3392,47%
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	116.334	90,84%	102.844	99,67%	13,12%
DESEMBOLSOS	5.323.475	100%	1.773.818	100%	200,11%
Aquisição de Ativo Não Circulante	4.163.048	78,20%	1.078.549	60,80%	285,99%
Concessão de empréstimos e financiamentos	244.220	4,59%	303.400	17,10%	-19,51%
Outros Desembolsos de Investimentos	916.206	17,21%	391.869	22,09%	133,80%
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.195.409)		(1.670.638)		210,98%

Fontes: SIAFE-Rio

No Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, os ingressos totalizaram o montante de R\$ 128.065 mil. Os desembolsos foram bem superiores aos ingressos e somaram 5.323.475 mil, gerando um fluxo negativo de caixa de R\$ 5.195.409 mil.

Dos Desembolsos de investimentos, 78,20% (R\$ 4.163.048 mil) são referentes à Aquisição de Ativo Não Circulante. Os demais desembolsos se trata de concessão de empréstimos e financiamentos e outros Desembolsos de Investimentos.

Os Ingressos de investimentos somam R\$ 128.065 mil, sendo a sua maioria referente à Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos no valor de R\$ 116.334 mil.

Fluxo Líquido das Atividades de Financiamentos

As Atividades de Financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade

O Fluxo Líquido das atividades de financiamentos provê as informações sobre o nível de recursos de terceiros captados e amortizados, permitindo a previsão de futuros desembolsos para pagamento aos fornecedores de Capital.

Tabela 039.3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	R\$ Mil				
	2022	AV %	2021	AV%	AH%
INGRESSOS	-	0%	-	0%	0%
DESEMBOLSOS	728.410	100%	590.909	100%	23,27%
Amortização / Refinanciamento da Dívida	307.847	42,26%	358.307	60,64%	-14,08%
Outros Desembolsos de Financiamento	420.563	57,74%	232.602	39,36%	80,81%
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO ATIV. FINANCIAMENTO (III)	(728.410)		(590.909)		23,27%

Fontes: SIAFE-Rio

O fluxo líquido das atividades de financiamento gerou um decréscimo de caixa de R\$ 728.410 mil. Os Desembolsos do fluxo de financiamentos somam R\$ 728.410 mil, sendo seus valores mais relevantes referentes à amortização/ refinanciamento da dívida, no total de R\$ 307.847mil.

Tabela 039.4 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro – 2022/2021

Geração Líquida de Caixa	R\$ Mil		
	2022	2021	AH%
CAIXA INICIAL	22.876.058	11.850.573	93,04%
Varição de Caixa	3.564.243	11.025.485	-67,67%
CAIXA FINAL	26.440.301	22.876.058	15,58%

Fontes : SIAFE-Rio

O resultado dos Fluxos de Caixa no Exercício de 2022 foi positivo no montante de R\$ 3.564.243 mil, conforme demonstrado no quadro abaixo.

4.40 Análise dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A seguir apresentam-se os valores utilizados para apuração dos quocientes do fluxo de caixa:

Tabela 040 – Dados para Apuração dos Quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil		
	2022	2021	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	9.488.062	13.287.032	
Resultado Patrimonial	24.760.862	7.030.426	
Total do Passivo	248.733.336	254.591.608	
Total da Geração Líquida de Caixa	3.564.243	11.025.485	

Fontes : SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A) QUOCIENTE DO FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS EM RELAÇÃO AO RESULTADO PATRIMONIAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Resultado Patrimonial. A interpretação deste quociente indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.

Tabela 040.1 – Quociente do Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais em Relação ao Resultado Patrimonial
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	R\$ Mil					
	2022		2021		AH %	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	9.488.062	=	13.287.032	=	1,89	-80%
Resultado Patrimonial	24.760.862	=	7.030.426	=	1,89	-80%

Fontes : SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

B) QUOCIENTE DA CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o Total do Passivo. A interpretação deste quociente indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

Tabela 040.2 – Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		AH %
	Valor	Quociente	Valor	Quociente	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	9.488.062	0,04	13.287.032	0,05	-27%
Total do Passivo	248.733.336		254.591.608		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida apurado para o exercício de 2022 foi 0,04, demonstrando que o Estado não gerou recursos suficientes para pagamento das obrigações de curto e longo prazo. Esse resultado indica que o Estado necessitará captar mais recursos.

C) QUOCIENTE DA ATIVIDADE OPERACIONAL

É resultante da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações e o total da Geração Líquida de Caixa. A interpretação desse quociente indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída às atividades operacionais.

Tabela 040.3 – Quociente da Atividade Operacional

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022		2021		AH %
	Valor	Quociente	Valor	Quociente	
Caixa Líquido Gerado nas Operações	9.488.062	2,66	13.287.032	1,21	121%
Total da Geração Líquida de Caixa	3.564.243		11.025.485		

Fontes: SIAFE-Rio

Nota: AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O Quociente da Atividade Operacional apurado para o exercício de 2022 demonstra que o caixa líquido gerado nas operações contribuiu positivamente para o total da geração líquida de caixa.

5. Legislação Básica

Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989.

Leis

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 8.200, de 28 de junho de 1991 - Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários.

LEI FEDERAL nº 8.727, de 05 de novembro de 1993 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



LEI FEDERAL nº 13.885, de 17 de Outubro de 2019 – Estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 287, de 4 de dezembro de 1979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009 – Institui o Bilhete Único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre forma de compensação de crédito inscrito em Dívida Ativa com Precatórios vencidos, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre a exclusão das multas e parte dos juros relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, e autorização para pagamento, parcelamento ou compensação com créditos de precatórios expedidos, e dá outras providências.

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 147, de 27 de junho de 2013 – Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências.

Decretos



DECRETO FEDERAL nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 25.875, de 22 de dezembro de 1999 – Dispõe sobre a extinção do Fundo da Dívida Pública e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 36.994, de 25 de fevereiro de 2005 – Incorpora ao Patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 40.155, de 17 de outubro de 2006 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os valores referentes ao fluxo do Fundes, ingressados a partir de Janeiro de 2007 e determina outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.528, de 31 de outubro de 2008 – Estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.880, de 25 de maio de 2009 – Dispõe sobre as atribuições e procedimentos para a programação e execução orçamentária e financeira do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 42.011, de 28 de agosto de 2009 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os direitos de propriedade do Estado do Rio de Janeiro sobre os Royalties e Participação Especial decorrentes do artigo 20, § 1º, da Constituição Federal.

DECRETO ESTADUAL nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010 – Disciplina a opção pelo regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO ESTADUAL nº 44.006, de 27 de dezembro de 2012 – Anula o Decreto Estadual nº 37.050, de 10 de março de 2005 - Torna sem efeito a Incorporação ao patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários e Não Tributários inscritos em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro.



DECRETO ESTADUAL nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 – Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica.

DECRETO ESTADUAL nº 44.558, de 13 de janeiro de 2014 – Regulamenta a gestão dos bens móveis integrantes do patrimônio público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 45.681, de 08 de junho de 2016 – Modifica a estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 46.495, de 14 de novembro de 2018 - Dispõe sobre o controle dos recursos financeiros subtraídos das contas bancárias dos diversos órgãos e entidades do governo do estado do rio de janeiro em decorrência dos arrestos e sequestros judiciais movidos contra o estado, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 47.938, de 01 de fevereiro de 2022 – Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2022, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 48.006, de 30 de março de 2022 - Abre crédito suplementar a diversos órgãos e entidades estaduais, no valor global de R\$ 403.104.169,85 para reforço de dotações consignadas ao orçamento em vigor e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 48.242, de 01 de novembro de 2022 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022, e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 184, de 25 de agosto de 2008 – Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração

e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL nº 438, de 12 de julho de 2012 – Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL nº 634, de 19 de novembro de 2013 – Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL nº 548, de 24 de setembro de 2015 – Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018 - Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA CONJUNTA STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 - Aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL nº 877, de 18 de dezembro de 2018 – Aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).



PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 179, de 27 de março de 2014 - Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 no que tange ao ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 192, de 09 de dezembro de 2015 – Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no Decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013, no que tange ao ajuste inicial e a amortização dos bens intangíveis do Estado.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST nº 001, de 28 de maio de 2018 – Define a data de início da operação exclusiva do Sistema Informatizado de Gestão de Bens Móveis do Estado do Rio de Janeiro – SBM RJ, para os bens móveis adquiridos, pelos órgãos e entidades que menciona.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST nº 002, de 20 de julho de 2018 – Altera a Portaria Conjunta CGE-SUBGEST Nº 001 de 28 de maio de 2018.

PORTARIA SUBCONT nº 011, de 11 de fevereiro de 2021 - Aprova as Inscrições de Restos a Pagar no Exercício Financeiro de 2020.

PORTARIA SUBCONT nº 006, de 12 de junho de 2019 - Normatiza as Atribuições sobre o Fluxo no Processo de Liquidação da Despesa.

PORTARIA SUBCONT nº 004 de 07 de dezembro de 2018 - Disciplina os Procedimentos Relativos ao Sistema Extrator de Informações do Siafe-Rio denominado Flexvision e a Criação de Gestores de Flexvision nos Órgãos e Entidades, e dá Outras Providências.

PORTARIA SUBCONT nº 003 de 02 de outubro de 2018 - Dispõe Acerca das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta Estadual e dos Fundos no Âmbito do Poder Executivo.

PORTARIA SUBCONT nº 001, de 02 de outubro de 2018 - Determina a Obrigatoriedade de Emissão da Declaração Anual do Contador, e dá Outras Providências.

PORTARIA SUBCONT nº 019, de 03 de fevereiro de 2023 – Aprova as inscrições de Restos a Pagar no Exercício Financeiro de 2022.

Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/ 01 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/01 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP EC de 23/09/2016 - ESTRUTURA CONCEITUAL.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 01 de 21/10/2016 - Receita de Transação sem Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 02 de 21/10/2016 - Receita de Transação com Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 03 de 21/10/2016 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 04 de 25/11/2016 – Estoques.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 05 de 25/11/2016 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 06 de 22/09/2017 – Propriedade para Investimentos.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 07 de 22/09/2017 – Ativo Imobilizado.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 08 de 22/09/2017 – Ativo Intangível.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 09 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 10 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 11 de 18/10/2018 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 12 de 18/10/2018 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 13 de 18/10/2018 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 14 de 18/10/2018 - Custos de Empréstimos

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 17 de 18/10/2018 – Demonstrações Contábeis Consolidadas.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 18 de 18/10/2018 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 23, de 21/11/2019 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.366/2011 - Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL nº 3.922, de 25/11/2010 - Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis

IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade

IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar

IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência

IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP

IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial

IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais

IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro

IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário

IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

IPC 10 – Contabilização de Consórcios Públicos

IPC 11 – Contabilização de Retenções

IPC 12 – Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis

IPC 13 – Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios

IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS

IPC 15 – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

IPC16 – Benefícios Fiscais

Circulares CGE – Gabinete da Contadoria

OFÍCIO CIRCULAR GAB/SUBCONT nº 001/2021, de 15 de janeiro de 2021 - Procedimentos para liberação de registros contábeis que utilizem contas de Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA, Variações Patrimoniais Aumentativas-VPA em registros de desincorporação de passivos com ISF=F

(ganhos) e desincorporações concomitantes de ativos e passivos (Restos a Pagar Processados-RPP) através de notas explicativas..

OFÍCIO CIRCULAR GAB/SUBCONT nº 002/2021, de 17 de agosto de 2021 - Depuração dos Restos a Pagar Processados – RPP

OFÍCIO CIRCULAR GAB/SUBCONT nº 001/2022, de 09 de Fevereiro de 2022 - Depuração dos Restos a Pagar Processados – RPP

6. Consideração Finais

A prestação de contas de governo se constitui como um dos principais instrumentos democráticos de comunicação entre o governo, a sociedade e seus representantes uma vez que proporciona uma visão estratégica e de orientação para o futuro quanto à sua capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazo.

Assim, o objetivo principal da prestação de contas é assegurar a transparência e a responsabilização (*accountability*) da administração pública, bem como dar suporte às decisões sobre a alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos, que são os usuários dos bens e serviços produzidos pela administração, o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial do Estado.

Neste cenário, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado – SUBCONT, responsável por consolidar e evidenciar todos os atos e fatos da gestão, cumprindo sua atribuição privativa e primando pela transparência, tempestividade e integridade das informações, apresenta a Prestação de Contas de Governo do Excelentíssimo Senhor Governador referente ao exercício financeiro de 2022.

Reconhecemos de forma incontestável a elevada dedicação e qualificação do corpo técnico da Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado, características que nos permitiram alcançar o máximo de eficiência e acerto no desempenho de nossa atribuição, almejando sempre a melhoria da qualidade das informações contábeis.

Encerramos mais um ciclo, com absoluta certeza de termos empenhado nossos maiores esforços para alcance das metas as quais nos propusemos, e por fim agradecendo a todos que, direta ou indiretamente, participaram deste processo, em especial ao Exmo. Secretário de Estado de Fazenda, Leonardo Lobo Pires, e a todo corpo técnico da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, pelo apoio, confiança e incentivo, além da valiosa troca de experiências que nos proporcionaram.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2023.

YASMIM DA COSTA MONTEIRO